

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO “JANE VANINI”**

VANUSA IRENE XAVIER SANTOS

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA
E SUAS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS**

**CÁCERES - MT
2017**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO “JANE VANINI”**

VANUSA IRENE XAVIER SANTOS

**FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA
E SUAS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ferreira

Co-orientadora: Prof. Dr^a Maria do Socorro Araújo

CÁCERES – MT
2017

Santos, Vanusa Irene Xavier

Formação territorial do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais./Vanusa Irene Xavier Santos . Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 158f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientador: Evaldo Ferreira

Coorientadora: Maria do Socorro Araújo

1. Formação territorial – Araputanga-MT. 2. Espaço mato-grossense – município Araputanga. 3. Transformações socioespaciais. 4. Memória oral. I. Título.

CDU: 913(817.2)

Ficha catalográfica elaborada por Tereza Antônia Longo Job CRB1-1252

DEDICATÓRIA

Dedico este mestrado ao meu esposo Emerson e meus filhos Ruan e Rana que me incentivaram na concretização desse sonho.

A vitória dessa conquista só foi possível com o apoio e compreensão de vocês!

A memória dos araputanguenses faz a história deste povo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor de tudo, por me proporcionar o sopro da vida e o desejo de vencer cada etapa sob a sua proteção.

Aos meus pais, Francisco e Altina que me geraram, amaram incondicionalmente e educaram sem medir esforços para a formação das filhas, dando sentido ao meu legado humano.

Ao meu esposo, Emerson pelo incentivo, apoio e alegria em ser um suporte nos momentos mais difíceis desta jornada de dois anos, sempre compreendendo minha ausência em certos eventos familiares.

Aos meus filhos, Ruan e Rana que, com espírito jovial, deram sentido, alegria e tonalidade a minha vida, tornando-me mais forte para a conquista de um sonho profissional.

As minhas irmãs, Joana Darc e Neiva, por alegrar o meu coração com o bálsamo do amor, compreensão e estímulo nessa conquista.

Aos meus cunhados, Célio Roberto e Walter que supriram minha ausência, estendendo a mão à minha família, tornando apoio e incentivo na minha caminhada humana em busca da grande conquista do conhecimento.

Aos meus sobrinhos: Sara, Arthur, Felipe, Olavo e Jordana pelo sorriso de todos os dias.

Ao meu amado e odiado orientador, Dr. Evaldo Ferreira, que compartilhou comigo a maior riqueza: “o saber”, através de uma orientação pautada em métodos eficazes e atitudes de carinho e respeito às minhas limitações, que foram supridas com uma bagagem construída mediante uma práxis transformadora da arte de educar, tornando exemplo e norteador de meu projeto de vida: a excelência profissional. Serei eternamente grata. Você é um exemplo para ser seguido!

À coorientadora Dr^a Maria do Socorro Araujo, que muito me auxiliou nesta etapa final, abrindo novos horizontes ao meu saber.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), meu carinho e respeito pelo vosso trabalho dinâmico que transformou minha atuação profissional.

Aos colegas de turma, Andreia, Érica, Verônica, Willian, Gilberto, João, Marcílio, Maxsuel, Rinaldo e Henrique pelo companheirismo de todos.

À minha amiga, Conceição Barbosa, que desde a criação do projeto de pesquisa até a finalização, esteve ao meu lado compartilhando experiências tornando-se ponto de apoio e incentivo nos momentos árduos da jornada de qualificação.

À tia Nica Xavier Rodrigues, pelo amor e carinho concedendo-me a hospedagem e suprimindo a falta do aconchego de minha família com seu companheirismo e atenção.

Aos colegas de profissão das escolas Nossa Senhora de Fátima e Padre José de Anchieta: Auleni, Kelly, Sidinéia, Maglane, Juliana, Jorcélia, Yonice, Isaías, Patrícia, Shirley, Silvana Zago, Elaine, Elizne, Alessandra, Cristiane e Madalena, que mesmo ausentes fisicamente senti as vossas presenças e apoios através da força maior que nos une, a oração. Sei que verdadeiros amigos são como joias preciosas, que mesmo provadas pela adversidade da vida permanecem reluzindo ao reflexo do respeito, companheirismo e atenção. Poder contar com as vossas amizades foi esplêndido para esta conquista.

Aos fundadores e não fundadores de Araputanga, meu respeito e agradecimento por concederem as entrevistas, o que me possibilitou a concretização desta dissertação.

Aos cidadãos que ocuparam o cargo de prefeito no município de Araputanga, minha eterna gratidão pelas vossas disponibilidades em contribuir para que minha formação se realizasse, através de vossas entrevistas que vieram enriquecer e dar um novo olhar para a história que os senhores protagonizaram nesta região.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balsa que fazia a travessia do rio Paraguai, antes da construção da Ponte 1957 - 1958; Início da formação do município de Araputanga	33
Figura 2 - Desmembramentos territoriais do município de Cáceres	34
Figura 3 - Municípios desmembrados de Cáceres, a partir de 1943	36
Figura 4 – Mapa do município de Araputanga	39
Figura 5 - Caminhão que transportava madeira na região – 1963	41
Figura 6 - Registro fotográfico de residência construída na década de 1960 pelos imigrantes asiáticos (coreanos e japoneses)	45
Figura 7 - Vestimentas dos imigrantes asiáticos (coreanos e japoneses) no município de Araputanga – década de 1960	47
Figura 8 - Serraria Pita explorando madeira em Araputanga no início de 1963 ...	49
Figura 9 - Escola Estadual João Sato na década de 1970	54
Figura 10 - Igreja São José – 1969	55
Figura 11 - Igreja São José – final da década de 1970	56
Figura 12 - Igreja São José – década de 1980	56
Figura 13 - Igreja São José – 2016	57
Figura 14 - Pe. Ermínio Celso Duca na apresentação do Projeto do Cooperativismo – 1975	58
Figura 15 - Indústria da Cooperativa Agropecuária do Oeste - MT Ltda no ano da sua inauguração – 1981	59
Figura 16 - Prédio do primeiro hospital de Araputanga- década de 1970	60
Figura 17 - Hospital Geral construído pelos médicos do município de Araputanga-MT	60
Figura 18 - Limites do Município de Araputanga	64
Figura 19 - Vista parcial de Araputanga – 1978.....	66
Figura 20 - Vista parcial de Araputanga - década de 1980.....	73
Figura 21 - Vista parcial de Araputanga - década de 1990.....	75
Figura 22 - Frigoara no início do abate - final da década de 1980	76
Figura 23 - Vista parcial de Araputanga - década de 2010.....	78
Figura 24 - Serraria Pita- primeira instalada em Araputanga- 1963.....	83
Figura 25 - Desmatamento em Araputanga na década de 1970	85

Figura 26 - Espessura das árvores no município de Araputanga.....	87
Figura 27 - Serraria Turazi- década de 1970.....	88
Figura 28 - Avenida 23 de Maio – 1965	89
Figura 29 - Máquina de beneficiamento de David Nogueira - Avenida Castelo Branco - Início da década de 1980.....	95
Figura 30 - Lavoura de Café- década de 1970	97
Figura 31 - Parte externa da Minas Cabaçal e Mineração Manati - Início da década de 1990	103
Figura 32 - Exploração dos minérios na Minas Cabaçal e Mineração Manati – Início da década de 1990	106
Figura 33 - Entrada do túnel da Minas Cabaçal e Mineração Manati - Início da década de 1990.....	111
Figura 34 - Primeira entrega de leite na Cooperativa, sendo acompanhada pelo Padre Ermínio Celso Duca e membros de sua diretoria – 1981.....	119
Figura 35 - Avenida 23 de Maio no início da emancipação	125
Figura 36 - Prédio da delegacia, presídio e polícia civil – 1984.....	130
Figura 37 - Reforma no prédio da delegacia, presídio e polícia civil- 1995.....	131
Figura 38 - Inauguração do prédio da delegacia, presídio e polícia civil – 1996...	131
Figura 39 - Lago Azul em 1994	135
Figura 40 - Lago Azul em 2016	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios que se originaram de Cáceres	35
Tabela 2 - Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécies de efetivo - série histórica (1970/2006) – Unidades da Federação do Mato Grosso	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principal obra dos Gestores de Araputanga	143
------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional do município de Araputanga	71
Gráfico 2 - Evolução da arrecadação do município de Araputanga de 1989 à 2016	141

LISTA DE ABREVIATURAS

CHEC - Centro de História Educação e Cultura
COHAB - Companhia de Habitação Popular
COOPERB - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Rio Branco
CPAC - Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CPP - Comissão de Planejamento da Produção
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETA - Estação de Tratamento de Água
FCARP - Faculdade Católica Rainha da Paz
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviço
IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Mato Grosso
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
PFL - Partidos da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento
SESI - Serviço Social da Indústria
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos
UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso

RESUMO

SANTOS, Vanusa Irene Xavier. **Formação territorial do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais**. 2017. 158 f. Tese (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2017.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a formação territorial do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais, assinalando o processo evolutivo que permeia a construção dessa comunidade, fazendo um viés na História Oral. A investigação utilizou de procedimentos metodológicos, valendo-se da pesquisa qualitativa hermenêutica, utilizando as categorias geográficas: “lugar” e “paisagem” como norteadores da presente pesquisa. Para culminar os objetivos foram realizadas leituras bibliográficas, investigação de documentos escritos particulares e públicos, entrevistas com os fundadores e não fundadores, explorando o conhecimento dos mesmos em relação à formação territorial do município e suas mudanças socioespaciais. Os objetivos vislumbrados na linha de pesquisa Dinâmica Espacial, buscou responder às indagações da gênese dos principais fatos que marcaram a formação da comunidade, desde o processo de povoamento aos dias atuais, ressaltando os contextos históricos, políticos e culturais. Enfatizou os quatro ciclos econômicos vivenciados no município: madeira, agricultura, mineração e pecuária, frisando as políticas públicas do poder executivo que interveio nessa construção, porque é através das políticas públicas que vão aparecer a somatória das práticas dos governantes e essas exercem influências diretas na vida da população. Pretende-se que os resultados sejam tabulados, analisados e socializados com a comunidade araputanguense. A referida pesquisa permitiu uma maior compreensão do tema abordado, apresentando reflexões sobre a construção desse espaço geográfico, considerando as intervenções dos fundadores e não fundadores como interlocutores do capital cultural que compõe o patrimônio desse povo.

Palavras-chave: Formação territorial; Espaço mato-grossense; Transformações socioespaciais; Memória Oral.

ABSTRACT

SANTOS, Vanusa Irene Xavier. The territorial formation of Araputanga County and its socio-spatial changes. 2017. 158 p. Thesis (Master's in Geography) - Postgraduate Program in Geography, School of Human Sciences, Mato Grosso State University, Cáceres, 2017.

This present study aimed at analyzing the territorial formation of Araputanga County and its socio - spatial changes, pointing out the evolutionary process which permeates this community's construction, making a bias in oral history. Methodological procedures taken include qualitative hermeneutic research, using the geographical categories "place" and "landscape" as guides to it. To achieve its objectives, bibliographical readings, investigation in private and public written documents, interviews with pilgrims and old inhabitants were carried out, exploring their knowledge about the county's territorial formation as well its socio-spatial changes. The objectives of the spatial dynamics research sought to answer the questions regarding the main facts which marked the community's formation, from the settlement process to present day, highlighting the historical, political and cultural contexts. The four economic cycles experienced in the county: wood, agriculture, mining and livestock were emphasized, watching the public policies of the executive power which intervened in this construction, as it is through those policies that the rulers' practices will sum up having direct influences on the population. The results are intended be tabulated, analyzed and socialized with the Araputanguense community. This research allowed a greater understanding of the topic, presenting reflections on the construction of this geographical space, considering both the settlers' and non-settlers' interventions as interlocutors of the cultural heritage which composes these people's patrimony.

Keywords: Territorial formation; Area of Mato Grosso; Socio-spatial transformations; Oral Memory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3 DELINEAMENTO DO QUADRO TEÓRICO	22
3.1 Paisagem e lugar enquanto categorias geográficas: uma breve análise	23
4 GÊNESE TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDOS	28
4.1 Formação territorial do município de Cáceres	31
4.2 Formação do município de Mirassol d'Oeste	37
4.3 Araputanga: antecedentes e aspectos gerais	39
5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA NA VISÃO DOS FUNDADORES E NÃO FUNDADORES	64
6 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA DE ARAPUTANGA	81
6.1 O ciclo da madeira	82
6.2 O ciclo da agricultura	92
6.3 O ciclo da mineração	99
6.4 O ciclo da pecuária bovina	111
7 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA	123
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

1 INTRODUÇÃO

A Geografia, assim como outras ciências, também estuda a sociedade, porém este estudo acaba sendo individualizado, pois essa ciência utiliza as categorias geográficas: Espaço, Território, Paisagem, Região e Lugar como fonte para o conhecimento, onde o Espaço Geográfico é tido como dinâmico e produzido a partir da relação homem/natureza, transformando a natureza em segunda natureza (CAMACHO, 2010). O autor confirma que as relações de trabalho são condicionadas ao capitalismo, direcionando à produção, reprodução e acumulação de capital, contribuindo para o aumento da desigualdade social e econômica, o que acarreta uma divisão de classes sociais.

Camacho (2010) contextualiza que através do trabalho podemos entender o processo de produção e construção do território, onde o homem se relaciona com a natureza para sua sobrevivência. Ainda relata que através do trabalho surgem as mudanças econômicas, sociais, culturais e religiosas na sociedade.

Para compreendermos as mudanças geográficas ocorridas em Araputanga, município localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso, foi necessário analisar as políticas públicas da localidade, para entendermos sua evolução, no qual o planejamento e os instrumentos utilizados são essenciais para o desenvolvimento local, sendo necessário perceber a relação do Estado, dos fundadores, das empresas, dos movimentos sociais e da sociedade civil, como agentes transformadores do espaço geográfico (BRASIL, 2011).

O desenvolvimento municipal é um tema em destaque na realidade atual, pois impacta na qualidade de vida da população. A forma como a gestão pública realiza seus propósitos e atende à demanda da coletividade tem ocorrido também por meio da elaboração e da execução de políticas públicas [...] (BRASIL, 2011, p. 7).

De acordo com este contexto, a caracterização do desenvolvimento dos municípios brasileiros vem sendo destaque nas mídias atuais, pontuando que a qualidade de vida da população está intrinsecamente relacionada com a forma de gestão pública, aplicando ou não os recursos financeiros em projetos que estimulam o bem da coletividade, firmando políticas públicas eficientes e eficazes.

Souza (2006), aborda que existem várias concepções sobre políticas públicas, área da política que vai verificar ações públicas, influências dos

governantes que vão gerar repercussão essencial e seleção do que os mesmos vão fazer ou não fazer. É possível identificar modelos desenvolvidos dentro da política pública, com o objetivo de entender porque os governantes não concretizam obras essenciais para a população. Dentro da modelagem ressalta-se “O Ciclo da Política Pública”, que se baseia no questionamento de agenda, em que os governantes enfatizam certas questões e outras são totalmente desprezadas. Pode-se concluir que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento econômico e social para o município (SOUZA, 2006).

Relacionando a afirmação supracitada, o viés investigativo da presente pesquisa tem por objetivo analisar a formação territorial do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais, diagnosticando a política vivenciada no município de Araputanga e sua influência no desenvolvimento econômico. O processo de povoamento de Araputanga, começou nos anos de 1950, sob os efeitos da política de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, conhecida como Marcha para o Oeste, que incentivava a interiorização do País, sendo que as terras devolutas eram ofertadas com valores irrisórios, alimentando o imaginário das pessoas, que caminhavam em marcha para o interior do Brasil, com o discurso Comtista de ordem e progresso (ALVES, 1997).

Entre os vários problemas sociais e econômicos do município de Araputanga, detecta-se a ausência de registros da sua historicidade, que culminou com o objetivo geral desta pesquisa, na qual buscou-se informações sobre a formação territorial e suas mudanças socioespaciais, desde o povoamento dos fundadores no início dos anos de 1960 aos dias atuais, ressaltando-se que o processo de fundação de um município não se deve apenas a um sujeito, mas ao conjunto de atores que contribuem para a sua formação.

Para complementar e sanar as indagações elencadas, trabalhou-se com os seguintes objetivos específicos: identificar as principais mudanças socioeconômicas no município de Araputanga; enfatizar a visão dos fundadores e não fundadores; caracterizar os ciclos econômicos que contribuíram para a formação social do município de Araputanga; e descrever as políticas do poder executivo no processo de formação do município de Araputanga.

Partindo deste direcionamento, justifica-se a necessidade desta pesquisa, visando construir um banco de dados do lugar, utilizando a memória dos fundadores

e não fundadores, ressaltando a contribuição dos cidadãos que cooperaram de forma direta e indireta para a estruturação do município de Araputanga, desta forma será construído uma fonte de pesquisa para aqueles que almejam conhecer a formação territorial deste município.

O trabalho proposto visa contribuir com a comunidade escolar, facilitando a compreensão dos acontecimentos socioespaciais que permearam o processo deste povoamento, compreendendo sua gênese, formação e desenvolvimento.

Assim, a presente dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo que no primeiro relatou os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização desta pesquisa.

No segundo, buscou-se uma compreensão das categorias geográficas, enfatizando “paisagem e lugar” como norteadoras desta dissertação.

Desta feita, no terceiro capítulo, analisou-se a formação territorial dos municípios de Cáceres e Mirassol D’Oeste, visto que Araputanga foi distrito dos mesmos. Quanto à gênese do município em pesquisa, fundamentou-se nas entrevistas de Alves e Sousa (2008), contidas no banco de dados do Centro de História, Educação e Cultura (CHEC) de Araputanga.

Já o quarto capítulo se deteve em caracterizar a formação do município de Araputanga na visão dos fundadores e não fundadores por meio de entrevistas concedidas à pesquisadora.

O quinto capítulo enfatizou a economia do município de Araputanga, ressaltando os quatro ciclos econômicos: madeira, agricultura, mineração e pecuária bovina, os quais contribuíram para as mudanças socioespaciais do município investigado, utilizando de entrevistas com pessoas que vivenciaram o ciclo.

Já o sexto capítulo averiguou a influência dos gestores políticos no processo de formação do município de Araputanga, valendo-se de entrevistas com os prefeitos que atuaram nas gestões de 1989 à 2016.

Há ainda as Considerações Finais, onde se busca apresentar, à guisa de conclusão, uma síntese do que fora apresentado, sob a ótica geográfica, abordando os aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais que contribuíram para a formação socioespacial deste município.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção da referida pesquisa foram feitas leituras bibliográficas, buscando documentos escritos, revistas com históricos publicados sobre a cidade, acervos da Igreja Católica como um dos primeiros históricos produzidos no município e acervos do Centro de História, Educação e Cultura (CHEC) privilegiando fotos, acervos particulares e entrevistas com fundadores e não fundadores. As entrevistas foram realizadas e transcritas por Alves e Sousa (2008).

No primeiro momento foi realizado um estudo científico sobre a memória de 15 fundadores, além de dez entrevistas disponíveis no banco de dados de Alves e Sousa (2008), totalizando 25 fundadores. Essas pessoas foram escolhidas devido a suas participações na construção do município e ao mesmo tempo foram entrevistadas 29 pessoas não fundadoras araputanguenses, que deram sua visão sobre a formação territorial do município de Araputanga. Foram consideradas fundadoras pessoas que chegaram no município até o ano de 1979, tendo em vista que Araputanga foi emancipada nesse ano, e não fundadores os que se mudaram para a unidade político-administrativa desse ano até a atualidade. No total foram entrevistadas 54 pessoas, entre eles fundadores e não fundadores.

As entrevistas com os fundadores e não fundadores aconteceram entre os meses de julho a agosto de 2016 e as dez entrevistas de Alves e Sousa (2008) foram verificadas no mês de maio de 2016. Os entrevistados se dispuseram a relatar de que maneira chegaram ao município, como era a vivência na comunidade, como era a saúde, a educação, a economia que predominava no período, como se deu o processo de formação política dessa cidade, origem dos primeiros habitantes, os principais festejos, moradias que mais se destacavam na época e como era a vegetação no período de sua chegada. Algumas entrevistas foram realizadas na própria residência dos entrevistados, que descreveram oralmente sua chegada no município, sendo que outros preferiram descrever por escrito e entregar no dia posterior.

A memória dos entrevistados foi uma das fontes de identificação das principais mudanças socioespaciais ocorridas no município de Araputanga em confronto como a história científica, como ressalta Pollak (1992) “[...] a memória deve ser entendida [...] como um fenômeno coletivo, social, ou seja, construindo

coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (p.201).

A memória pode ser definida como a construção feita no presente, partindo de vivências e experiências do passado. Essas lembranças podem ser individuais ou coletivas e nascem do convívio social, seja na escola, igreja e outros grupos (KESSEL, 2003). Mediante o processo investigativo sustentou trabalhar a memória dos fundadores e não fundadores sobre o entendimento da formação territorial e as interferências dos mesmos nas mudanças geográficas do município.

Há de se ressaltar que as memórias relatadas pelos entrevistados não significam necessariamente a realidade concreta dos fatos, uma vez que o estudo da memória coloca o orador como protagonista daquilo que narra, havendo, portanto, versões e visões diferentes conforme o ator entrevistado.

Voltando à questão socioeconômica, observa-se que a economia brasileira, no decorrer dos séculos XV ao século XXI, oscilou com produtos que estiveram presentes nas relações comerciais e, conforme a demanda no comércio mundial, o produto era produzido em grande escala (PRADO JUNIOR, 1993). Tomando por base a divisão da evolução da economia brasileira em ciclos econômicos proposta por Prado Junior (1993), a presente pesquisa propõe, para Araputanga, uma divisão em quatro ciclos econômicos: madeira, agricultura, mineração e pecuária bovina, analisando-se como esses ciclos contribuíram com a formação social e econômica do município, ressaltando-se, para Araputanga, a partir da década de 1960, uma analogia do que Prado Júnior (1993) propôs para o Brasil a partir do século XV. Em função disto, o texto poderá exibir idas e vindas na cronologia apresentada.

Uma indagação surge a respeito das ações antrópicas ocorridas na vegetação e na economia, diante do exposto, gerando o direcionamento da pesquisa, onde serão analisados os ciclos econômicos que foram à base da construção do município de Araputanga, os quais formam, a seu tempo, a mola propulsora da economia local e regional (PRADO JUNIOR, 1993).

A madeira foi a primeira fonte de riqueza encontrada pelos portugueses no Brasil no século XV, despertando interesses de outros povos, como os franceses, sendo a tinta encontrada no pau-brasil de grande valia na Europa. Para atender os interesses econômicos externos foi necessário a retirada de muitas árvores, dando início ao processo de colonização brasileira (PRADO JUNIOR, 1993). O ciclo

madeireiro de Araputanga é inerente ao nascimento do município de Araputanga, onde o mesmo foi a mola propulsora da economia da cidade, na década de 1960. Nesse período o povoado era distrito de Cáceres-MT e contava com vastas florestas ainda não exploradas. Tanto no Brasil quanto em Araputanga o ciclo madeireiro perdurou enquanto existia a mata exuberante e compradores para seus produtos. Com o desmatamento se cria locais apropriados para outra prática econômica: agricultura, bastava pesquisar as condições físicas e econômicas (solo, clima, água e preço), conseqüentemente escolher o produto a ser cultivado.

Os portugueses já conheciam o solo e o clima do litoral nordestino e o alto valor econômico da cana de açúcar no exterior fez com que se iniciasse o segundo ciclo do País no século XVI, introduzindo a agricultura comercial em nosso território (PRADO JÚNIOR, 1993). Já em Araputanga, os produtos que mais se adaptavam às condições naturais eram os alimentícios, entre eles arroz, feijão e milho. Nos meados dos anos de 1960 esse ciclo era para a subsistência do povoado, já na década de 1970 passou a ser comercializada no mercado interno do Brasil (PRADO JUNIOR, 1993).

Prado Junior (1993), descreve que a queda do preço do açúcar no mercado internacional e a descoberta do ouro e diamante em território brasileiro fez com que o terceiro ciclo despontasse no século XVIII como a principal renda do País. Já a riqueza mineral existente nos solos de Araputanga proporcionou a instalação de mineradoras com cunho exploratório, desencadeando o desenvolvimento do município no final da década de 1980. Com o esgotamento dos minérios, a retomada do crescimento econômico de Araputanga é fortalecida pelas indústrias de laticínio e frigoríficos bovinos já instalados, estruturando o ciclo da pecuária bovina, sendo destaque na economia local e mato-grossense na atualidade.

Como viés investigativo, recorreu-se à memória dos interlocutores explorando o conhecimento dos mesmos em relação aos ciclos econômicos. A formação do município de Araputanga se fortaleceu em decorrência dos ciclos econômicos que nortearam a sua economia e construção, gerando renda e proporcionando a fixação do povoado. Para atingir esse objetivo foram feitas entrevistas com 13 cidadãos e um depoimento coletados do banco de dados de Alves e Sousa (2008), totalizando 14 pessoas. As entrevistas aconteceram nos meses de julho e agosto de 2016, quando alguns foram visitados pela pesquisadora e se dispuseram a relatar suas

vivências nos diferentes ciclos. A entrevista iniciava com o ano em que cada entrevistado chegou ao município e conseqüentemente qual era a maior fonte de renda nesse período. Mediante as respostas, iniciava-se um diálogo onde o entrevistado relatava sobre o determinado ciclo econômico, suas contribuições e desvantagens no desenvolvimento da cidade. Todas as entrevistas aconteceram nas residências dos entrevistados e foram relatadas oralmente ou por escrito.

O desenvolvimento socioeconômico do município está inerente com as políticas públicas adotadas pelos gestores, as quais devem proporcionar o bem estar dos cidadãos. Para compreender as políticas do poder executivo no processo de formação do município de Araputanga valeu-se de entrevistas com os prefeitos ainda vivos e que atuaram na gestão pública desde sua emancipação até os dias atuais, totalizando sete prefeitos que governaram no município de Araputanga e todos ainda moradores de Araputanga. As entrevistas aconteceram no mês de julho e agosto de 2016, em suas residências. Foi realizado um roteiro para todos os gestores, onde os mesmos deveriam focar nas melhorias feitas por cada um nos setores da saúde, educação, moradia, cultura, infraestrutura e segurança. Em seguida, cada um dos governantes deveriam relatar a arrecadação que dispunham para tais investimentos. Todas as entrevistas foram orais.

Nesta práxis, as narrativas orais constituem-se a principal fonte da pesquisa, as quais permitem, em situação de entrevista, a aquisição da coleta de dados, as formas de apresentação até a edição do texto, visando à publicação, na forma de dissertação.

O ápice da História Oral reside na riqueza oferecida pelos sentimentos, significados e emoções explanadas pelo narrador ao pesquisador. Durante todo o processo de coleta, ou seja, em todas as fases da investigação, a reflexão e análise se fez presente. A atitude de reflexão é inerente ao processo da pesquisa, suscitando que as dúvidas, desconstrói certezas, proporciona novos entendimentos, enriquece e configura a História Oral. (LE GOFF, 1994).

As entrevistas foram realizadas com fundadores e não fundadores que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) e autorizaram sua divulgação.

Foi realizado levantamento de entrevistas gravadas e transcritas com alguns fundadores, realizadas por Alves e Sousa (2008), onde se observou como esses

descreviam os aspectos da produção agropecuária, saúde, violência, vegetação, emancipação, imigrantes, culinária, diversão, construções das residências, eleições, economia predominante e educação. Para complementar, realizaram-se entrevistas com outros fundadores residentes em Araputanga. Nestas entrevistas buscou-se, sobre os aspectos observados em Alves e Sousa (2008).

Optou-se por apresentar os dados das entrevistas conforme o roteiro destas, priorizando a sequência das mesmas e não por assunto, seguindo a cronológica dos fatos.

Foram entrevistadas pessoas que chegaram em Araputanga em diferentes épocas, desde sua formação até os tempos hodiernos, totalizando 54 entrevistados, desses, 25 foram considerados fundadores, chegando no município até 1979 e 29 não fundadores, sendo que dez chegaram na década de 1980, oito na década de 1990, sete na década de 2000 e quatro na década de 2010.

3 DELINEAMENTO DO QUADRO TEÓRICO

Maia e Alves (2009) caracterizam a Geografia como a disciplina que tem como base de estudo a relação do homem com seu meio. Existe dentro da Geografia categorias que se relacionam com o seu objeto e o pensamento humano, determinando assim as categorias geográficas em que estas se relacionarão com a teoria do conhecimento.

De acordo com as escolas norteadoras do pensamento geográfico, o significado de espaço geográfico passou por modificações durante sua evolução. Para Aristóteles, o homem não participa desse conceito e Immanuel Kant o considera como algo sem sentido de significado (SILVA, 2012).

Outros pensadores como La Blache, define essa categoria como o local onde há o convívio do homem com a natureza. Já para Ratzel, espaço geográfico é o local da sobrevivência humana, sendo este indispensável a todos os seres humanos (SILVA, 2012).

Segundo Silva (2012), o seu significado também sofre divergência para autores na atualidade e cita Corrêa (1982), que define essa categoria como todo o planeta Terra, sendo o habitat do homem e reforça com Moreira (1982), que considera espaço geográfico como representação da sociedade, ou seja, resultado da socialização da natureza e o trabalho do homem.

O espaço geográfico é considerado por Silva (2012) como o mais importante objeto de estudo da Geografia, sendo a base das demais categorias geográficas: Território, Região, Paisagem e Lugar.

Braga (2007), define espaço geográfico como um processo sucessivo de ligação do homem com a natureza, sendo este econômico (trabalho), político (disputa) e cultural (saberes). O próprio autor resume que este conceito é a representação do socioespacial.

Abordagens dessas categorias permitem uma compreensão da sociedade. Esses conceitos estiveram presentes desde o surgimento da Geografia como ciência, sendo base para o conhecimento geográfico e devem associá-las às vivências humanas (LISBOA, 2007).

3.1 Paisagem e lugar enquanto categorias geográficas: uma breve análise

O termo paisagem começa a ser estudado por pensadores como Aristóteles, quando o homem passa a perceber que no mundo existem formas e sem elas o mundo não existe, definindo assim que no espaço existem elementos feitos pela natureza e outros construídos (ROCHA, 2007).

O conceito de paisagem dentro da Geografia está relacionado com a paisagem natural, ou seja, conjuntos de elementos naturais que sofrem interferências humanas e posteriormente passam a ser denominada de paisagem humanizada/cultural. Para alguns geógrafos, a paisagem é resultado da interação materializada do homem com a natureza e outros definem como tudo que sua visão alcança, ou seja, o visível e o invisível (COSTA; ROCHA, 2010).

A paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais, podendo persistir elementos naturais, embora já transfigurados pela ação humana (COSTA; ROCHA, 2010).

De acordo com Lisboa (2007), a paisagem está associada a tudo que os sentidos do homem podem perceber, tendo ligação com a sensibilidade humana: sons, cheiros e não somente a visão pode ser explorada. A paisagem é construída historicamente pelos seres humanos de acordo com sua estrutura social, cultural e tecnológica, sendo assim um espaço em três modalidades: natural, social e histórico (COSTA; ROCHA, 2010).

Podemos definir paisagem como resultado de vários acontecimentos do passado e está em constante transformação como por exemplo a erosão de uma rocha, o crescimento de uma cidade etc (LISBOA, 2007). É possível identificar duas correntes responsáveis pelo estudo da paisagem: uma enfatiza a relação dos elementos da natureza com as alterações humanas, sendo assim denominada de sistêmica/geossistêmica; já a outra enfatiza a cultura humana, que resultará na paisagem cultural (COSTA; ROCHA, 2010).

De acordo com Rocha (2007), a Geografia surge nos tempos remotos, sendo uma das suas características a definição de coordenadas geográficas para identificar os diferentes lugares da Terra. A evolução dessa ciência ocorreu com as explorações marítimas, marcando assim a função da Geografia com altos

investimentos em estudos cartográficos para conhecer a rota marítima que mais proporcionasse lucros, com menores riscos.

Segundo Rocha (2007), mediante esses investimentos, a Geografia passa a atuar em outra atividade, que é a descrição dos espaços. O pesquisador que mais aderiu a essas descrições foi o naturalista alemão Alexandre Von Humboldt.

Já no final do século XIX e metade do século XX, surge a necessidade de uma Geografia mais específica, que deveria estudar a relação das forças naturais com a ação humana, passando o homem a ser o centro de análise, surgindo assim a Geografia Cultural (ROCHA, 2007). Para o autor, a pesquisadora Anne Buttimer foi muito importante na constituição da Geografia Humanística, quando a mesma enfatizou trabalhos sociológicos nos valores geográficos, analisando as ideias a partir de um ponto de vista fisiológico, proporcionando o surgimento da Fenomenologia dentro da Geografia. Todavia Rocha (2007), reforça que:

Buscando uma maior compreensão dos ideais dessa linha de pensamento, a Geografia Humanística é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos. (ROCHA, 2007, p. 21).

Segundo Rocha (2007), as pessoas têm percepção do mundo e todas a expressam utilizando os valores e atitudes no meio ambiente, ou seja, a “Geografia Humanística busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza seu espaço e o seu mundo e nele se relaciona.” (p.21).

A Geografia Humanística buscou apoio filosófico no método fenomenológico, descrevendo o mundo vivido a partir da experiência do homem, reconhecendo os detalhes da estrutura perceptiva (ROCHA, 2007).

A mesma é influenciada pela Fenomenologia, e os alicerces estão dentro da paisagem, defendida pela escola francesa. No entanto, para Ferreira (2014), os alemães e anglo-saxões iniciaram a Geografia Cultural, quando a maior preocupação era interpretar o meio ambiente através da cultura dos homens (FERREIRA, 2014).

Para a Geografia Humanística, lugar é o espaço vivido, carregado de afetividade e significado (COSTA; ROCHA, 2010).

[...] A perspectiva humanística é desenvolvida sobre as bases teóricas da fenomenologia, que tem na percepção do sujeito sobre o objeto a principal referência. Assim, o lugar é estudado a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço. (COSTA; ROCHA, 2010, p. 51).

Para Carlos (1996), na Geografia e nas Ciências Humanas, a definição de lugar acaba surgindo como uma necessidade, devido ao processo de globalização, levando o mundo para uma homogeneização. A história do lugar depende da sua construção, em que a cultura, língua, hábitos, tradição e o que vem de fora, constroem o lugar.

Lugar é o espaço vivido, onde é produzido a existência social do homem (CARLOS, 1996). O lugar é algo abstrato, inicia como um espaço indiferenciado, à medida que vivenciamos esse espaço, adquirimos conhecimento e criamos nele significado e sentido, esse mesmo espaço passa a denominar-se “Lugar” (COSTA; ROCHA, 2010). Para os mesmos autores os lugares apresentam forma e cor, estão carregados de sentidos para aqueles que moram e frequentam, sendo um espaço vivenciado e com vários significados.

De acordo com Tuan (1983), espaço e lugar são categorias pessoais que indicam os conhecimentos cotidianos, sendo o lugar a confiança e o espaço a independência, estando presente em vários locais: residência, bairro, cidade, estado e até mesmo o país; porém, o lugar também pode ser indicado como objeto, algo muito valioso, com muitos significados adquiridos ao longo dos tempos. O mesmo autor reforça que: “O lugar pode ser definido de diferentes maneiras. Dentre elas, está: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção” (TUAN, 1983, p.179).

Segundo Tuan (1983), “[...] O espaço transforma em lugar à medida que adquirir definição e significado. [...]” (p.151). Para o autor o lugar é uma interrupção na locomoção, essa pausa faz com que o homem identifique o valor daquele espaço, conseqüentemente cria-se nesse momento uma afinidade, surgindo assim “o lugar “. No entanto, para a Geografia Crítica, o lugar é um espaço particular, onde estão presentes os elementos históricos, culturais e sua própria identidade, materializando suas particularidades e suas possibilidades (COSTA; ROCHA, 2010). De acordo com o mesmo autor, não é possível estudar o lugar sem uma preocupação afetiva. Mesmo com a globalização, as particularidades do lugar não desaparecem, resistindo à tendência de homogeneização.

A compreensão de lugar é amplo, para a Geografia Tradicional esse conceito está relacionado com as particularidades naturais e culturais, noção de características próprias do espaço (COSTA; ROCHA, 2010).

A categoria lugar refere-se a uma realidade local, associado por indivíduo ou grupo, sendo compreendida como parte do espaço geográfico, áreas destinadas para a vida, desenvolvendo atividades cotidianas, relacionadas à sobrevivência do homem, experiências e de certa forma, um envolvimento com o mundo. A vida e o cotidiano das pessoas vão individualizando os lugares, onde cada indivíduo adquirirá um lugar diferente do outro (LISBOA, 2007).

“O lugar é a porção apropriada para a vida [...]” (CARLOS, 1996, p.20), sendo apropriado através do corpo, dos passos dos moradores, dos sentidos, não podendo ser a metrópole, porque você o vive parcialmente (um bairro, por exemplo) e sim a pequena vila, vivida e conhecida por inteira (CARLOS, 1996). Para Santos, (1996), a cidade é o lugar onde há mais encontros e a mobilidade das pessoas é mais intensa porque proporciona um deslocamento maior e as relações interpessoais também são maiores. “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1996, p. 213).

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. (SANTOS, 1996, p. 218).

Apontar o conceito de lugar é necessário por causa da evolução dos processos que envolvem os lugares, pois o mundo está dentro desses espaços e Hissa (2006), trabalha com esse conceito fazendo um recorte do mundo globalizado, ou seja, mesmo que vivamos em um espaço de grandes interações, existe nele o lugar individualizado. Tuan (1983) ainda reforça que: “O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar” (p.198).

Para Hissa (2006), o homem vive se movimentando, mas a maioria se fixa em um lugar, onde a existência do homem dá sentido à vida. A afinidade entre as pessoas, na sociedade, é do mesmo modo a afinidade que eles demonstram com os

lugares. Contudo, para Carlos (1996), o lugar é revelado pela história de um povo e também pelo peso da história do homem, podendo ser um espaço monumental.

O lugar é produto das relações humanas entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida [...]. (CARLOS, 1996, p. 29).

Segundo Augé (1996), é possível identificar também o não lugar, ou seja, o contrário de lugar é a metade do não lugar, pois, uma pessoa não consegue viver o lugar por completo. O mesmo autor enfatiza que o não lugar simboliza um espaço onde não há nenhuma identidade, nem relação e muito menos uma história: rodovias, metrô, aeroportos etc. Não se trata de determinar um bom lugar para o homem e nem um mau lugar, pois viver em uma vila onde todos se conhecessem e se relacionam, nem sempre parece ser algo agradável, mas, esse lugar apresenta alma.

Do lado do lugar há o sentido, mas também a não liberdade, a coação. Do lado do não lugar há o sentido, uma liberdade individual que pode chegar ao absurdo e a perda de identidade. Quando um nacionalista fala do cosmopolitismo, invoca os lugares em oposição aos não lugares, isto é, em oposição aos espaços de mistura. Dito isto, há não lugares em locais onde eles nada têm a fazer. Os vendedores numa grande superfície ou os distribuidores de gasolina num posto participam da familiaridade cotidiana [...]. (AUGÉ, 1994, p. 247).

Para o geógrafo existem dois espaços: o lugar que ele estuda e aquele mais vasto, onde recebem influências das relações locais, não perdendo de vista o lugar da sua análise e nem as fronteiras, responsáveis pelo desenvolvimento externo (AUGÉ, 1994). O não lugar é um espaço sem identidade, sem relações históricas, incluindo aeroportos, quarto de hotel, ocupando assim, muito espaço (BAUMAN, 2001).

“Os espaços vazios são antes de mais nada, vazios de significados” (BAUMAN, 2001, p. 120). Os espaços vazios são invisíveis e a cidade tem muitos habitantes e cada um com um mapa de sua cidade em sua memória, nesses mapas há espaços vazios. São espaços que sobram depois da construção de espaços importantes, muitos desses espaços são ocupados por diferentes usuários (BAUMAN, 2001).

4 GÊNESE TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDOS

A importância de conhecer a origem de um município apresenta desafios concretos, mas a oralidade continua sendo sua predominância. Diante desta lacuna, ou seja, falta de registros sobre a formação do município de Araputanga, fez-se necessário recorrer à memória para compreender o seu processo de construção. Mediante o exposto foi fundamental um estudo sobre os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste, uma vez que o processo de formação da municipalidade de Araputanga perpassa pela história dessas duas cidades.

Siqueira et al. (1990), revela que os bandeirantes paulistas iniciaram o processo de interiorização do Brasil em busca de mão de obra escrava, penetrando em Mato Grosso à procura dos índios Coxiponé. A Bandeira de Antônio Pires de Campos, em 1718, atingiu o rio Coxipó e, em 1719, a Bandeira de Pascoal Moreira Cabral também chega no território, a qual acidentalmente, encontra ouro nas barrancas daquele rio (SIQUEIRA et al. 1990).

As bandeiras tinham caráter comercial, adentrando o interior do Brasil, procurando ouro e índios, rompendo assim o Tratado de Tordesilhas que previa a separação da recente colônia entre Portugal e Espanha. É com essa interiorização que Mato Grosso começa a ser povoado (SIQUEIRA et al. 1990).

De acordo com Siqueira et al. (1990), o período de 1772 a 1789 foi muito importante para o povoamento da Capitania de Mato Grosso, devido ao aumento da extensão oeste do Estado, que inicia no vale do rio Guaporé até as margens do rio Paraguai. Para garantir essa ampliação foram criados fortes e ao mesmo tempo povoamento da área. Já no ano de 1824 as Capitânicas brasileiras passam a ser denominadas de Províncias. Ferreira (2014) relata que após a Proclamação da República do Brasil, em 1822, Mato Grosso tem seu primeiro governador José Saturnino da Costa Pereira que assume em 1825.

Em setembro de 1834 toma posse como governo da província de Mato grosso Antônio Pedro de Alencastro que, além de instalar a Assembleia Legislativa Provincial e criar o embrião do que viria a ser a Polícia Militar do Estado, oficializa a mudança definitiva da Capital Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá, por meio da Lei nº 19, de 28 de agosto de 1835 (FERREIRA, 2014, p.74).

Com a transferência da capital do Mato grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade, no dia 28 de agosto de 1835, para Cuiabá, essa cidade passa a ser a mais importante do Estado, instalando-se nela os principais centros comerciais e ao mesmo tempo há um melhoramento em sua infraestrutura (FERREIRA, 2014). Entre os anos de 1864 a 1870, a população mato-grossense participou ativamente da guerra contra o Paraguai. Nessa disputa muitas pessoas perderam a vida, tanto no confronto ou pela varíola. Em 1889 Antônio Maria Coelho assume o controle do Mato Grosso, contribuindo para que em 1891 se promulgasse a Primeira Constituição do Estado (SIQUEIRA et al. 1990).

É a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, em que o mesmo visava promover a integração da economia brasileira, que Mato Grosso passa a ter um desenvolvimento mais significativo no contexto nacional, dando início a sua configuração econômica de fronteira agrícola. (FERREIRA, 2014).

A proposta da “Marcha para o Oeste” era de instalar ‘pontos avançados de colonização’ dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os “espaços vazios” do Oeste e da Amazônia para criar no ‘novo espaço’ a ‘nova ordem social’. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas. (LENHARO, 1986 apud por FERREIRA, 2014, p. 76).

“A Marcha para o Oeste, empreendida por Getúlio Vargas, foi suficiente para estimular migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso” (SIQUEIRA, et al.1990, p. 255). Esse projeto visava fixar o trabalhador no Mato Grosso em pequenas propriedades, através de colônias agrícolas (SIQUEIRA, et al. 1990). Já Soares, (2014) relata que a “Marcha para o Oeste” foi uma política territorial, cujo objetivo principal era preencher os “espaços vazios” e integrar a economia nacional.

A região Centro-Oeste passou a cumprir uma função, no contexto do planejamento do Estado e configurou-se como um espaço a se ocupar. Passou a ser conceituada como o espaço de fronteira do capital, exercendo uma especificidade dentro da divisão territorial do trabalho, enquanto fornecedora de produtos agropastoris (grãos e carnes) para abastecimento da indústria de produtos alimentícios e produção para exportação. (SOARES, 2014, p. 62).

As vendas das terras mato-grossenses aumentaram e valorizaram e uma única terra acabou sendo vendida várias vezes a pessoas diferentes. Isto aconteceu porque muitos capitalistas moravam nos grandes centros do País, compravam, não

cercavam e nem produziam em suas propriedades. Compravam para fins especulativos. Ao chegar a suas terras, os capitalistas a encontraram ocupadas por posseiros e grileiros, que por não terem condições financeiras de comprá-las, ocupavam ilegalmente (SIQUEIRA et al. 1990).

O confronto entre proprietários e posseiros foi bastante violento, pois os primeiros queriam riquezas e capital em suas terras e os posseiros não desejavam abandoná-las. Pós-lutas sangrentas, levadas de posseiros eram os que, na frente, iam desbravando e criando condições para que os pioneiros chegassem. Os posseiros representavam a Fronteira do Capital. (SIQUEIRA, 1990, p. 257)

O Estado do Mato Grosso é um grande produtor agrícola, isto se deve a presença dos pioneiros na sua construção. “Consequentemente, os pioneiros apresentados são sempre pessoas voltadas para o trabalho com a terra” (HEINST, s/d, p. 6). Os paulistas que se deslocavam para Mato Grosso se elegeram como herdeiros dos bandeirantes, sendo considerados pessoas que traziam desenvolvimento e progresso para o Estado (HEINST, s/d).

Procura-se fazer que o local teve [sic] bom desenvolvimento porque seus pioneiros são pessoas procedentes de locais “desenvolvidos” economicamente e de tradição agrícola. Esse discurso dissemina-se em todo território estadual, especialmente nos municípios de ocupação recente como o de Mirassol D’Oeste, que teve sua ocupação em princípios da década de 1960. (HEINST, s/d, p. 6)

Com a política “Marcha para o Oeste”, Mato Grosso passou a receber migrantes de várias localidades do País, aumentando sua população, com isso, houve desmembramento em vários municípios do Estado. Só em dezembro de 1953, 12 municípios foram emancipados (FERREIRA, 2014).

Ferreira (2014), ressalta que entre as décadas de 1950 e 1982, com a construção de Brasília, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a implantação dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), a divisão do Estado do Mato Grosso, melhoramento da infraestrutura e incentivos fiscais, fizeram aumentar o número de municípios, saltando de 27 em 1953, para 58, em 1982. No ano de 1979, logo após a divisão do Estado, foram criados 15 municípios, mas, 80% das emancipações ocorreram devido aos projetos de colonização: Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Jauru, entre outros, são exemplos dessa criação.

4.1 Formação territorial do município de Cáceres

Conforme Ferreira (1997), o Tratado de Tordesilhas, as terras onde situa o Mato Grosso pertenciam à Espanha. Entre os séculos XVI e XVIII esse espaço despertou pouco interesse para os espanhóis, pois os mesmos tinham maior lucratividade se fixando em locais com grande quantidade de minérios, como por exemplo a porção oeste da América do Sul. O desinteresse se deu também pela enorme quantidade de índios na região, onde formavam uma grande barreira para os colonizadores. Contudo Ferreira (2014), ressalta que o povoamento das terras mato-grossense só ocorreu por volta do século XVII, quando bandeirantes paulistas ultrapassaram os limites desse Tratado nos anos de 1673 e 1682.

O interesse dos bandeirantes paulistas na referida região era apenas capturar os índios e comercializá-los na região de São Paulo. Já em 1719, a expedição de Pascoal Moreira Cabral encontrou pepitas de ouro em Cuiabá, denominando-a de Minas de Cuiabá e nesse período, esse povoado pertencia à Capitania de São de Paulo, iniciando assim, o ciclo do ouro na Província. Este tipo de exploração já era praticado na região de Minas Gerais e despertou muito interesse dos bandeirantes devido sua lucratividade (FERREIRA, 1997). Segundo o mesmo autor, em 1737, paulistas que se aventuravam à procura dessa riqueza fundaram o arraial de Pouso Alegre, atual Vila Bela da Santíssima Trindade. Um ano depois, garimpeiros cuiabanos descobriram ouro em dois afluentes do rio Guaporé: Alegre e Corumbiara, aumentando a fixação de moradores nessa região.

Rolim de Moura, em 1752, funda a primeira capital da Província: Vila Bela da Santíssima Trindade, que em 1818 tem seu nome alterado para Mato Grosso e, no ano de 1978, volta a se chamar Vila Bela da Santíssima Trindade (FERREIRA, 2014).

Silva (1992) confirma que com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a região começa a se desenvolver. Rolim de Moura, a mando da Coroa Portuguesa, em 1754, manda erguer o marco da fronteira da barra do rio Jauru, definindo os limites do País. O mesmo autor reforça que em 1772, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres funda na região um entreposto comercial, chamando-o de Registro, que tinha como objetivo a fiscalização da cobrança de imposto, evitando assim, o contrabando do ouro na região do Guaporé. No dia 6 de outubro de 1778 é

criada Vila Maria do Paraguai em homenagem à rainha, D. Maria Primeira – A Louca. Soares (2014), ressalta alguns motivos que levaram a sua fundação:

Consta que a fundação do povoado à margem esquerda do rio Paraguai, ocorreu por alguns motivos relevantes tais como: a defesa e o incremento das fronteiras de domínio de Portugal a Oeste; a abertura de uma via de navegação com a cidade de São Paulo; a facilidade das comunicações e de relações comerciais entre as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, atual capital do Estado. (SANTOS, 2013 apud SOARES, 2014, p. 54).

O povoado só foi elevado à categoria de vila em 1859 e de cidade em 1874, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres. Já em 1938 passa a se chamar Cáceres. A Vila experimentou ciclos de crescimento econômico, de decadência e estagnação (FERREIRA, 2014).

No primeiro ciclo destacaram as atividades agropastoris, quando grandes propriedades produziam cana-de-açúcar para originar aguardente e açúcar; em outras propriedades praticavam a pecuária bovina, para criar o charque, destacando as fazendas: Facão, Barranco Vermelho, Ressaca, Descalvado e Jacobina (FERREIRA, 2014).

Ferreira (2014), relata que no segundo ciclo sobressaiu o extrativismo da poaia [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes- *Rubiaceae*], planta medicinal que destaca principalmente em solos de alta fertilidade, merecendo destaque os municípios de Barra do Bugres e Cáceres. Este ciclo econômico e a abertura da navegação no rio Paraguai trouxe um certo progresso para o vilarejo:

A abertura da navegação pelo rio Paraguai, a produção nas grandes fazendas e a extração da poaia criaram uma economia exportadora e novas relações comerciais e políticas com o capital estrangeiro e também fez com que São Luiz de Cáceres, cuja população residente se concentrava em maior número nas grandes fazendas, experimentasse um relativo progresso com a abertura de casas comerciais, da Câmara Municipal e com a vinda para a cidade de fazendeiros e importantes comerciantes. (FERREIRA, 2014, p. 144).

Segundo Ferreira (2014), o terceiro ciclo inicia com a escassez da poaia, porque os poaieiros retiravam a planta e não replantavam outra no lugar, diferente dos índios, que ao retirar, já faziam o reflorestamento, evitando o esgotamento. O desmatamento da região para a formação da pastagem e para cultivar o arroz e o feijão acelerou seu esgotamento. A crise também chegou às fazendas, porque os

belgas, que tinham muito capital na região, começaram a retirar seus investimentos, levando a uma decadência na produção da carne. Além disso, a libertação dos escravos, em 1888, contribuiu para a redução da produção nas grandes fazendas de São Luiz de Cáceres, entrando numa fase de estagnação econômica.

Ferreira (1997), afirma que pouco tempo depois da fundação da Vila Maria do Paraguai é encontrado ouro no vale do rio Cabaçal, sem muito vulto. O mesmo autor reforça que essa região também recebeu influência do povo chiquitano, da Bolívia. Houve a miscigenação desse povo com os negros e deu origem aos Caburés.

Figura 1 - Balsa que fazia a travessia do rio Paraguai, antes da construção da Ponte 1957 – 1958; Início da formação do município de Araputanga.



Fonte: CHEC (2016)

Para aumentar a população no vilarejo de Vila Maria do Paraguai, Luiz Albuquerque incentiva a vinda de pessoas. Assim os índios chiquitanos da Bolívia começaram a migrar em grande número para a Vila. O governo da província da Bolívia reclamou, uma vez que poderia reduzir sua população, devido ao grande fluxo de migrantes (FERREIRA, 1997).

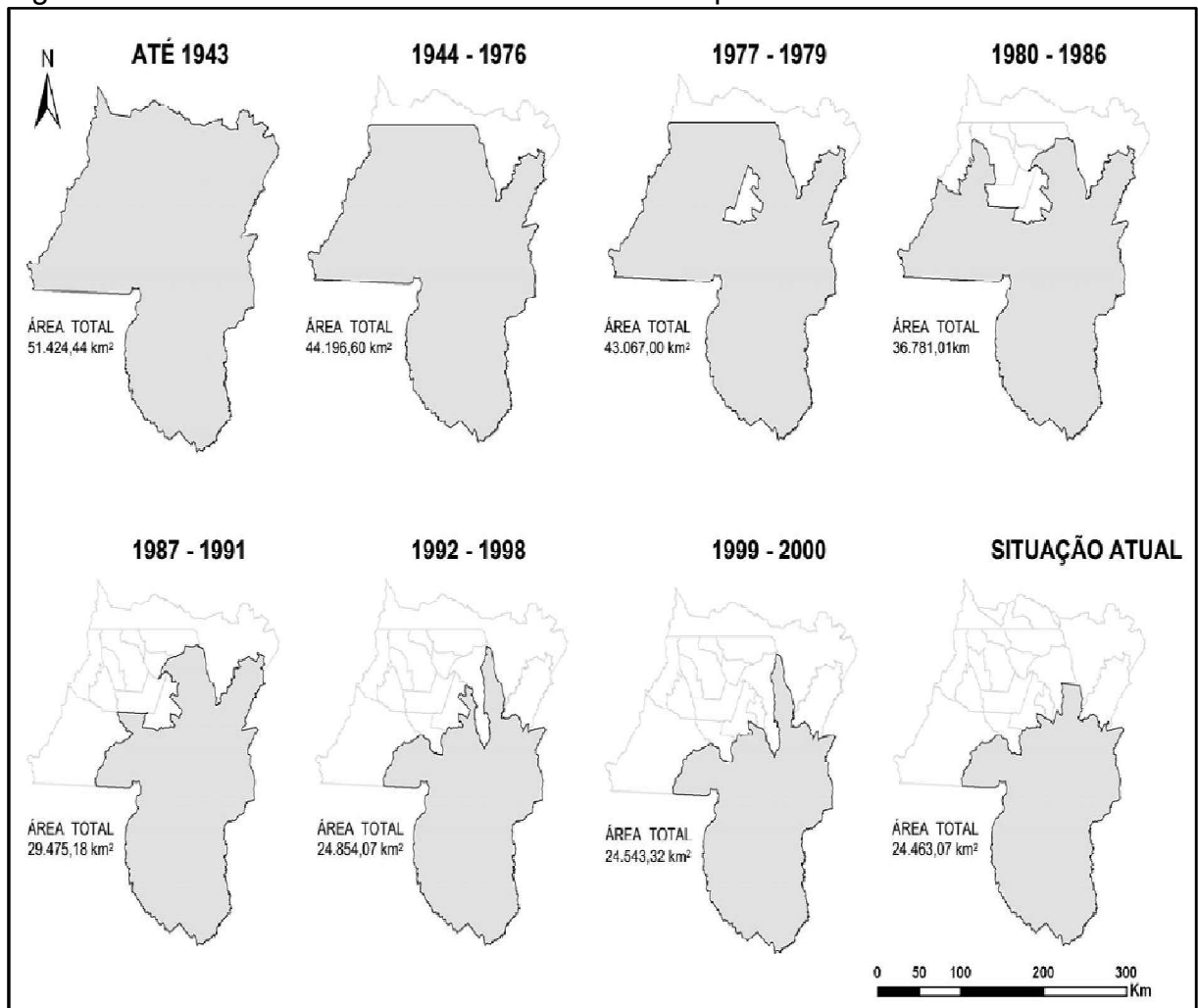
No processo evolutivo de Vila Maria do Paraguai aconteceram outras migrações e alguns conflitos, entre eles podemos citar a guerra com o Paraguai,

onde o vilarejo acabou sediando o 6º Batalhão da Guarda Nacional, sendo comandado por Luiz Benedito Pereira Leite, em janeiro de 1866, ficando essa região preservada de ataques paraguaios (FERREIRA, 1997).

Um dos fatores que dificultavam o povoamento no sudoeste do Mato Grosso era a falta dos meios de transportes, não existindo estradas e muito menos pontes, em especial à do rio Paraguai.

Cáceres é o quarto município do Mato Grosso em extensão territorial, sendo superada por Colniza, Juína, e Aripuanã. A Figura 2 mostra que sua extensão era de 51.424,44 km² em 1943, já na atualidade apresenta 24.463,07 km². A redução da sua área se deve aos desmembramentos ocorridos no decorrer de oito décadas (FERREIRA, 2014). A Tabela 1 enfatiza os municípios que se originaram de Cáceres, considerada a cidade Mãe de alguns municípios.

Figura 2 - Desmembramentos territoriais do município de Cáceres



Fonte: Neves (2008) apud Ferreira (2014, p.145)

Tabela 1 - Municípios que se originaram de Cáceres.

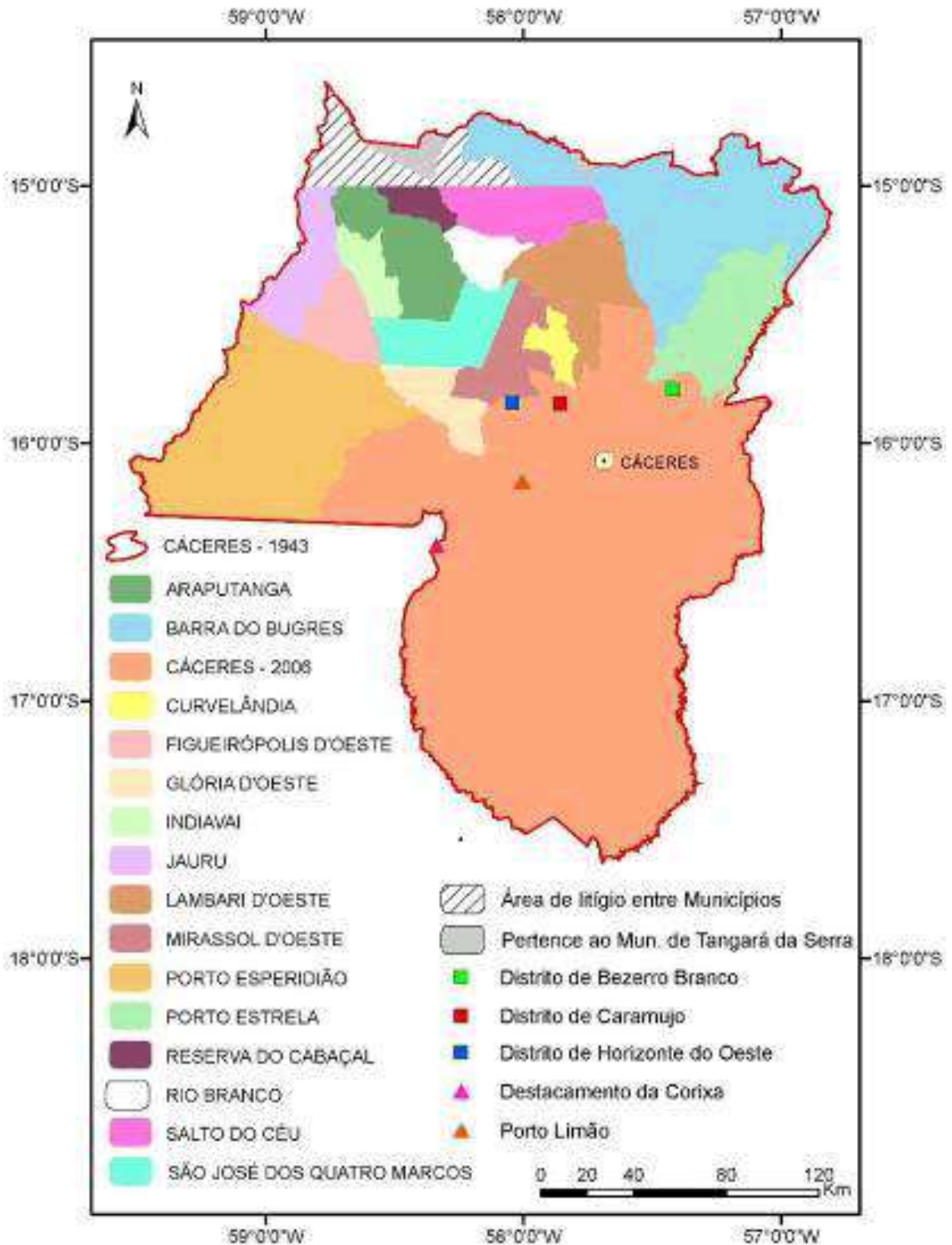
Mãe	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração
Cáceres	Barra do Bugres	Arenápolis	Nova Marilândia
			Santo Afonso
		Tangará da Serra	
		Denise	
		Porto Estrela	
	Mirassol D'Oeste	Araputanga	Indiavaí
		São José dos Quatro Marcos	
		Gloria D'Oeste	
	Rio Branco	Reserva do Cabaçal	
		Lambari D'Oeste	
	Salto do Céu		
	Jauru	Figueirópolis	
		Porto Esperidião	
	Curvelândia		

Fonte: FERREIRA (2014, p.146)

Cáceres, é a cidade mãe de muitos municípios do estado de Mato Grosso, no decorrer dos anos sofreu muitos desmembramentos. A primeira geração são os municípios que surgiram diretamente da cidade mãe, ou seja, de Cáceres, já a segunda geração originaram da primeira geração e os municípios de Nova Marilândia e Santo Afonso fazem parte da terceira porque tiveram origem de Arenápolis. Indiavaí também é considerada da terceira geração, pois se originou de Araputanga que faz parte da segunda geração (FERREIRA, 1997).

Ferreira (2014) destaca que há pontos positivos e negativos dessas emancipações municipais, a exemplo de Lambari D'Oeste que, ao se desmembrar de Rio Branco, ficou com uma extensão duas vezes maior do que este e conseguiu a principal fonte de renda do município, a Cooperb (Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Rio Branco). A Figura 3 mostra os municípios que se desmembraram de Cáceres a partir de 1943.

Figura 3 - Municípios desmembrados de Cáceres a partir de 1943.



Fonte: Neves (2008) apud Ferreira (2014, p.150)

A partir de 1943, o município de Cáceres reduziu sua extensão territorial, porque muitos municípios se emanciparam, visto que a população dos Distritos da referida região aumentou, requerendo maior autonomia em suas administrações.

Segundo Soares (2014), Cáceres na atualidade possui grandes influências em outros municípios porque disponibiliza de serviços não encontrados em cidades menores, como universidades, comércios em geral e principalmente na área da saúde com equipamentos para muitos exames médicos, além do Hospital Regional que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

4.2 Formação do município de Mirassol d'Oeste

Conforme Szubris (2014), o discurso positivista de progresso aliado ao entendimento de ordem tomou conta do Brasil no período pós-proclamação da República, estendendo por grande parte do Século XX e atingindo fortemente o processo de ocupação da região sudoeste do Estado do Mato Grosso, porta de entrada da região Amazônica, fortalecida pela criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), no ano de 1953. Segundo Szubris (2014, p. 32), a instituição desse órgão “contribuiu para aumentar os interesses pelas terras matogrossenses, uma vez que objetivava a apropriação dos recursos naturais da chamada Amazônia Legal, tanto no que diz respeito às riquezas minerais como às vegetais”.

Já referente à formação de Mirassol D'Oeste, inicia em 1960, quando o governo do Estado de Mato Grosso começa a construção da ponte Marechal Cândido Rondon sobre o rio Paraguai, em Cáceres, sendo inaugurada em 1961, ao mesmo tempo acontece a abertura e pavimentação da BR 174 que liga Mato Grosso à Rondônia, juntamente com os projetos de colonização da região, realizados pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC) (FERREIRA, 2014).

Para Ferreira (1997), o início da colonização de Mirassol D'Oeste ocorreu “por força dos projetos de colonização, implementados pelos governos estadual e federal” (p. 440). Este período foi de incentivos fiscais à colonização centro-oestina.

Em 1958, Antônio Lopes Molon, nascido em Taquaritinga-SP, devido aos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo, interessou-se pelo Estado do Mato Grosso, que possuía muitas terras devolutas situadas no município de Mirassol D'Oeste. Outros fundadores como Francisco Lopes Filho, José Lopes Garcia, Nircia Lopes D'Aurea, Walbert Lovisi Silva e Paulo Mendonça se uniram a ele e criaram uma área de colonização e requereram as terras devolutas (MIRASSOL D'OESTE, 2014).

A partir daí, buscaram o interesse de investidores paulistas das cidades de Mirassol, Tanabi, Jales, Votuporanga, Fernandópolis, Santa Fé do Sul e outras cidades da rica região do Estado de São Paulo, em adquirindo terras em Mato Grosso. (MIRASSOL D'OESTE, 2014, p. 1)

Quando falamos em pioneirismo vem logo no imaginário coletivo a ideia de homens fortes, corajosos e desbravadores que conquistaram determinados espaços territoriais. Chauí (2001) afirma que: “O mito fundador é, dessa forma, compreendido como aquele que explica a origem ou a fundação de determinado povo e este é eternizado pela sua constante ressignificação a cada momento da história...” (p. 8). Diante do exposto é possível entender a luta pela dominação do imaginário coletivo buscando o silenciamento de alguns discursos e a homogeneização em torno de um, nascendo assim o mito (CHAUÍ, 2001).

O povoamento de Mirassol D'Oeste teve início quando Antônio Lopes Molon montou um escritório de vendas de terras no início de 1960, onde no futuro seria a cidade. Molon foi tão querido pelo povo da região que o nome da cidade é para homenageá-lo, porque seus familiares moravam na cidade de Mirassol, em São Paulo e “Oeste” teve que ser acrescentado, para evitar a confusão entre as duas cidades (FERREIRA, 1997). Ele procurou uma região agradável que pudesse abrigar as famílias pioneiras que se deslocassem para cá (MIRASSOL D'OESTE, 2014). “Para fins de registro histórico, podemos considerar como fundadores Antônio Lopes Molon, o idealizador, e Benedito Cesário da Cruz, o desbravador”. (MIRASSOL D'OESTE, 2014, p.1).

No processo de ocupação da região sudoeste de Mato Grosso, a escrita histórica vem se processando com a seleção de fatos históricos, principalmente relacionados ao processo de colonização ou pioneirismo das cidades que nasceram em sua maioria a partir das décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto Carvalho (1990), ressalta que os mitos podem se tornar componentes bem poderosos de imposições ao coletivo e ao social. Molon investiu bastante capital no município de Mirassol D'Oeste, requerendo no Departamento de Terras do Estado todas as terras que fossem consideradas devolutas. Depois de documentá-las, fez loteamentos menores (FERREIRA, 1997).

A Comissão de Planejamento da Produção (CPP), órgão do governo federal, que foi criado para organizar a colonização do Estado, sendo um dos responsáveis pelo povoamento, demarcou os lotes rurais, construiu um barracão para dar suporte

aos trabalhadores que desbravassem a mata e distribuiu gratuitamente alimentos conseguidos por meio do Programa Alimentos para a Paz, dos Estados Unidos da América, já que os colonos não tinham capital inicial (FERREIRA, 2014).

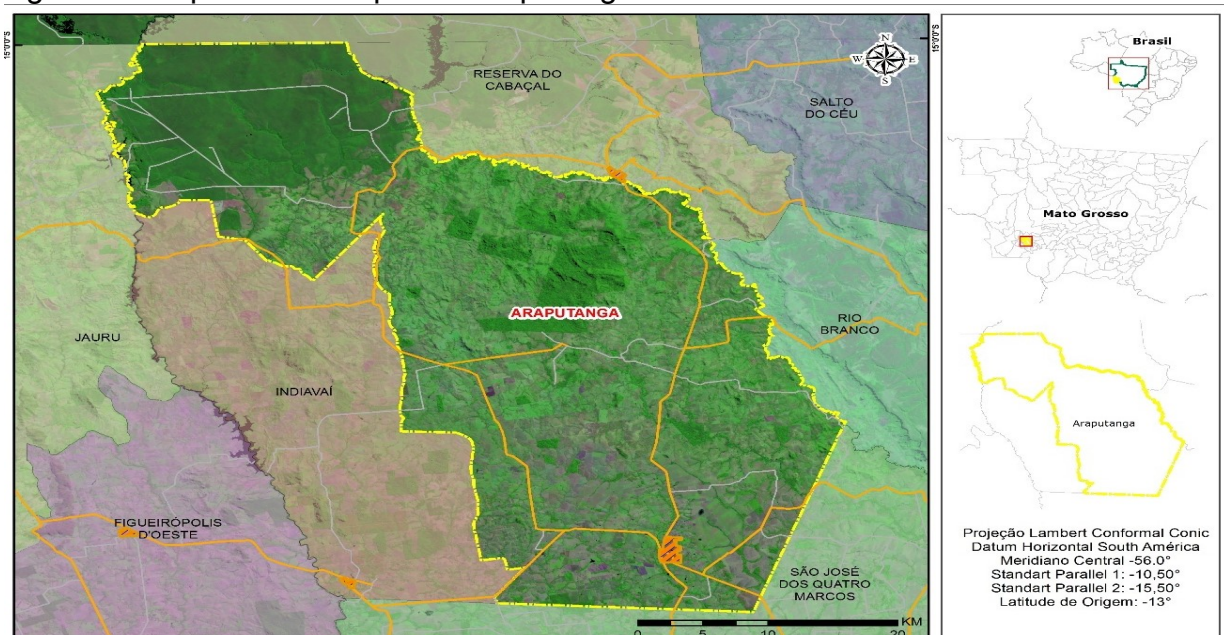
Molon veio a falecer antes de atingir seus objetivos. Os companheiros fundadores continuaram o desbravamento, fixando residências e construindo praças (FERREIRA, 1997). No dia 28 de outubro de 1964, foi lançada a pedra fundamental da primeira igreja de Mirassol D'Oeste, passando pouco tempo depois à categoria de Distrito de Cáceres (SILVA, 1994). Em 1969, esse município consegue eleger seu primeiro vereador para Câmara Municipal de Cáceres (FERREIRA, 2014).

O sonho da emancipação estava cada vez mais próximo. Foi feito um plebiscito no dia 2 de maio de 1976 e, já tendo um número de eleitores de 5.720 exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi aprovada a emancipação no dia 14 de maio de 1976. A instalação oficial do município só veio acontecer no dia 1 de fevereiro de 1977 (FERREIRA, 1997).

4.3 Araputanga: antecedentes e aspectos gerais

Segundo Alves (1997), o processo de colonização do município de Araputanga conforme mostra a Figura 4 teve início na década de 1960 com o projeto de integração nacional do Governo Federal.

Figura 4 - Mapa do município de Araputanga



Fonte: Mapa elaborado por Jonathan Caldas a partir de dados fornecidos pela SEPLAN – MT (2017).

O projeto tinha como objetivos principais estimular o processo de povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste e, conseqüentemente reduzir o fluxo populacional existente na região litorânea do Brasil. Para atingir seus objetivos houve investimentos em infraestrutura na Amazônia como instalação de ferrovias, rodovias, assentamentos, etc.

A colonização do atual município de Araputanga é fruto deste incentivo nacional e estadual, onde percebemos os traços do capitalismo imbuído na formação e desenvolvimento desta pequena cidade [...]. (ALVES, 1997, p. 8).

É dentro desse contexto histórico no qual vivia o Brasil que inicia o povoamento de Gleba Paixão, que mais tarde passaria a se chamar Araputanga. O objetivo principal dos governantes brasileiros era povoar as áreas que estivessem ainda despovoadas e promover uma integração com as outras regiões brasileiras, sendo que, para o caso de Araputanga, os fundadores foram atraídos pela quantidade de madeira, como mostra a Figura 5, principalmente o mogno, que acabou sendo substituído por lavouras de subsistência, iniciando o processo de povoamento em 1959 (ALVES, 1997). O registro fotográfico exposto nesse capítulo elucida as diversas paisagens da cidade de Araputanga em décadas diferentes no decorrer do seu processo de formação territorial, contribuindo com o conhecimento de toda sua gênese, proporcionando dessa forma uma leitura de compreensão do passado com a contemporaneidade.

Nas décadas de 1960 e 1970, os veículos que mais transitavam na região eram os caminhões torreiros, transportando a madeira de Araputanga para outros Estados brasileiros.

Conforme Silva (1994), em 1953 o engenheiro agrônomo Nelson da Costa Marques, a pedido do seu tio Fernando Corrêa da Costa que era governador do Estado de Mato Grosso, mediu as terras devolutas da região que situava entre os rios Jauru e Cabaçal. Quando o mesmo alcançou o Vale do rio das Pitãs encontrou uma paisagem cheia de mata exuberante em suas margens. Como forma de pagamento pelos serviços prestados requereu terras dessa região, onde posteriormente vendeu parte delas para os primeiros compradores de terras no município de Araputanga, Alcides Vidal Salomé, Gabriel Villas Boas, Bertolino Michelees, Iro Matias e Fumio Itai.

Figura 5 - Caminhão que transportava madeira na região – 1963.



Fonte: CHEC (2016)

As vendas ocorreram após o ano de 1958 por valores bem irrisório. Nelson da Costa Marques tinha interesses em povoar a região, porque continuava com a maior parte das terras e queria que o local desenvolvesse economicamente e valorizasse sua propriedade. Segundo o autor, no mesmo período chegava no recém povoado japoneses e coreanos com o objetivo de fixarem moradias no futuro município. Tais imigrantes foram atraídos para Mato Grosso por causa das terras baratas. Antes da chegada dos mesmos, essa região recebia o nome de Ribeirão das Pitas, devido sua proximidade do rio das Pitas e com a chegada deles, resolveram chamá-la de Ituinópolis.

Segundo Alves e Sousa (2008), Nelson da Costa Marques tinha uma propriedade em Araputanga chamada Fazenda Santana, ele nunca morou na cidade em questão, mas era frequentador ativo de Santana, onde pôde acompanhar as mudanças ocorridas em suas paisagens, desde o nome do povoado Ituinópolis para Gleba Paixão e posteriormente para Araputanga. Conheceu seu Oriston Cândido, corretor dessa região, sendo ele o responsável em atrair mais moradores para o

povoado com propagandas das belezas e qualidade das terras. Para concretização desse projeto Nelson doou 40 alqueires de terras para dar início à fundação da cidade. Fez essa doação acreditando no potencial desta terra, porque era uma região muito rica e tinha condições de devolver seu investimento em progresso, sendo também de interesse dele, porque tinha sua propriedade nesta cidade e almejava seu desenvolvimento econômico.

Nelson da Costa Marques, em entrevista a Alves e Sousa (2008) afirma que existia muita poaia no povoado, mas sua exploração foi prejudicada pelo solo argiloso e falta dos meios de transportes. Segundo ele, o governo do Estado do Mato Grosso pouco fazia para melhorar tal situação. As pessoas que possuíam terras no povoado que eram responsáveis pela formação das vias de acesso, iniciavam fazendo picadas no meio da mata, utilizando os cavalos e carro de boi. Aos poucos virava uma estrada que passava até caminhões de tora. Nelson descreve que nessa região tinha muitos animais ferozes, sendo uma área quase inexplorada, mata virgem. Mesmo sendo um grande latifundiário, Nelson da Costa Marques afirma não ter participado de nenhum projeto de colonização, já tendo sua propriedade particular.

O povoamento de Araputanga foi algo demorado devido às dificuldades encontradas no município, principalmente nas vias de acesso. Era comum proprietários comprarem terras e não morar, de uma certa forma todos esperavam que o desenvolvimento chegasse para fixarem suas moradias. Conforme Alves e Sousa (2008), a família do senhor Oscar Gomes foi uma das primeiras a consolidar residência em Araputanga (agosto de 1961). Eram em três irmãos (Ele, Otávio e Francisco). Saíram do Estado do Paraná com destino ao Estado do Acre. Ao chegarem em Cuiabá tiveram um contratempo e a viagem foi cancelada. Sem destino certo, pegaram carona e foram para Cáceres e lá conheceram o senhor Bertolino Michelles que possuía terras em Araputanga e foram convidados a irem trabalhar em sua propriedade. A viagem de Cáceres para Araputanga foi muito difícil, não tinha estrada, era um picadão. Vieram em cima de um caminhão torreiro, ficando um certo tempo em um barraco na própria fazenda. Oscar Gomes relata que não tinha mais ninguém morando na fazenda, somente seus irmãos e ele, permanecendo lá até o mês de maio de 1962, onde os mesmos já tinham

conseguido adquirir um dinheiro e compraram um sítio no vilarejo, fixando definitivamente moradia nesse lugar.

Conforme Alves e Sousa (2008), Oscar Gomes afirma que as terras do vilarejo eram muito baratas, atraindo cada vez mais pessoas ao povoado, custava 10 cruzeiros o alqueire. Foi o que aconteceu com o Shiguemitsu Sato, que comprou terras e fez loteamento, e assim aumentou o número de moradores, porque era mais fácil adquirir um lote para morar do que fazendas para produzir, sem contar o investimento para iniciar a produção. Oscar Gomes ainda expõe que adquiriu um lote e fundou o primeiro estabelecimento comercial do povoado (boteco), permanecendo também com o sítio. “Algumas pessoas pensam que o primeiro boteco foi do Zé Cearense, mas ele vendia seus produtos em sua residência, trazendo seus produtos de Cáceres” (ALVES; SOUSA, 2008). Alves (1997), menciona que as terras vendidas no povoado eram realmente muito baratas, porque a procura por elas era pouca, devido às dificuldades de acesso, mas se as mesmas terras fossem vendidas por corretor, o valor aumentava, porque os mesmos ganhavam comissão em suas vendas.

Ainda de acordo com Alves e Sousa (2008), José Damião está entre os moradores mais antigos de Araputanga, chegando em meados da década de 1960. O próprio confirma que o valor das terras era realmente muito baixo. A dificuldade estava em conseguir o dinheiro para comprá-las. Se compará-las com os valores de mercado na atualidade, são consideradas “de graça”. Segundo ele, a saúde também era muito difícil, não existiam hospitais e nem médico.

A senhora Maria Mamedes tinha uma farmácia que dava os primeiros socorros à população, cuidando das enfermidades das pessoas nesse povoado. Quando surgia qualquer doença mais grave tinha que ir a cavalo para Tabuleta-MT e eram poucos sítiantes que tinham esse animal. Era comum pegar cavalo emprestado para fazer transporte de pessoas e mercadorias. Se o problema relacionado a saúde não fosse resolvido em Tabuleta tinha que ir em Cáceres, onde os recursos para tratamentos médicos eram melhores. (ALVES; SOUSA, 2008).

Alves e Sousa (2008), descrevem que as migrações para Araputanga eram comuns na década de 1960. A população vinha atraída pelas terras da região. O povoado estava em formação, as paisagens predominantes eram as matas nativas. A mesma é alterada com a chegada de trabalhadores para o desmatamento, diferente de outros locais no Estado, em que o ouro era o atrativo. Em entrevista à

Alves e Sousa (2008), José Damião diz que em 1962 chegaram nessa região as famílias dos “Horácios, Pimenta, Carvalho, Sardinha, Zé Balbino, seu Juca Rafael e a família do Bate Pau. Já no ano de 1966 vieram as famílias de seu Talico, seu Venerano, Divino Lopes, Seu Manezinho dos Santos e seu Adolfo”. Conforme José Damião, era comum vir várias famílias juntas em um só caminhão:

Colocavam as crianças no centro e os adultos em volta, protegendo para que não caísse de cima do veículo. Muitas famílias vieram do Estado de Goiás. Os fazendeiros compravam as fazendas e traziam as famílias para derrubar suas matas e trabalhar na agricultura. (ALVES; SOUSA, 2008).

Conforme Alves (1997), quando os primeiros migrantes chegaram nesse povoado, a floresta estava basicamente intacta, porque os índios que aqui habitavam, não tinham conhecimento desse capitalismo desenfreado e viviam em comunidades retirando apenas o necessário para a sobrevivência. Devido as mudanças que ocorreram no código de terras do Brasil:

Em Mato Grosso houve mudanças no Código de Terras (Lei Nº. 336 de 06/12/1949) que favoreceu uma maior colonização das terras no Estado nas décadas seguintes, sendo que o capítulo 5º, concedida títulos de terras gratuitas a quem desejasse estabelecerem-se como agricultores no mesmo. (ALVES, 1997, p. 12).

De acordo com Alves (1997), Araputanga possuía fartura em poaia e principalmente madeira. Com tantas propagandas relatando o grande potencial econômico da região era comum ver caminhões carregados de pessoas chegar no povoado, em que as mesmas vinham com objetivo de trabalhar no desmatamento sem ter a preocupação de reflorestar, levando muitas árvores à extinção. Ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento econômico da Vila. A mesma autora afirma que o lugar alojava uma mata com rica fauna, sendo permitido naquela época a caça. Era comum entre os moradores caçar animais, principalmente a onça e tirar o couro como troféu e expor em suas casas. Além disso, o comércio de pele de animais era economia legal. A pesca era menos praticada, já que o rio das Pitas só apresentava muita água durante as cheias e também causava grandes inundações. Durante o período de estiagem era possível cultivar próximo a suas margens, mas durante as cheias as águas destruíam lavouras perto desse rio, causando prejuízos aos recém agricultores, que iniciavam essa prática econômica após o desenfreado

desmatamento. Alguns moradores, ao chegar no município construíram suas casas nas margens do rio das Pitas e, devido à fragilidade das residências que eram de tabuinhas, no período da cheia acabavam perdendo suas casas, causando mais prejuízos. Por causa da abundância de madeira e as dificuldades de transporte de mercadorias para a região, as casas eram todas de madeira, em conformidade com a Figura 6.

Figura 6 - Registro fotográfico de residência construída no início da década de 1960 pelos imigrantes asiáticos (coreanos e japoneses).



Fonte: CHEC (2016)

As residências dos imigrantes asiáticos foram construídas de madeira, aproveitando a grande abundância do recurso vegetal na região de Araputanga no início da década de 1960.

O município recebeu moradores de vários locais do Brasil, até do exterior: japoneses e coreanos chegaram instalar colônia nesse vilarejo (ALVES, 1997).

Todos esses moradores vieram em busca de melhores condições de vida, apesar das dificuldades encontradas não abandonaram seus objetivos iniciais, pois tinham dentro de si o sonho de um futuro melhor e a região da futura Gleba Paixão possibilitava tal pensamento há vários migrantes que aqui chegavam. (ALVES, 1997, p. 15).

Alcides Vidal Salomé é um dos primeiros moradores desse povoado, fixou moradia na região de Araputanga após sua aquisição de terras no final da década de 1950. Após três anos de estadia, chegou um grupo de imigrantes asiáticos (coreanos e japoneses) para morarem no vilarejo. Seu filho, Alcides Vidal Salomé Filho¹ afirma que seu pai sempre relatou para a família a convivência entre brasileiros e asiáticos:

Papai falava que era cerca de 40 asiáticos que chegaram em Araputanga, acho que uns três anos a quatro anos depois que papai já estava aqui. Inclusive foram os asiáticos que deram o primeiro nome para Araputanga, que foi “Ituinópolis”. Pelo que papai falava, eles cultivavam taioba, que é uma planta usada como alimento, e também faziam artesanato de taboa que é uma planta que dá no brejo (lá na fazenda ainda tem muita). Eles faziam esteiras, redes e cortinas. Eles tinham dificuldade de comunicação, pois muitos não falavam nada em português, comunicavam mais ou menos por sinais. Papai contava que teve uma situação onde uma pessoa adoeceu e precisava ser transportada (colocaram em uma rede). Nesse episódio os brasileiros e asiáticos se ajudaram. Esses asiáticos ocupavam a margem direita do rio das Pitas na estrada do Imbé (ALCIDES VIDAL SALOMÉ FILHO).

Não há muitos registros desses imigrantes no município de Araputanga e Shiguemitsu Sato² acredita que os mesmos vieram para o Brasil fugindo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da guerra entre a Coreia do Norte e Coreia do Sul (1950-1953). Conforme o entrevistado esses migrantes não se adaptaram às condições físicas do vilarejo: “A paisagem no final da década de 1950 era mata densa, muitos insetos e animais selvagens”.

Roberto Riderraru Itai, filho de Fumiú Itai, em entrevista a Alves e Sousa (2008), descreve que seu pai Fumiú Itai nasceu na província de Oitá, Japão, chegando ao Brasil com 18 anos, veio para o mesmo atraído pelas propagandas transmitidas no Japão sobre o País:

Meu Pai ouvi lá no Japão que no Brasil o dinheiro dava em árvores. Ele estudou topografia. Escutava isso com indignação, mas as notícias eram tão convincentes que até dava para acreditar. Após sua chegada ao Brasil,

¹ Alcides Vidal Salomé filho- entrevista realizada em agosto de 2016.

² Shiguemitsu Sato- entrevista realizada em agosto de 2016.

trabalhou muito em cafezais, passou também a afirmar que o dinheiro dava nas árvores, mas era nas árvores do café. Por causa disso, ele dizia que as notícias no Japão não era tão mentirosas como ele achava. (ALVES; SOUSA, 2008, p. 1).

Conforme Alves e Sousa (2008), Roberto Riderraru Itai narra que em 1954 seu pai Fumiú Itai volta a trabalhar de agrimensor (topografia) aqui em Mato Grosso, fazendo levantamentos dos rios Cuiabá, Paraguai, Cabaçal, dos Bugres e Jauru. Surgiu o desafio de vir para Araputanga a convite de Nelson da Costa Marques. Seu cunhado (Naomassa Uemura) e ele recebera a proposta de abrir essas terras e construir uma estrada paralela ao Ribeirão das Pitas. Por onde passavam davam nomes aos córregos. As tarefas eram executadas com machados, foices, enxadões e enxadas. Iniciaram os trabalhos pela Tabuleta, chegando até Araputanga. Em 1958 Fumiú Itai consegue adquirir 20 alqueires de terra. Com a concretização parcial das medições, inicia a segunda parte do serviço; atrair pessoas para o futuro povoado. Naomassa Uemura faz propaganda das terras no Estado de São Paulo e muitos imigrantes (coreanos e japoneses) e descendentes resolveram comprar terras na região. A Figura 7 mostra as vestimentas dos imigrantes asiáticos no início da década de 1960.

Figura 7 – Vestimentas dos imigrantes asiáticos (coreanos e japoneses) - década de 1960



Fonte: CHEC (2016)

A cultura dos asiáticos perdurou na região no início da década de 1960, trouxeram equipamentos para iniciar o ciclo da agricultura, mas as dificuldades de acesso fizeram com que migrassem da região.

Alves e Sousa (2008), afirmam que Naomassa Uemura também era japonês, veio para o Brasil em 1934, instalou-se no Estado de São Paulo, trabalhando em lavouras de café. Em 1953 resolveu trabalhar como agrimensor e já no ano de 1956 inicia seu trabalho com Nelson da Costa Marques, medindo junto com Fumiui Itai as terras do Ribeirão das Pitas. O mesmo afirma que naquela época o governo japonês comprava terras no Brasil para formar as colônias japonesas. Ele ofereceu as terras dessa região, mas por fazer fronteira com a Bolívia, o Governo do Japão recusou sua proposta. Então o próprio passou a vender terras no Estado do Paraná (Umuarama e Londrina) e no noroeste do Estado de São Paulo.

Para os mesmos autores, Naomassa, através de anúncios em jornais, consegue vender 250 lotes de terras na região do Ribeirão das Pitas, todos superiores a 200 hectares, para os asiáticos e brasileiros. Devido às inúmeras dificuldades encontradas nessa região, principalmente na questão do atendimento à saúde, essencial à manutenção da vida, os imigrantes asiáticos foram embora, no total eram umas 40 famílias. Shigeyochi Sato (conhecido por João Sato) comprou 2.000 hectares em 1962 e montou uma serraria e loteou o restante para formar a cidade de Araputanga.

De acordo com Shiguemitsu Sato, nem todos os japoneses que aqui habitaram vieram em 1958, é o caso de seu pai Shigeyochi Sato. Chegaram em 1962 para montar uma serraria; (Figura 8): “Existia muita madeira e não tinha nenhuma serraria. Quando chegamos não tinha mais coreanos no povoado, apenas alguns japoneses e descendentes”.

Para facilitar o comércio da madeira, foi instalado em Araputanga a serraria Pita no início da década de 1960, o objetivo era intensificar esse comércio na região.

O progresso não aconteceu tão rápido no povoado devido às inúmeras dificuldades existentes nesse vilarejo, era tudo muito lentamente e Oscar Gomes relata em entrevista à Alves e Sousa (2008) que a abertura da Avenida 23 de Maio, principal via de acesso na atualidade, aconteceu com a ajuda dos moradores residentes no lugar, sendo motivo de festa posteriormente, porque era sinal de que a cidade estava crescendo.

Figura 8- Serraria Pita explorando madeira em Araputanga no início de 1963



Fonte: CHEC (2016)

Esta avenida foi aberta no mês de maio de 1963 utilizando as máquinas que o senhor Shiguemitsu Sato trouxe para trabalhar em sua serraria, mas a maior parte do serviço foi feito manualmente, as pessoas arrancavam os tocos com os próprios braços, utilizando machados, foices e outros equipamentos, para abrir a primeira avenida da cidade, mudando a paisagem do vilarejo (ALVES; SOUSA, 2008).

O povoado já contava com a primeira via de acesso, agora era preciso dar continuidade no então progresso que aos poucos se instalava nessa vila. Para dar prosseguimento nesse desenvolvimento, Shiguemitsu Sato vendeu o primeiro lote urbano no dia 23 de maio de 1963, com o objetivo de povoar a região e denominou o município de Gleba Paixão, pois afirmava que quem conhecia essas terras se apaixonava, substituindo assim o nome de Ituinópolis (FERREIRA, 1997).

Conforme Alves (1997), nenhum município consegue sobreviver sem manter relação comercial com outros, sempre há interação entre eles, principalmente naqueles que estão em formação. Alguns comerciantes de Araputanga buscavam as mercadorias em Cáceres para vendê-las no município, utilizando-se de bicicletas e cavalos para transportá-las. O seu José Cearense é um exemplo desse comércio,

driblava todas as dificuldades para atender o mercado consumidor do povoado. Seu estabelecimento era conhecido como Boteco ou Bolicho, atendia com produtos comestíveis, porque a população produzia em suas residências muitos produtos artesanais como roupa, sabão de soda, farinha, remédios, entre outros (ALVES, 1997).

No decorrer de toda a década de 1960, a chegada de novas famílias era sempre uma expectativa de crescimento para a região. O trabalho era intenso. As famílias que aqui residiam nem todas permaneceram para ver as transformações da região, muitas porque não aguentaram as dificuldades, outras porque os objetivos eram apenas de exploração. Mas a maioria veio para povoar caracterizando uma colônia de povoamento, que tanto lutaram, que hoje colhem os frutos desse trabalho. (ALVES, 1997, p. 18).

As primeiras famílias desse vilarejo tiveram uma viagem com muitos transtornos para chegar a seu destino, as dificuldades eram gigantescas. Francisco Sobrinho Xavier relata à Alves e Sousa (2008), como foi seu trajeto para o povoado no ano de 1963, mesmo com tantas dificuldades o local, agora habitado por sua família era melhor que a cidade de Jaupaci, no Estado de Goiás, de onde se deslocou, pois não havia emprego em seu município e nem na região:

Eu, se eu for conta não é bem assim. Nós viemo os pedaços cê sabe [...] primeiro o papai vei e eu fiquei pra trás, que eu tinha entrado no garimpo, então, como ele veio em julho eu tinha que ficá pra terminá o meu garimpo lá porque a esperança de garimpeiro é só de melhorá de vida e aí eu fiquei pra trás. Papai vendeu um muncado de coisas, ficou mais coisas pra trás e aí vei [...] ele chegou no dia 23 de junho de 1963. Naquele tempo ele gastou 07 (sete) dia de caminhão, que é o caminhão do Zé Leão, é o mesmo fordinho que trouxe a mudança do Zé Damião e veio o pai, o Diolino, veio o Jaru [...] eles eram em seis mudanças e eu fiquei pra trás e aí em dezembro o papai mandou o compadre Iraci pra trazê os dinheiros e aii chegou lá eu tava, foi quando eu vim. Eu cheguei aqui dia 27 de Janeiro de 1964, papai chegou aqui no dia 23 de junho de 1963 [...] e aí o dinheiro nosso acabou. Naquele tempo a gente não tinha recurso e aí eu e o compadre Iraci jejuou uns dois dias na estrada aí. Só de Cáceres aqui nós gastou dois dias. Nós ficou um dia lá debaixo da ponte esperano carona, naquele tempo era caminhão toreiro e aí com muito custo o Bertolino veio com uns caçado. Caça onça aqui [...] aí nós viemos juntos de lá da Tabuleta, almoçamo lá e chegamo aqui. Gastemo dois dias de lá de Cáceres aqui. Da Tabuleta aqui nós gastou um dia ainda atolando caminhão, aquela dificuldade danada e chegamos no Zé Leão! Tinha 17 famílias ali quando chegamos, inclusive tinha o finado Zé Barbino, João Tavares. [...] eu lembro como hoje dia 19 de março de 1964, nós tava ali colhendo arrois [...] numa crise danada, eu sem dinheiro [...] onde é a igreja

São José eu cortei arrois ali [...] ganhei 500 cruzeiros [...] na lavoura do seu Antoin Paulista [...] naquele tempo arrois não tinha preço, eu trabalhava aos domingos, no decorrer da semana eu ajudava o papai a colhe arrois (ALVES; SOUSA, 2008).

Além desta narrativa, Francisco expôs que a cidade de Araputanga era dividida pelo rio das Pitas, mas o movimento maior era do lado Leste desse rio, no lado Oeste viviam alguns sitiantes: Oriston, Inagaki, Antenor Mamedes e Pedro Mamedes que ficaram sabendo das terras por intermédio da família do Bate Pau, que chegou aqui em 1962 e junto com ela veio o senhor Emídio, que ao retornar para Goiás fez a maior propaganda da região, citando seus pontos positivos, que animou mais os goianos a vim residir nesse povoado (ALVES; SOUSA, 2008).

Em entrevista à Alves e Sousa (2008), Raimundo Lana comenta que sua família foi atraída para Araputanga devido à qualidade das terras. Sua viagem foi muito difícil, em cima de um caminhão com toda a família, aproximadamente 60 pessoas, sendo o motorista o senhor Francisco Borges.

De acordo com Francisco Sobrinho Xavier, Araputanga desenvolveu muito em pouco tempo, todos os moradores se uniram no propósito de desenvolver o lugar:

Parecia que a população dessa cidade era mais unida que na atualidade, naquele período todos se ajudavam. Quando chegava no povoado novas famílias as pessoas auxiliavam em todos os sentidos, desciam a mudança dos caminhões, arrumavam empregos para os recém chegados e compartilhavam a comida. A maior parte dos moradores era goianos porque o corretor Oriston que trabalhava para o Nelson da Costa era goiano. (ALVES; SOUSA, 2008).

Um dos resultados desta união foi a inauguração da rodovia, no dia 29 de maio de 1970, construída pelo governo do Estado do Mato Grosso ligando Araputanga ao Entroncamento de Mirassol D'Oeste (Cacho), a população fez uma grande festa na inauguração e nesse dia compareceram mais ou menos duas mil pessoas. Essa rodovia proporcionou muitas mudanças nas paisagens do povoado, pois facilitava o comércio no povoado, mesmo existindo muitos atoleiros, era melhor do que as picadas (FERREIRA, 1997).

Os primeiros habitantes se sentiam líderes dessa comunidade, surgindo uma liderança política entre os moradores. Foi o que aconteceu com Oriston, seu filho Ademir Cândido em entrevista à Alves e Sousa (2008), relata que seu pai Oriston queria mudar o nome da cidade para Arapongas, porque conheceu uma cidade com

esse nome e achou bonito, mas devido a abundância da madeira Araputanga, mudou para o mesmo nome da madeira e fez uma placa de tábua, colocando na entrada da cidade. De acordo com Alves; Sousa (2008, p. 2) “a palavra Araputanga é de origem indígena e significa arara vermelha na língua tupi-guarani”. Conforme o entrevistado: “As matas eram muito bonitas, não igual as outras, tinha uma beleza diferente e a terra também era de muito boa qualidade, plantava e o retorno era enorme”. (ALVES; SOUSA, 2008).

O maior obstáculo do vilarejo era em relação aos meios de transportes, apesar da rodovia recém inaugurada ligando Araputanga ao Entroncamento de Mirassol D'Oeste, sua manutenção não era contínua, apresentando-se em péssimo estado. Décio Mamedes assegura que com a intensificação do desmatamento, passou a ter um trânsito maior de caminhões levando tora, sendo que nesse período havia muito atoleiro, o que ocasionava até três dias de viagem para chegar à Cáceres. “Era comum ver na rodovia vários caminhões parados sem condições de transitar, devido ao barro provocado pelas intensas chuvas” (ALVES; SOUSA, 2008).

Décio Mamedes ainda afirma à Alves e Sousa (2008), que devido a abundância de madeira no povoado o recurso energético utilizado era a lenha, todos os moradores tinham em suas residências fogão à lenha e muitos faziam trempes (fogão na parte externa da casa) para fritar carne de porco, uma das principais proteínas daquele período, porque os moradores já produziam alguns alimentos para subsistência e a falta de cerca dificultava a prática da pecuária bovina. Além da carne de porco, os moradores faziam sabão para aproveitar seus resíduos nessas trempes. Devido à falta de proteção nelas, era comum acidentes, principalmente com crianças. Ele mesmo lembrou que perdeu um primo de cinco anos dessa forma. A criança foi para Cáceres, mas devido à qualidade da estrada, não conseguiu suportar às queimaduras e acabou falecendo, sendo sepultada em Cáceres, devido ao meio de transporte que era de péssima qualidade (ALVES; SOUSA, 2008).

Aos poucos, o povoado de Araputanga ia se adaptando às condições externas. No ano 1973 é instalado nele o posto do Correio, sendo Mariano Rocha Viana, seu primeiro funcionário, permanecendo até 1976. Este meio de comunicação teve a colaboração de Mário Samith, sendo instalado na avenida 23 de Maio, próximo da igreja São José. Os moradores que se instalavam no município não

eram apenas lavradores, vinham com outras profissões (costureiras, cozinheiras, pedreiros e agricultores), a maioria fazia um pouco de cada coisa como forma de sobrevivência. Vale ressaltar a chegada do então fotógrafo “Zé Retratista”, mesmo sendo trabalhador rural tinha como fonte alternativa esta profissão, saiu da cidade de Mantena, no Estado de Minas Gerais, para fixar moradia nesse povoado na década de 1970. (ALVES; SOUSA, 2008).

De acordo com Alves e Sousa (2008), apesar de ser uma comunidade unida em prol do desenvolvimento desse município, faltou investimentos na área educacional. A população sonhava em ver o lugar com infraestrutura necessária para atender as demandas internas e externas, não era de interesse criar escolas na década de 1960. Alguns moradores se uniram e alfabetizavam as crianças que moravam na zona urbana, conseqüentemente atendia uma clientela muito pequena, porque a maioria morava no campo, não existia documentação e os educandos não iam para séries posteriores, apenas aprendiam a ler e escrever.

Segundo Aristides da Silva em entrevista à Alves e Sousa (2008), com o passar dos anos surgiu a necessidade de dar educação aos filhos desses migrantes e formou, em conformidade com a população, as escolas rurais mistas: um mesmo espaço era ocupado por crianças de séries diferentes e com um único profissional para atender as dificuldades dos mesmos, tendo como professoras responsáveis Palmira, Maria Amélia e posteriormente, Aristides da Silva, sendo eles os responsáveis pela administração do ensino educacional na cidade. Mediante muitos esforços desses primeiros educadores conseguiram do Governo Estadual um terreno e iniciaram a construção do primeiro prédio escolar: “Escola João Sato”, situada na Avenida 23 de Maio, iniciando em 1973 e finalizando sua construção no ano seguinte conforme mostra a Figura 9, mesmo com os esforços da comunidade essa Escola atendia apenas o Ensino Fundamental. Somente no final da década de 1970, que surgiu o Ensino Médio. O mesmo entrevistado ainda relata como eram as formaturas naquele período:

Naquela época quando era feito a formatura da 4ª série, fazia uma superfesta, dava documento e até hoje o Benedito comenta que em uma das visitas dele, nós fizemos uma grande festa, ali onde hoje é a Garbhos Centers (sobrado na Avenida 23 de Maio), era uma máquina de beneficiamento, tinha um salão grande e nós fizemos ali uma grande festa. Concluir a 4ª série era uma vantagem. Os pais participavam e nessa época era a escola rural mista. (ALVES; SOUSA, 2008).

Figura 9 - Escola Estadual João Sato na década de 1970.



Fonte: CHEC (2016)

Nos dois prédios de madeira funcionavam o Ensino Fundamental I nos turnos matutino e vespertino. Já no final da década de 1970 foi construído um prédio de alvenaria para o Ensino Fundamental II.

Ainda de acordo com Aristides, muitas crianças terminavam a 4^a série e deixavam de frequentar a escola porque tinham que ajudar seus pais na lavoura. Houve mudanças na área educacional, tendo as extinções das escolas rurais mistas, funcionando apenas as escolas estaduais da zona urbana. Devido à falta de transportes e ao comodismo dos responsáveis, paravam a aprendizagem no meio do percurso, acarretando, conseqüentemente, a inexistência de um maior número de mão de obra qualificada nesse povoado, apesar de o mercado empregador naquele período não exigir tanta qualificação (ALVES; SOUSA, 2008).

A herança cultural no município provém principalmente dos estados de Goiás e Minas Gerais, pois recebeu maior número de migrantes destes. Francisco Sobrinho Xavier ainda descreve para Alves e Sousa (2008) que o lazer era algo bem limitado, principalmente aos jovens, porque a maioria das pessoas que vinham para a região, já vinham casadas, tendo poucas pessoas solteiras, a diversão eram os bailes.

Depois de 1964 surgiram as Folias de Reis com cânticos, orações, terços e depois forró. Esse era o principal encontro para a juventude que aqui

habitavam e conseqüentemente um ponto de encontro para os namorados nesta época. Os instrumentos da Folia eram: sanfona, violão, pandeiro e reco-reco. A maior preocupação das pessoas que promoviam essas festas era a não violência. Além disso, as pessoas do povoado eram bem tranquilas quanto a isso, a cadeia estava sempre vazia, o policiamento ficava a cargo do delegado Osvaldão e o soldado Cardoso. Os piores acidentes eram provocados pela própria natureza, existindo muitas picadas de cobras e ameaças de onças aos animais domesticados. Infelizmente durante o desmatamento era comum acidente, levando a óbito alguns moradores. (ALVES; SOUSA, 2008).

Araputanga desde o início do seu povoamento se mostrou uma cidade em que a fé espiritual ainda prevalece. Os primeiros moradores tiveram a preocupação de construir um espaço religioso (igreja) logo no início do povoamento para manifestar suas devoções, ampliando com a chegada do padre Ermírio Celso Duca, no dia 23 de março de 1975. (As figuras 10, 11, 12 e 13 mostram as transformações ocorridas na igreja São José de Araputanga entre 1969 e 2016).

Além de ser um líder religioso, passou a ser um grande empreendedor que contribuiu para o surgimento de melhorias nessa comunidade. Nasceu na Itália e veio para dirigir a comunidade da Igreja São José, que anteriormente era atendida pelo padre Tiago Gheza, pároco de Mirassol D'Oeste (ALVES, 1997).

Figura 10 - Igreja São José - 1969



Fonte: CHEC (2016)

Figura 11 - Igreja São José - final da década de 1970



Fonte: CHEC (2016)

Figura 12 - Igreja São José - década de 1980



Fonte: CHEC (2016)

Figura 13 - Igreja São José- 2016



Fonte: CHEC (2016)

A igreja São José no decorrer das décadas de 1960 à 2010 passou por transformações, resultado do crescimento da cidade, das melhorias na infraestrutura e do aumento populacional.

Conforme Alves e Sousa (2008), a primeira missa realizada em Araputanga foi na fazenda de Bertolino, não existia nem o povoado, foi celebrada pelo padre Humberto. Isso aconteceu em janeiro de 1962, contando com a participação de seis fiéis. Passaram pelo povoado os padres: Boliviano, Elias (Cáceres), Thiago (Mirassol), até chegar no atual, que é o padre Celso.

Em conformidade com Alves (1997), a chegada do pároco Padre Ermínio Celso Duca no município só trouxe benefícios, tanto espiritual quanto econômico, despertando na população o interesse em implantar o cooperativismo na cidade como mostra a Figura 14. Vale ressaltar que suas ideias eram sempre colocadas em prática, ele próprio foi o elaborador do convite da primeira reunião para a implantação da Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, sempre com cautela e pedindo as bênçãos de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, da qual é um grande devoto.

Figura 14- Pe. Ermínio Celso Duca na apresentação do projeto do Cooperativismo-1975



Fonte: CHEC (2016)

Oscar Gomes era um dos seus mais fiéis colaboradores para a concretização desse projeto. Alves (1997), reforça que o convite da reunião para apresentação do projeto foi entregue no dia 13 de julho de 1975, contando com a participação de aproximadamente 30 pecuaristas que posteriormente seriam os primeiros associados desta indústria araputanguense:

Saudações: Com muito prazer venho convidar V. S. para um encontro de todos os proprietários de nossa região que desejam participar e progredir, para juntos termos uma troca de ideias sobre todos os nossos problemas de ruralistas. Convido V. S. para dia 13 de julho às 12 horas, no salão do Sr. Odilon Mamedes". (ALVES, 1997, p. 24).

A Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda (Figura 15), conta atualmente com 821 associados ativos e 370 funcionários. A indústria produz vários derivados do leite: queijo, requeijão, doce, leite longa vida, entre outros. Esta indústria é considerada o primeiro empreendimento do Padre Ermínio Celso Duca, sendo também idealizador da Escola Padre José de Anchieta, Faculdade Rainha da Paz, Gráfica Osca, rádio Difusora Arco Íris de Araputanga, Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Mosteiro Santa Clara (ALVES; SOUSA, 2008)).

Figura 15 - Indústria da Cooperativa Agropecuária do Oeste - MT Ltda no ano da sua inauguração - 1981



Fonte: CHEC (2016)

A rodovia ligando Araputanga ao Entroncamento de Mirassol D'Oeste (Cacho) trouxe benefícios para a comunidade, entre eles os investidores, pessoas que acreditavam que o povoado tinha condições econômicas e físicas para ser no futuro um município que atendesse às inúmeras necessidades da população. Sandoval da Costa Sobrinho, em entrevista à Alves e Sousa (2008), afirma que depois de algum tempo surgiu no povoado um hospital de iniciativa privada, conforme a Figura 16. Já a Figura 17, exibe o Hospital Geral, construído pelos médicos do município no final da década de 1970:

Alugaram um estabelecimento novinho na rua Carlos Luz, o proprietário do local era o senhor Estenil e fizeram dele um hospital, funcionando por uns 4 anos, nem energia tinha, funcionava com motor. Os três médicos vieram da cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, formando uma sociedade de clínicos médicos, entre eles Serafim, que desenvolvia a função de anestesista, sendo Queiróz e Mathias clínicos gerais. Trouxeram com eles a enfermeira Maria Figueiredo dos Santos, popular Maroca. Enquanto trabalhavam nesse prédio alugado, iniciaram a construção do Hospital Geral e Maternidade de Araputanga, em consonância construindo um hospital na cidade de Mirassol D'Oeste. Os médicos chegaram a trabalhar no novo hospital construído por eles em Araputanga, mas por um curto período, resolvendo vendê-lo em 1979 para o médico Olafo que era clínico geral e morava em Loanda no Estado do Paraná. (ALVES; SOUSA, 2008).

Figura 16 - Prédio do primeiro hospital em Araputanga - década de 1970.



Fonte: CHEC (2016)

Figura 17 - Hospital Geral construído pelos médicos do município.



Fonte: CHEC (2016)

O Hospital Geral funciona no mesmo prédio nos dias atuais, porém com maior extensão, porque houve aumento da população de Araputanga, sendo também referência para outros municípios da região, como por exemplo Reserva do Cabaçal e Indiavaí.

Segundo Sandoval da Costa Sobrinho, os três profissionais da saúde mudaram para Mirassol D'Oeste, enquanto Olafo trabalhava em Araputanga. Para melhorar o atendimento aos pacientes trouxe para trabalhar com ele os médicos Jesus, clínico geral e Corrêa, ortopedista. Houve um desentendimento entre os médicos Olafo e Corrêa, e o inevitável aconteceu:

O rompimento da sociedade médica. O médico Corrêa aluga um prédio na avenida 23 de Maio e abre um hospital convidando os médicos Jorge e Josias para trabalhar com ele. A enfermeira Maria Figueiredo dos Santos e seu esposo Sandoval da Costa Sobrinho passaram a residir e trabalhar nas dependências do hospital. Para facilitar a comunicação Corrêa, que permanecia em sua residência, pagava para Lourival Cândido de Jesus o serviço de informar quando chegasse paciente no hospital. Esse em sua bicicleta comprada pelo médico, ia até a sua residência e comunicava a emergência, desempenhando um papel importante na época, em que a cidade era desprovida de telefone. Dessa forma, Araputanga passa a contar com dois hospitais. (ALVES; SOUSA, 2008).

Devido à pouca demanda, Sandoval da Costa Sobrinho diz que o médico Corrêa abre um posto de atendimento em Indiavaí-MT, que na época era distrito do município de Araputanga e passa a fazer viagens diárias para esse povoado e em uma dessas, sofre um acidente de carro, em que a babá de seus filhos morre. Ele próprio era o motorista. Por esse motivo, ele foi embora, ficando somente um hospital. Sandoval ainda reforça que com o fechamento do hospital do doutor Correia, houve uma nova parceria entre os médicos Jorge, Olafo e Jesus. Com a morte de sua esposa em 1982 o médico Olafo muda de Araputanga, retornando para o Estado do Paraná. No decorrer dos anos o médico Jorge deixa a sociedade com Jesus e constrói seu próprio hospital nesse município (ALVES; SOUSA, 2008).

Na atualidade, existe na cidade o mesmo hospital Geral e Maternidade Araputanga e uma Clínica com consultórios médicos. Mas, segundo Sandoval da Costa Sobrinho, o posto de saúde só surgiu na cidade depois da emancipação, no mandato do prefeito Romeu Furlan, ele construiu um local muito pequeno, dificultando o atendimento médico. Já no mandato do Delci Garcia dos Santos o prédio foi ampliado e o Sandoval da Costa Sobrinho foi trabalhar como motorista da

ambulância. Por causa da qualidade das estradas, muitos pacientes acabavam morrendo indo para a capital Cuiabá. Nesse período ainda não tinha sido instalado o Hospital Regional na cidade de Cáceres, que atualmente atende toda à região do Vale do Jauru (ALVES; SOUSA, 2008).

Conforme Alves (1997), a cidade Araputanga teve um significativo desenvolvimento socioespacial, mas em contrapartida a mata exuberante que existia no início do povoamento passou a ser uma lembrança para os fundadores, ficando somente a história para a nova geração. Os primeiros moradores não tiveram a preocupação de preservar a paisagem natural, o sonho do progresso para o lugar foi superior ao desenvolvimento racional. As consequências são visíveis no dia a dia da população, uns dos mais graves problemas é o assoreamento do rio das Pitas, sendo esta a única fonte de abastecimento de água do município:

A abundância de matéria prima levou os primeiros colonizadores a incentivar a vinda de novos grupos, porque causaria um maior desenvolvimento, facilitando a vida social. Segundo o depoimento do senhor Shiguemitsu Sato “na década de [1950 houve uma exploração da poaia, em várias regiões do Vale do Jauru, inclusive onde hoje está situado o município de Araputanga. Posteriormente veio a exploração da madeira, a qual enriqueceu muitos colonizadores, que se quer tiveram a preocupação de reflorestar, causando a extinção de muitas madeiras [...] (ALVES, 1997, p. 12)

No ano de 1964 quase toda área da atual cidade eram lavouras de arroz, milho, amendoim e outros. Os produtos eram escoados com muito sacrifício, chegando a ficar nas estradas durante semanas com os caminhões quebrados e os cereais molhando e estragando. (ALVES, 1997, p. 17)

O intenso desmatamento do vilarejo acabou facilitando o cultivo de produtos agrícolas, contudo, Soares (2014), retrata que essa prática econômica não vigorou por muito tempo, sendo fonte de subsistência no início da fixação dos moradores e posteriormente passou a fazer parte das relações comerciais desse município, porém os fatores naturais e econômicos acabou dificultando essa atividade sendo substituída pelo gado bovino.

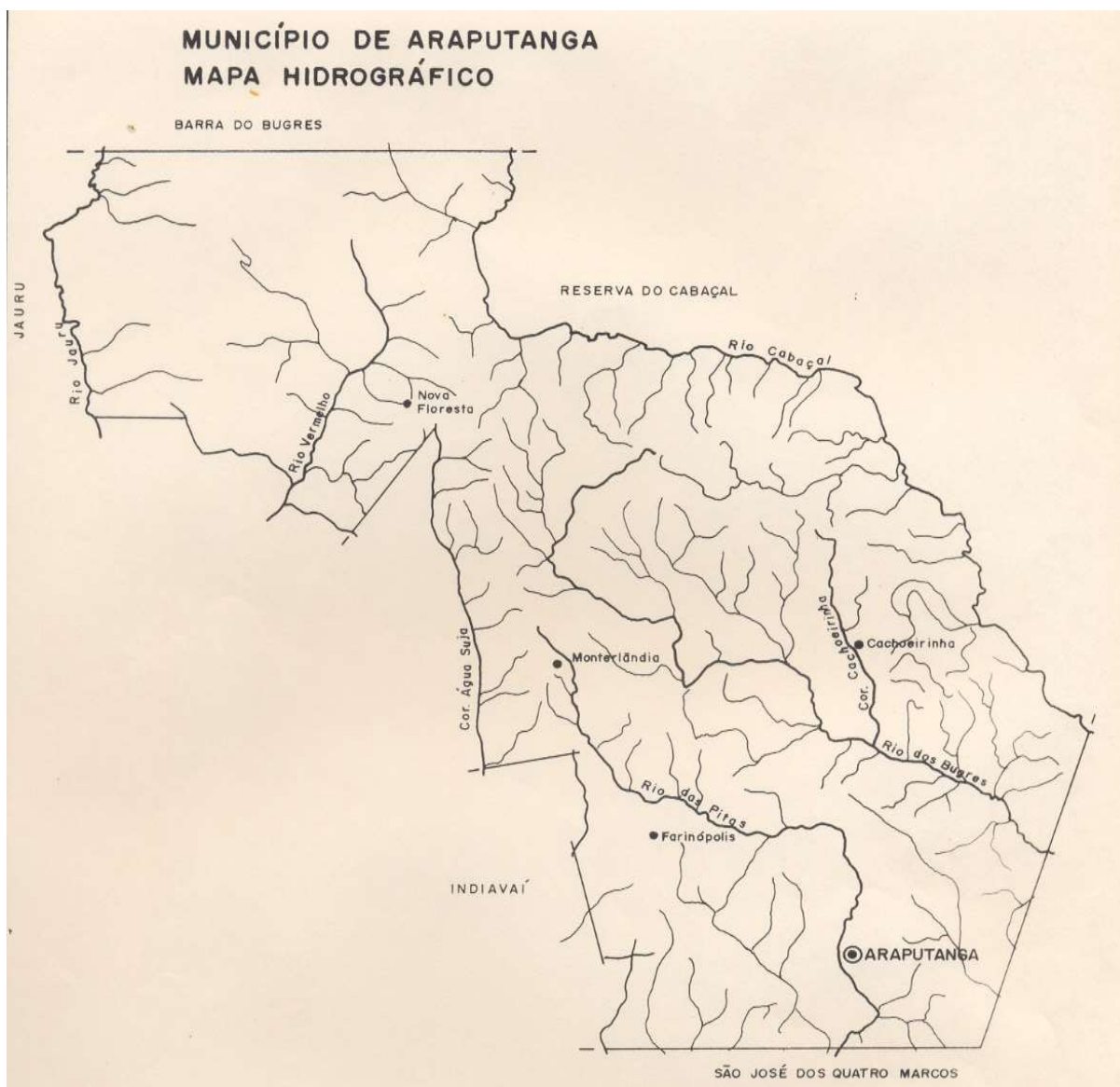
“Em Araputanga houve avanços no rebanho bovino, aves para abate, de suínos e na produção leiteira. Em sentido contrário, houve queda na produção de culturas como arroz, milho e feijão” (SOARES, 2014, p.168). A cidade teve seu ápice nesse setor econômico é o que afirma José Francisco Xavier ao expor que durante muitos anos trabalhou comprando produtos agrícolas dos agricultores da região e

vendia aos compradores que vinham de várias partes do Brasil. Teve que parar com seu trabalho devido à queda da produção agrícola na região (ALVES; SOUSA, 2008).

5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA NA VISÃO DOS FUNDADORES E NÃO FUNDADORES

Araputanga limita-se com Rio Branco, Indiavaí, Reserva do Cabaçal, Barra do Bugres, São José dos Quatro Marcos e Jauru, somando uma extensão territorial de 1.602,32 km², pertencendo à mesorregião Sudoeste Mato-grossense, microrregião de Jauru. Esse município surgiu com a Lei Estadual nº 4.153, de 14 de dezembro de 1979, onde o mesmo foi desmembrado de Mirassol D'Oeste (FERREIRA,1997). Através do mapa hidrográfico (Figura 18) é possível a identificação destes limites.

Figura 18 - Limites do município de Araputanga.



Fonte: CHEC (2016)

Para o mesmo autor, pertencem a Araputanga os distritos de Farinópolis, Monterlândia e Nova Floresta, sendo rodeados por outros povoados bem menores como: Cantão, Santa Maria, Batuleba, José Bueno, Rio Vermelho, Córrego Rico, Arapongas, Harmonia, Mata Preta, Santa Rosa e Jaime Pedrosa. Conta com uma população de 15.342 habitantes (IBGE, 2016), sendo 12.185 residindo na zona urbana e 3.157 na zona rural, tendo uma densidade demográfica de 9,6 hab /km².

Araputanguense é a denominação dada para quem nasce em Araputanga. Localiza-se a 350 km da capital Cuiabá, possuindo um clima tropical- quente e subúmido, tendo quatro meses de escassez de chuva, que vai de junho a setembro, com uma precipitação pluviométrica em torno de 1500 mm, predominando no verão. A temperatura média anual é de 24°C e a máxima supera os 40°C (FERREIRA, 1997).

Em relação aos aspectos físicos, o município de Araputanga pertence à bacia do Prata e possui uma formação geológica de “Complexos Metamórficos Arqueanos e/ou Pré-Cambiano, indiferenciado Complexo Brasil” (FERREIRA, 1997, p. 269). Seu relevo é formado pelo “Planalto Dissecado do Parecis e Depressão do Paraguai, que apresenta-se pouco dissecada, com pequeno caimento topográfico de Norte para o Sul” (FERREIRA, 1997, p. 269). Segundo o mesmo autor existem em Araputanga os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica, com uma altitude média de 200 metros.

O município de Araputanga desde a chegada dos primeiros fundadores até o presente momento passou por muitas mudanças socioespaciais com reflexos na política, economia, população e muitas transformações em sua paisagem natural. Estas alterações muitas vezes passam despercebidas, mas se buscarmos na memória, poderemos perceber que mesmo sendo um município pouco desenvolvido é possível identificar um processo evolutivo, ocorrido mesmo antes da emancipação.

Assim, analisando os relatos e entrevistas dos moradores mais antigos e também daqueles que vivenciaram a colonização e a emancipação do município, é possível observar as transformações temporo-espaciais ocorridas em Araputanga. Todos os entrevistados, ao relembrem o período da sua chegada ao povoado, mostraram alegria e sentimento de saudade daquela época, apesar das dificuldades relatadas. As interferências humanas na natureza foram “gritantes”, a natureza e o meio ambiente foram fornecendo alimentos e condições físicas de cultivo e criação

de animais e o inevitável aconteceu, destruição da cobertura vegetal, provocando o desequilíbrio da natureza. A Figura 19 mostra uma vista parcial de Araputanga em 1978.

Figura 19 - Vista parcial de Araputanga - 1978



Fonte: CHEC (2016)

O Projeto do Governo Federal que almejava uma “Integração Nacional” foi colocado em prática, mas, muitos migrantes embarcaram nessa viagem com o objetivo de fixarem moradia na região do Ribeirão das Pitas, o desejo de muitos era melhorar a qualidade de vida de sua família, proporcionando fartura alimentar que poucos conheciam.

Foi com esse intuito que, em 1962, Shiguemitsu Sato chegou ao povoado que contava, naquele ano com 68 pessoas, em torno de 10 famílias. O número reduzido da população e a prática do capitalismo “não selvagem” contribuíam para uma convivência mais harmoniosa, pois todos se conheciam, não existia roubo e a quantidade de alimento produzido no lugar era suficiente para atender às demandas do período:

A vivência era harmoniosa, porque a terra era boa e tinha fartura, criavam galinha e porco, já produziam o café e o milho, tinham vontade de construir a cidade, trabalhavam juntos, era um lugar saudável. A vida era um pouco difícil, tinha pouco recursos para as pessoas. (SHIGUEMITU SATO).

O solo era adequado para os produtos de subsistência do povoado e muitos já tinham animais domesticados para contribuir com a fonte alimentar. Alvino Alves de Moraes³ relata que sente muita saudade da época que chegou no município de Araputanga, no ano de 1962.

As coisas eram difíceis, mas o povo era solidário uns com os outros, existia um companheirismo entre os moradores, porém em certos momentos existia algumas intrigas, principalmente em reuniões para o melhoramento da própria comunidade, mas comparado com a violência que existe em Araputanga na atualidade é algo quase insignificante. (ALVINO ALVES DE MORAIS).

José Dias da Silva⁴ descreve o mesmo sentimento de amizade entre os moradores, ao chegar no povoado em 1964. Segundo ele, o vilarejo já contava com uma população superior a cem habitantes, mesmo assim todos se conheciam. O pequeno número populacional e a profissão de “lavrador” acabava aproximando os moradores. Em certos desmatamentos era preciso se unir por causa da espessura das árvores. “Todo mundo era amigo, faziam até mutirões para ajudar na roça do outro. Um final de semana ia todo mundo ajudar na colheita de um e, no outro, na roça de outro “.

Segundo Shiguemitsu Sato, a saúde era algo bem preocupante. No início da década de 1960, não existia hospital e nem médicos, a cidade mais próxima que dispunha desse recurso era Cáceres, mas as estradas não facilitavam o trajeto. Mediante essa dificuldade era necessário que os primeiros habitantes tivessem medicamentos básicos em suas residências, sendo esta a prática na atualidade, porque faz parte da cultura de muitas famílias brasileiras:

As pessoas tinham boa saúde, mas os moradores já estavam preparados para uma futura doença. Todos eles tinham penicilina, iodo e seringa para uma eventual doença. Se não melhorassem tinham que ir até Tabuleta, Porto Esperidião ou Cáceres. (SHIGUEMITU SATO).

³ Alvino Alves de Moraes - entrevista realizada em agosto de 2016.

⁴ José Dias da Silva - entrevista realizada em agosto de 2016.

Mesmo diante do exposto, os cuidados não impediam totalmente as pessoas do povoado a ficarem isentas das enfermidades. Quando essas aconteciam Alvinho Alves de Moraes admite que todos do vilarejo recorriam à farmácia da dona Maria Mamedes. Ela era responsável pelos primeiros socorros. Se o problema de saúde não fosse resolvido tinha que ir à Cáceres, médicos só concentravam nessa cidade. A dificuldade de deslocamento era muito grande, não existiam rodovias e muito menos um meio de transporte rápido:

A saúde era boa. Diferente de hoje, nós íamos pescar nos córregos e chegava todo mundo picado de pernilongo e nada acontecia, diferente de hoje, o mosquito pica e fica doente. Em 1962 não tinha nem farmácia, depois de um tempo dona Maria Mamedes montou uma farmácia no povoado. Se ficava doente tinha que ir para Tabuleta e lá esperava uma carona para Cáceres, geralmente era caminhão toreiro que parava para dar carona para as pessoas. (ALVINO ALVES DE MORAIS).

Ainda que utilizando os medicamentos industrializados, as pessoas da comunidade faziam remédios caseiros em suas residências utilizando plantas medicinais. Outras procuravam pela única farmácia da cidade. O transtorno para tratamentos médicos faziam com que muitos moradores resistissem as dores de uma provável infecção, porém muitos buscavam socorro na cidade de Cáceres. “Tinha uma farmácia, era da dona Maria Mamedes, mas quando ficava doente de verdade, tinha que ir para Cáceres, ia dentro da rede até Tabuleta e de lá para Cáceres, se não desse tempo de chegar, morria no caminho” (JOSÉ DIAS DA SILVA).

O processo de emancipação do município de Araputanga foi percorrido a passos lentos, os motivos eram inúmeros, entre os quais a dificuldade dos meios de comunicação, a falta de esclarecimentos por parte da população e porque o município era pouco povoado. Shiguemitsu Sato narra que em certo dia de novembro de 1979 aconteceu um plebiscito em Araputanga, onde a população deveria optar se queria seu desmembramento de Mirassol D’Oeste. O sim prevaleceu e no dia 14 de dezembro de 1979 através da Lei 4.153 foi criado o município de Araputanga, porém é comemorada sua emancipação política a partir da posse do primeiro prefeito eleito Delci Garcia dos Santos no dia dois de fevereiro de 1983:

Araputanga pertencia à Grande Cáceres, depois à Mirassol D’Oeste. Mirassol D’Oeste fez um plebiscito para se emancipar de Cáceres. Eu cheguei a ser vereador de Cáceres. Quando Araputanga era distrito de

Mirassol D'Oeste conseguimos eleger dois vereadores: Aristides da Silva e Dirceu Ribeiro, assumiram em 1976 e saíram em 1982, ficaram um mandato somente. Em 1979 Wilson Mamedes é nomeado pelo prefeito de Mirassol D'Oeste Carlos Roberto S. de Melo para ser interventor em Araputanga, desenvolvendo o papel de prefeito, ficando oito meses apenas, porque logo a o município se emancipa. Em Assembleia em Mirassol D'Oeste decidiram emancipar São José dos Quatro Marcos e Araputanga. Romeu Furlan foi nomeado para ser o prefeito de Araputanga, isto se deve a sua amizade com Aldo Borges, que era amigo de alguns políticos em Mato Grosso. O primeiro prefeito eleito pelo povo foi Delci Garcia dos Santos, ficando seis anos na prefeitura. A disputa aconteceu entre dois partidos: ARENA, que tinham três candidatos: Delci Garcia dos santos, Shiguemitu Sato e Aristides da Silva, onde os votos de um ajudava o outro e o outro partido era o MDB com dois candidatos: Dirceu Ribeiro e Benedito Rufino. (SHIGUEMITU SATO).

Shiguemitu Sato ainda relata que após a criação do município de Araputanga em 1979, houve um intervalo de mais de um ano para que o primeiro prefeito assumisse. Romeu Furlan foi nomeado pelo governador do Estado do Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos. Vale ressaltar que nesse intervalo o município manteve ligações políticas e econômicas com Mirassol D'Oeste. “Os vereadores Aristides da Silva e Dirceu Ribeiro, representantes de Araputanga, juntos à Câmara de Mirassol D'Oeste auxiliavam a população, já que éramos município, mas não tínhamos prefeito”.

Conforme o mesmo entrevistado, o interesse de emancipação não partia apenas dos moradores, era de desejo também dos políticos que aproveitavam desse sonho de independência para aumentar o número de representantes parlamentares. Alvin Alves de Moraes descreve que no início do processo de ocupação da vila as pessoas não tinham a preocupação de emancipação, queriam era desenvolver a região “Nesse período ninguém falava nisso, queriam era criar a cidade, eu lembro que o Sato, Dirceu e Aristides foram vereadores, mas não lembro quando”. Segundo José Dias da Silva depois de quase 30 anos, o município foi emancipado: “Não existia nem prefeito e nem vereador, Araputanga nem era município. Nos anos de 1980 que tornamos município”.

Quanto à miscigenação do município de Araputanga foi bem significativa. “No comecinho de tudo tinham os coreanos, onde pretendiam formar uma colônia só de coreanos, não deu certo, porque não se adaptaram às dificuldades do lugar” (SHIGUEMITU SATO).

Conforme o mesmo entrevistado, o município recebeu muitos migrantes goianos, mineiros, cearenses, capixabas e japoneses, isso reflete uma diversidade

na paisagem cultural da cidade, prevalecendo a cultura goiana devido o maior número de migrantes, fato que explica os pratos típicos na comunidade a exemplo do pequi, guariroba, galinhada, pamonha, canjica, etc.

Em relação às diversões do município eram bem restritas devido às dificuldades de acesso à cidade. Como diversão eram comuns as Folia dos Reis, comemoração do Natal, Ano Novo, festa de casamento e bailes nas casas dos moradores. Para ele as festividades da época eram mais saudáveis, não existiam brigas e muito menos violência, prevalecendo nessas diversões a cultura e a culinária goiana.

Alvino Alves de Moraes reconta que as diversões do lugar eram simples, mas a população participava em massa. Depois das festanças era preciso trabalhar para conseguir sobreviver, mas a natureza contribuía oferecendo alimentos. Muitas pessoas caçavam animais na mata fechada que existia no começo no povoado. “O povo gostava de caçar mateiro e paca”. Existiam diferença da caça daquele período com a atual, quando os fundadores matavam esses animais era para o consumo da própria carne e não como troféu para dependurar na parede.

José Dias da Silva reforça que mesmo sendo simples as confraternizações da época, essas traziam consigo uma enorme alegria, as famílias se divertiam, ele mesmo participou de quase todas as festas no povoado. A Folia dos Reis era uma delas e está presente desde o início do povoado, foi introduzida pelos goianos no município. Existia outra diversão, o futebol de campo que acontecia aos domingos à tarde. “O campo ficava onde localiza o Banco Bradesco na atualidades”.

Existia no povoado muitas casas de madeira, sendo decorrente da mata densa e diversificada. A madeira, conforme Shiguemitsu Sato, foi um comércio rentável ao município e os moradores aproveitavam para construir suas casas e os fazendeiros para comercializá-las. Não existiam casas de alvenaria, devido às dificuldades em transportar os materiais para sua construção. “As residências eram construídas de abrobrão (madeira branca muito utilizada na construção), parede do bambu, telha de tabuinha, mamica de porca, tudo muito pequeno”.

José Dias da Silva relata que as casas de madeira predominaram por muito tempo, fazendo parte da cultura desse povo. “Casas de abrobrão, coberta por tabuinhas de 22 cm da madeira”. Conquanto Alvino Alves de Moraes explana que as moradias eram bem precárias e por ser de madeira mantinham a temperatura

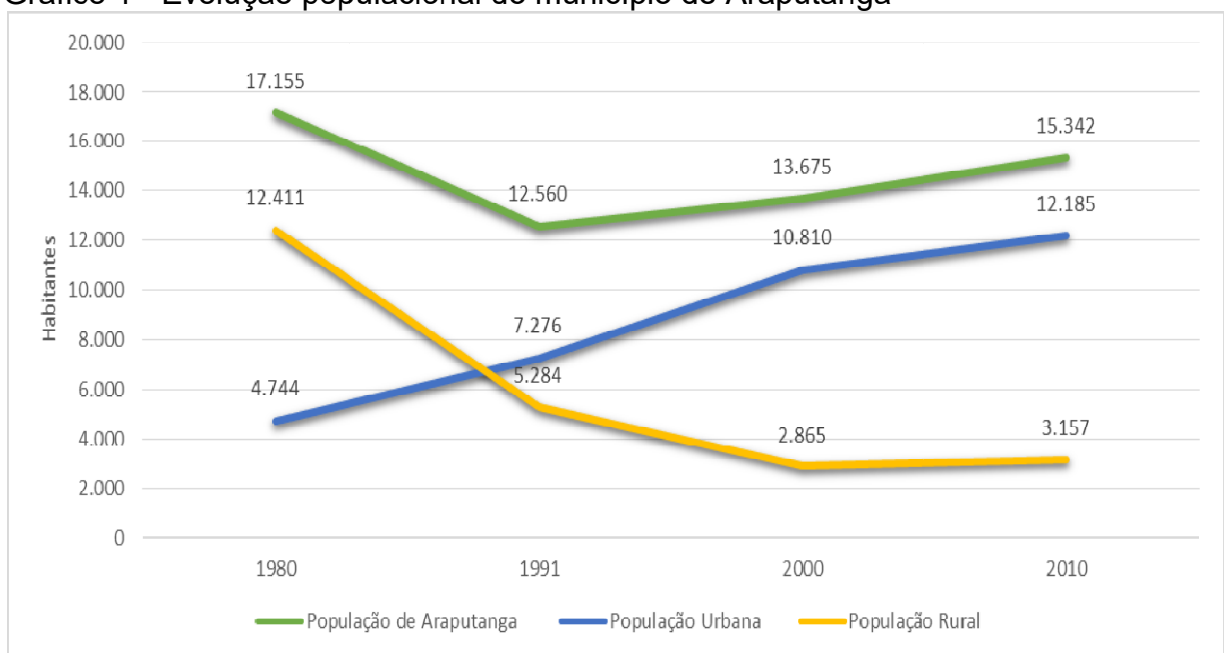
ambiente dentro das residências mais amenas. As famílias chegavam sem casas para morar, desciam do caminhão e faziam o barraco beira chão para residirem:

As casas eram barracos beira chão, onde faziam os barracos com palhas em cima e pedaços de pau enfiados no chão. Casas de tabuinha. Com o passar do tempo, todo mundo passou a construir casas de abrobrão, cobertas de abrobrão e mamica (ALVINO ALVES DE MORAIS).

Conforme Alvinho Alves de Moraes é possível observar que no decorrer de vinte anos, a cidade de Araputanga passou por muitas mudanças socioespaciais: muitas ruas foram construídas, a cidade cresceu tanto em população, como em residências. Muitos estabelecimentos comerciais já eram realidade, as estradas já não eram a maior dificuldade desse povo. O município já contava com hospital e médicos, a cidade já era emancipada, possuía prefeito e teve acréscimo no número populacional.

A contagem populacional desse município pelo IBGE teve início em 1980, depois da emancipação em 1979. Percebe-se que a população absoluta de Araputanga em 1980 é superior ao ano de 2010, nessa época Indiavaí era distrito de Araputanga, também existia um grande número de sitiantes e que posteriormente muitos deles venderam e se deslocaram principalmente para o recém criado Estado de Rondônia; observa-se no Gráfico 1, construído a partir de dados do IBGE:

Gráfico 1 - Evolução populacional do município de Araputanga



Fonte: Pesquisadora, a partir de dados do IBGE (2017)

Acrescenta-se que o valor das terras em Araputanga era superior ao de Rondônia, sendo algo bem atrativo para os sitiantes que vendiam poucos alqueires e compravam o dobro de terras naquele Estado. A redução do número populacional é decorrente também da emancipação do município de Indiavaí em 1986 pela Lei Estadual nº 4.998, sendo o território desmembrado do município de Araputanga.

A população rural do município de Araputanga no ano de 1980 era de 12.411 habitantes, em contrapartida a população urbana não passava de 4.744 habitantes (IBGE, 2017). Porém, Carlos Peres Gonçalves⁵, morador deste município desde 1982, indaga que os valores das terras nessa década eram mais acessíveis que na atualidade. Naquele período existia uma boa convivência entre as famílias, a cidade já era emancipada, tendo como primeiro prefeito Romeu Furlan, sendo que o mesmo não foi eleito e sim nomeado pelo Estado:

Cheguei na administração de Romeu Furlan, primeiro prefeito de Araputanga. A saúde era boa, não tinha dengue e malária. O prefeito estava comprando as primeiras máquinas para o município. A educação também estava caminhando bem, já tinham duas escolas estaduais: João Sato e Augusto da Costa Marques, assim, as crianças não ficavam sem estudar, tinha vaga para todos. Nesse período não existiam escolas municipais e nem particular (CARLOS PERES GONÇALVES).

Carlos Peres Gonçalves menciona que no início da década de 1980 a paisagem era bem diferente que na atualidade, não existia uma economia predominante, existia um pouco de agricultura (arroz e feijão), pecuária bovina (leite e corte) e por não existir frigoríficos na cidade, os animais eram levados para o abate em Cuiabá, a maior parte do leite era entregue para a Cooperativa de Araputanga.

Segundo o entrevistado a população não tinha muitas opções de emprego, o campo não ofertava tanta mão de obra e na cidade existiam poucos comércios e a indústria, A Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, porém empregando uma mão de obra bem reduzida. “Fica até difícil dizer, porque tinha um pouquinho de cada, tinha gente na agricultura, pecuária bovina, na retirada das últimas madeiras e no comércio da cidade”. A Figura 20 mostra a cidade de Araputanga na década de 1980.

⁵ Carlos Peres Gonçalves - entrevista realizada em agosto de 2016.

Figura 20 - Vista parcial de Araputanga - década de 1980



Fonte: CHEC (2016)

Percebe-se que há grandes diferenças entre as figuras 19 e 20, com destaque na antropização da vegetação, ressaltando o forte comércio madeireiro que foi a mola propulsora da economia da década vigente. Outra questão eminente são as mudanças ocorridas nos tipos de residências, surgindo casas de alvenaria, aumento populacional, instalação da Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, consolidando o crescimento econômico de Araputanga.

Ainda o entrevistado Carlos Peres Gonçalves declara que Araputanga era uma cidade que já havia delimitado seus limites com municípios vizinhos. Sua população demonstrava cordialidade quanto aos novos migrantes e a violência era quase insignificante, mas em contrapartida, as eleições para governadores, prefeitos e vereadores eram bem disputadas, gerando uma rivalidade entre pessoas e partidos políticos. O mesmo reforça que na primeira eleição para prefeito o município contou com cinco candidatos.

Por ser a primeira eleição nessa cidade foi bem disputada, os concorrentes almejavam a prefeitura e conseqüentemente o status de ser o primeiro prefeito eleito nesse município. Segundo ele, nesse período o candidato podia usar de certos recursos como forma de chamar atenção dos eleitores: carros de som, foguetes, uso de camisetas do candidato, os comícios eram bem participativos, shows com

cantores populares, ou seja, envolvia a população eleitoral. “Naquele tempo a população participava mais da política que na atualidade, porque o povo viveu muitos anos na ditadura e estava a todo vapor”. O candidato Delci Garcia dos Santos acabou ganhando as eleições. Apesar de ser paulista, Carlos Peres Gonçalves diz que na década de 1980 predominavam os goianos e mineiros. A população era alegre e muito festiva:

As festas eram simples, mas, bem divertidas. Tinha as festas juninas nas escolas, festa em Homenagem a Nossa Senhora de Fátima [Padroeira da cidade] com bingo, tinha baile e festa do peão. Nessa festa do peão tinha uma competição bem engraçada: colocava uma mesa com cadeiras na arena e soltava as vacas, quem levantasse da cadeira saía do jogo. Ganhava o último a ficar sentado (CARLOS PERES GONÇALVES).

Também reforça que as festividades na atualidade envolvem muita bebida alcoólica, sendo entrave para manter a harmonia no local. Os valores cobrados nas festas são altos e acabam segregando a população, ou seja, quase sempre são as mesmas pessoas que participam das mesmas festividades. Outro detalhe que chamou atenção do entrevistado foram as residências daquele período, porque nunca tinha visto tantas casas de madeiras. Algo mais instigante foi sua percepção em torno da cidade: “Existia muita mata”.

Tinha muita casa de madeira, feita de abrobrão e coberta com mamica. As cobertas de abrobrão ficavam podres mais rápidas. Aos poucos o povo ia derrubando elas e construindo de alvenarias com modelos bem simples, diferentes dessas de hoje. Existiam também casas de adobe. Nesse período as serrarias já estavam fechando, tinham me parece, duas apenas (CARLOS PERES GONÇALVES).

Existia um pouco de mata, só que era mata aberta. Em volta da cidade tinha muitas árvores ainda: garapa, mamica, abrobrão e outras que não recordo o nome. Indo para as cidades vizinhas, topava com muitas delas na beira da estrada. Exemplo, indo para Reserva do Cabaçal, era até bonito de ver (CARLOS PERES GONÇALVES).

Nesse período, Carlos Peres Gonçalves narra a existência de duas escolas na zona urbana, João Sato, Joaquim Augusto da Costa Marques e muitas escolinhas na zona rural, conhecidas como “escolas mistas”, porque a professora trabalhava com alunos de séries diferentes na mesma sala, geralmente iam até à quarta série. Já a saúde no período, segundo o entrevistado, era mais complicada

devido às condições econômicas do município, a maior parte dos medicamentos eram comprados, não eram fornecidos pelo posto de saúde.

Durante uma década, muitas mudanças socioespaciais aconteceram no município de Araputanga e o entrevistado Elinaldo Silva Soares⁶ relata o motivo de sua vinda para Araputanga na década de 1990: “Eu vim para trabalhar, montar um comércio”. O mesmo deparou com um povo bem acolhedor, gostava de festa, mas predominava as festas familiares, em que as famílias participavam juntas, a exemplo a festa da Padroeira, em homenagem à Nossa Senhora de Fátima. “Era comum muito bailes no Clube Olímpico com bandas de vários lugares do Brasil para se apresentarem no município”. A Figura 21 exibe a cidade de Araputanga na década de 1990.

Figura 21 - Vista parcial de Araputanga - década de 1990



Fonte: CHEC (2016)

Araputanga apresenta-se com uma nova configuração na década de 1990, destacando a redução drástica da mata nativa, surgimento da pavimentação asfáltica, construção de novas escolas, benfeitorias na infraestrutura, consolidando o desenvolvimento econômico em Araputanga.

Para o entrevistado Elinaldo Silva Soares, tanto a saúde quanto a educação eram destaques nesse período. A saúde era excelente, era referência no Estado e

⁶ Elinaldo Silva Soares - entrevista realizada em julho de 2016.

tinha uma educação privada muito boa e a educação pública contava com escolas estaduais e municipais de boa qualidade, com vários projetos envolvendo a comunidade. Elinaldo Silva Soares ainda expõe que a política era muito fechada, concentrava somente nas mãos do prefeito.

Nesse período predominava os descendentes de goianos e existiam muitas festas: “As festas eram feitas pela Igreja Católica, conhecida como festa da Padroeira. Tinha um bom carnaval com vários blocos, festa do peão, além das festas em família”. E conforme Elinando Silva Soares: “A cidade nesse período contava com mais opções de emprego, mas, o setor que mais destacava era a pecuária. O mesmo deparou com um povo bem acolhedor, que gostava de festa, mas predominavam as festas familiares, em que as famílias participavam juntas, a exemplo a festa, existindo também as indústrias da Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda e o antigo frigorífico conhecido como Frigoara”, ilustrado na Figura 22.

Figura 22 - Frigoara no início do abate – final da década de 1980



Fonte: CHEC (2016)

Além disso, a base econômica do lugar já era a pecuária bovina, tanto de corte, quanto leiteira. As indústrias aqui instaladas necessitavam dessa matéria prima para seu funcionamento, dando emprego para a população da cidade.

O Frigoara durante quase duas décadas manteve-se instalado no município, contribuindo para o Produto Interno Bruto (PIB) e empregando uma grande parcela da população. No entanto, em junho de 2001 a empresa JBS assume a administração desse frigorífico, permanecendo até atualidade. Elinaldo Silva Soares diz que as moradias na década de 1990 eram mais de alvenaria, com modelos de casa no estilo mais antigo, não existia mata na cidade, o município já estava com muito asfalto. “Eu me lembro que tudo era pasto em volta da cidade e indo para São José dos Quatro Marcos tinha lavoura de café”.

A década de 1990 foi muito propulsora ao município de Araputanga, houve muitas melhorias nos setores da educação, infraestrutura, saúde e moradia, modificando a paisagem do lugar. Ao adentrar na década de 2000 os investimentos continuaram atraindo novos moradores e Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini⁷ relata que a cidade no ano de 2000 era bem hospitaleira, comparando com a atualidade:

Cheguei durante administração do prefeito Português. As pessoas eram mais amigas, não tinha esse negócio de levar outras pessoas no Fórum. Viviam em harmonia, diferentes de hoje. Tinha uma festa na praça, compareciam pessoas de todas as classes sociais, era muito divertido. Muito diferente de hoje, onde o individualismo prevalece, talvez seja com medo da violência. A população oscilava em torno de 14 mil habitantes (MARIA DO CARMO FURLANI MENDONÇA ZUNTINI).

Em entrevista Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini assegura que no início da década de 2000 a violência era bem menor do que na atualidade e a população era mais harmoniosa. “Acredito que o medo da violência distancia as pessoas e reduz a caridade”. Porém a mesma certifica que no início da década de 2000 o município contava com uma saúde e uma educação bem melhores que atualmente:

A saúde conheci pouco, porque tudo que ia fazer era particular. Pouco tempo depois passei no concurso da Prefeitura e tive acesso mais nesse setor e notei que as pessoas eram bem atendidas, encontravam remédios e os médicos lutavam para atender bem seus pacientes, diferente de hoje,

⁷ Mario do Carmo Furlani Mendonça Zuntini - entrevista realizada em agosto de 2016.

onde há um descaso da saúde em nosso município. A educação, acredito que era melhor do que hoje na escola pública, eu lembro que a escola Augusto da Costa Marques vivia ganhando prêmios, a escola municipal não cheguei a conhecer. As escolas particulares eram duas e razoavelmente boas (MARIA DO CARMO FURLANI MENDONÇA ZUNTINI).

Segundo Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini, sua aprovação no concurso municipal da saúde fez com que pudesse perceber que a saúde do município deveria ser primordial, devido a necessidade da população, principalmente a classe de menor renda per capita. A economia do município na década de 2000 era baseada na agropecuária, principalmente a pecuária bovina, mas as indústrias e o comércio do município acabavam por empregar a maior parte da mão de obra porque a pecuária bovina exige poucos trabalhadores. A Figura 23 mostra a cidade de Araputanga na década de 2010.

Figura 23 - Vista parcial de Araputanga - década de 2010.



Fonte: CHEC (2016)

A cidade de Araputanga busca na atualidade a consolidação econômica e social, através da implementação de novas políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da economia do Estado do Mato Grosso.

Em relação à política, Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini informa que ficou sabendo que em Araputanga sempre foi disputada, desde sua emancipação

até o presente momento. “Se fundamentarmos a história política do município, veremos que tivemos cassações de prefeitos, vereadores, anulação de eleição, etc”. Conforme a entrevistada a população na atualidade cobra mais dos governantes, são mais conhecedoras de seus direitos.

Ainda segundo Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini , a população dos descendentes de goianos é superior as demais no município. As festividades eram bem apreciadas pela maioria da população:

Carnaval de rua, Festa da Padroeira e tinha os bailes: baile do Havaí, da Primavera, jantar para as mães. Tinha a festa do peão, só que participava pouco, levava as crianças no parquinho e voltava para casa. Toda a comunidade participava, desde o mais rico, até o mais pobre (MARIA DO CARMO FURLANI MENDONÇA ZUNTINI).

Quanto ao estilo das moradias neste município Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini não percebeu diferenças do local de origem, as casas eram quase todas de alvenaria sem muita diversidade na arquitetura:

Não havia mata nativa, a cidade contava com algumas árvores plantadas para fazer sombras. Em torno da cidade existia muito pasto, mas ao ir para o sítio ainda topava com mata fechada na beira da estrada. Outra coisa que percebo, é o aumento do automóvel na cidade (MARIA DO CARMO FURLANI MENDONÇA ZUNTINI).

Fica nítido que não são todos do município que têm a preocupação de preservar a vegetação nativa ou contribuir com o cultivo de árvores com o objetivo de fazer sombras, muitos preferem o calçamento como forma de limpeza e praticidade, sendo essa a postura de vários moradores.

Araputanga entra na década de 2010 com uma queda em seu desenvolvimento econômico e social e Rubens Vitor da Silva⁸ relata em entrevista sobre a chegada dele em janeiro de 2016: “Eu vim de Cuiabá transferido pela empresa onde trabalhava”. O mesmo afirma que a política do município estava muito confusa, porque o prefeito foi afastado por suspeitas de desvio de verbas e quem administrava era o vice. “Eu vejo que o povo está desanimado com a política e com seus gestores”. Rubens Vitor da Silva reforça que a cidade quase não tem festa, exceto a festa da Padroeira de Araputanga, não teve Carnaval e nem Festa do Peão.

⁸ Rubens Vitor da Silva - entrevista realizada em agosto de 2016.

A diminuição na quantidade das festividades no município é consequência de má administração pública e a situação econômica vivenciada no País. Rubens Vitor da Silva ainda ressalta que a saúde da cidade não está em seus melhores momentos, falta medicamentos e médicos para atender a população de menor renda per capita.

Já a educação do município conta com escolas estaduais, municipais e privadas, tem a Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) e ônibus para transportar os alunos da zona rural. “Não posso falar da qualidade, porque não conheço, apenas ouço falar que antigamente era melhor”. O entrevistado descreve as construções das residências dos moradores de “contrastes econômicos” porque a população de maior renda per capita recorre aos arquitetos para construir suas moradias. “O estilo das casas são bem sofisticados e com requinte, enquanto outros não conseguem finalizar a construção de suas residências” Segundo Rubens Vitor da Silva a base econômica do município é a pecuária de corte e leiteira. As duas indústrias da cidade são conceituadas em todo o Estado e fora dele. O mesmo afirma que já consumia produtos das indústrias, mesmo sem morar na cidade.

Conhecer a formação do município de Araputanga é de grande importância para entender seu desenvolvimento econômico, social, cultural e religioso. Através do convívio entre fundadores e não fundadores temos uma cidade que carrega traços dessa interação construída no decorrer de cinco décadas, desta feita somos todos responsáveis pelo exercício da cidadania.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA DE ARAPUTANGA

A economia brasileira, no decorrer dos séculos, oscilou com produtos que estiveram presentes nas relações comerciais e, conforme a demanda no comércio mundial, as mercadorias eram produzidas em grande escala. De uma certa forma, o mercado mundial sempre influenciou na produção nacional (PRADO JUNIOR, 1993).

Baseando em um comparativo dos ciclos econômicos que nortearam a economia brasileira dos séculos XV ao XVIII, durante o processo de colonização, percebeu-se que a formação do município de Araputanga vivenciou o mesmo processo dos quatro ciclos econômicos no século XX: madeira, agricultura, mineração e pecuária bovina, fomentando a economia local. Assim, por analogia, o presente capítulo busca apresentar a formação do município de Araputanga, sob o prisma das principais atividades econômicas, contextualizando os ciclos locais com aqueles vivenciados no Brasil durante sua colonização.

Bampi (2017) diz ser possível identificar esses ciclos na economia do Brasil:

Tais ciclos possuem relação direta com os modelos de política que o País adotou para si, por força de suas políticas econômicas ou mesmo sob a influência de políticas econômicas internacionais, comandados por sistemas centralistas, assim como os ciclos locais tem relação com as políticas econômicas nacionais. Numa obra realidade espaço-temporal os ciclos se sucederam no município, produzindo o espaço geográfico numa dinâmica de humanos, fauna e flora sobre o território, o que implicou na realidade que se apresenta atualmente (BAMPI, 2017, p.2).

Para Santos (2004), uma das divisões cronológicas mais aceitas sobre os períodos econômicos do Brasil é a de Prado Junior (1993) onde propõe oito momentos:

[...] a) preliminares (1500-1530); b) a ocupação efetiva (1530-1640), definida pelo início da agricultura e suas atividades acessórias; c) a expansão da colonização (1640-1770), marcada pela mineração e ocupação da região Centro-Sul, a pecuária e o povoamento do Nordeste e colonização do vale amazônico e a colheita florestal; d) o apogeu da colônia (1770-1808), com o renascimento da agricultura e a incorporação do Rio Grande do Sul para a atividade pecuária; e) a era do liberalismo, entre 1808 e 1850, determinada pelo declínio do pacto colonial e o aparecimento do capitalismo industrial; f) o império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889), caracterizada pela evolução agrícola, um novo equilíbrio econômico, a decadência do trabalho servil e sua abolição, a imigração e a colonização; g) a república burguesa (1889-1930), com dois subperíodos - a industrialização e o imperialismo - e, por fim, h) a crise de um sistema a partir de 1930. O livro é de 1945 (p. 25).

Santos (2004) discorda veementemente da questão dos ciclos, tendo em vista a noção de que representa algo do começo, meio e fim; por isso o autor sugere que se trabalhe com períodos econômicos.

Apesar de concordar com Santos (2004), tendo em vista que as atividades econômicas no Brasil, bem como no município de Araputanga, ocorriam de forma concomitante, todavia em maior ou menor grau de produção, quando Prado Junior (1993) refere-se a ciclos está retratando a principal atividade econômica daquele período.

Nesse contexto, a presente pesquisa utilizará da expressão ciclos para identificar os diferentes períodos em que certa atividade econômica predominava no município.

6.1 O ciclo da madeira

O primeiro ciclo econômico brasileiro foi o de madeira. Desde o século XV, o Brasil tem sido alvo de grande exploração de suas florestas. Segundo Prado Júnior (1993), os portugueses ao desembarcarem no País no século XV confrontaram com um povo vivendo como nômades, considerados por eles “selvagens”, convivendo com uma natureza muito farta. As espécies vegetais aqui eram diversas, detectando na costa litorânea uma da qual se extraía uma tinta que era muito utilizada para tingir tecidos: pau-brasil⁹. Por causa dessa madeira a colônia recebeu o nome de Brasil. Até meados do século XVI, era possível identificar portugueses e franceses traficando tal madeira, utilizando uma exploração muito rudimentar. As árvores variavam entre 10 a 15 metros de altura.

Esse ciclo não provocou muito desenvolvimento econômico para o Brasil e não ocorreu muitas melhorias na Colônia porque o objetivo era retirar a madeira. “Os traficantes se aproximavam da costa, escolhendo um ponto abrigado e próximo das matas onde se encontrava a essência procurada, e ali embarcavam a mercadoria que lhes era trazida pelos indígenas” (PRADO JUNIOR, 1993, p. 25)

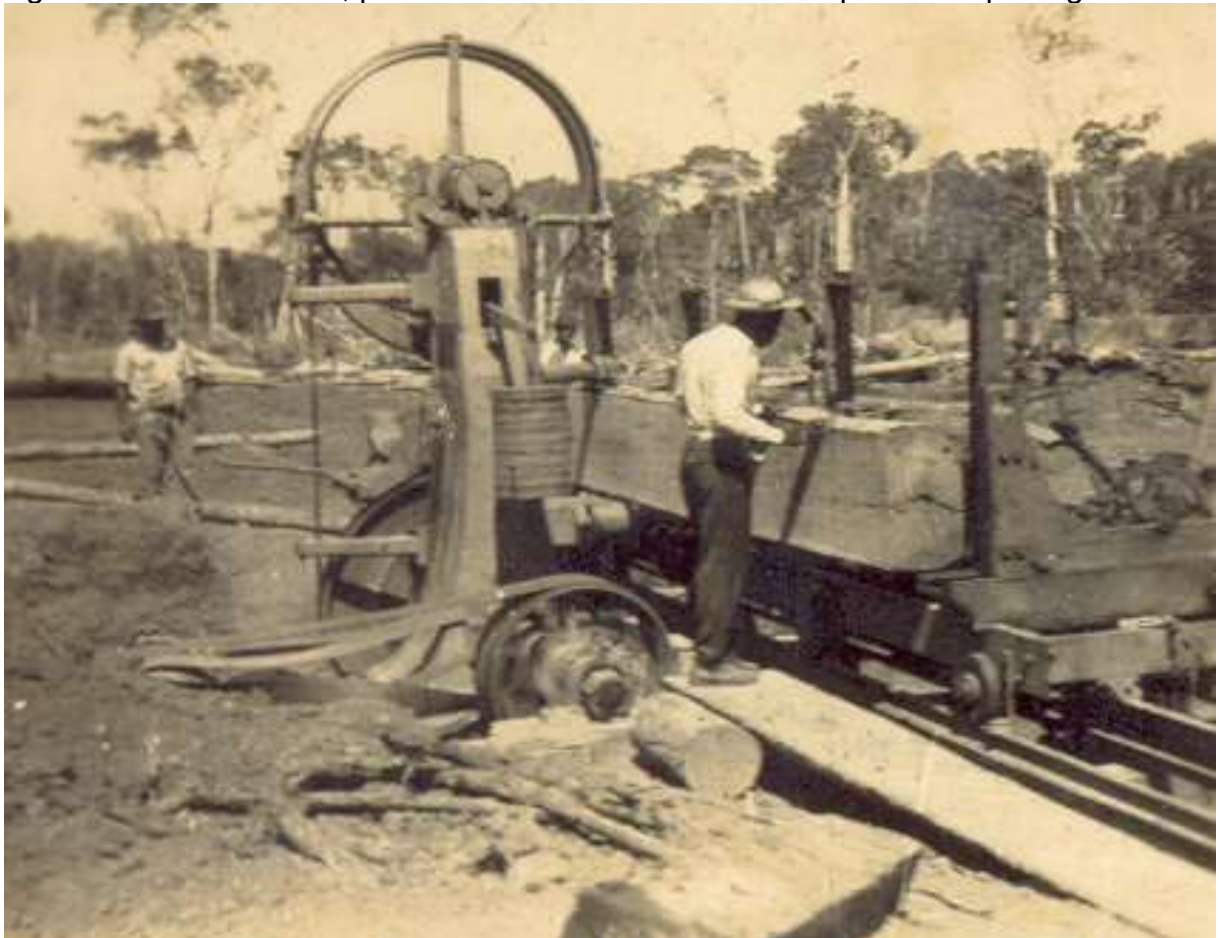
O principal desenvolvimento foi na área da segurança, em que a concorrência entre portugueses e franceses favoreceu a construção de fortes nas áreas mais abundantes em espécies vegetais, sendo as mesmas próximas ao litoral. Esses fortes também foram construídos para servir de abrigo, guardava a madeira até o

⁹ Recebeu o nome científico de *Caesalpinia echinata* (PRADO JUNIOR, 1993)

momento do transporte e era utilizado como defesa de tribos indígenas que se recusavam à situação de escravos, ou seja, prestavam serviços aos colonizadores sem remuneração. Muitos desses fortes eram abandonados depois do recolhimento da madeira, sendo assim, a atividade extrativa do pau-brasil não foi capaz de dar origem a povoados regulares (PRADO JUNIOR, 1993).

Em Araputanga, ocorreu um processo similar ao modelo do Brasil na retirada da madeira nobre. Com a chegada dos fundadores inicia-se o processo de exploração, destruição da vegetação, alterando a paisagem, é o que relata Alves e Sousa (2008), em uma entrevista a José Damião, que a região de Araputanga abrigava uma enorme variedade de espécies vegetais, sendo mais explorado o mogno, conhecido como Araputanga, expondo que o senhor Sidney buscava essa madeira e levava para ser comercializada na cidade de Cáceres, pois não existia serraria comercial no município. A Figura 24 mostra a serraria do Shiguemitu Sato, a primeira instalada em Araputanga.

Figura 24 - Serraria Pita, primeira a ser instalada no município de Araputanga - 1963



Fonte: CHEC (2016)

Existia uma serraria particular, montada pelo Shiguemitsu Sato para fins de subsistência. A madeira retirada naquela época era toda vendida. Era comum os sítiantes derrubarem as madeiras e deixar secar, depois colocavam fogo para queimar e fazer áreas de cultivo. Os madeireiros ainda faziam seleção da madeira, o que não era adequado a eles deixavam para trás, sendo essa aproveitada pela população para fazer móveis e casas. (ALVES; SOUSA, 2008).

A serraria Pita prestava serviço para a população local, não tinha suporte para atender toda a demanda do lugar, sendo assim, os madeireiros recorriam a outras serrarias da região.

Existe semelhança na retirada da madeira de Araputanga com a exploração de madeira no Brasil. No município de Araputanga, a maior parte do lucro desse ciclo ia para os madeireiros que residiam em outras cidades, enquanto no Brasil os lucros iam para a Coroa Portuguesa. Ou seja, a população local não lucrou com esse ciclo econômico.

A madeira pau-brasil como fonte de renda brasileira entra em decadência no final do século XV porque a exploração perdeu o interesse, devido à pouca demanda na Europa e ao mesmo tempo encontraram outros atrativos econômicos no Brasil, a exemplo o solo de massapê e o clima adequado ao cultivo de produtos tropicais, em especial a cana de açúcar no século XVI.

O resultado dessa exploração desenfreada da madeira foi um vazão nas matas costeiras: Bioma da Mata Atlântica (PRADO JUNIOR, 1993). Já em Araputanga a própria extinção da madeira provocou a decadência desse ciclo econômico. Os biomas do município de Araputanga, Amazônia e Cerrado, também foram alterados, sendo substituídos, na sua grande maioria, por lavouras agrícolas (FERREIRA, 1997).

Conforme Florisvaldo Pereira Trindade¹⁰ a diversidade de espécies vegetais em Araputanga fez atrair serrarias para o município sendo que ele próprio trabalhava nesse desmatamento conforme mostra a Figura 25.

Quando cheguei nesse município, a madeira era sua maior renda, onde o processo de extração era rudimentar, utilizava traçador, machado e faziam girau, porque o tronco era grosso e as raízes catanas espalhadas, não tinha motosserra, esse só chegou em Araputanga em 1973, era tudo na força. (FLORISVALDO PEREIRA TRINDADE).

¹⁰ Florisvaldo Pereira Trindade- entrevista realizada em agosto de 2016.

Figura 25 - Desmatamento em Araputanga na década de 1970



Fonte: CHEC (2016)

O trabalho utilizado no desmatamento era braçal, devido ausência de máquinas nesse período, sendo pouco remunerado, porém, derrubar as árvores maiores para muitos era sinônimo de troféu, era preciso registrar para comprovar.

Florisvaldo Pereira Trindade confirma que a mão de obra utilizada para essa prática extrativista era local, cortando árvores grossas, sendo que duas delas já davam 4 a 5 m³ de tora, existindo naquela época muitas espécies: mogno, peroba, cedro, ipê roxo, ipê amarelo, garapa, branquilha. “Com o fim do mogno o povo passou a derrubar tudo que encontravam pela frente (angico, louro)”.

Também para Florisvaldo Pereira Trindade, a vegetação era retirada para cultivar a roça em forma de meeiros, onde 30% ficava para o fazendeiro e 70% para o agricultor. Relata ainda que a madeira também era utilizada para construir moradias, onde derrubavam o abrobrão ou a mamica para fazer a casa e o telhado. Muitas dessas madeiras também foram utilizadas para fazer os móveis de casa: mesa, cama, cadeira, banco, etc. Era comum os acidentes de trabalho: “ao derrubar as árvores, tinha que observar o tombo da madeira, muitas vezes caíam em cima do trabalhador ou ao descarregar caminhão nas serrarias, era algo preocupante, pois as toras eram pesadas e as vezes provocavam acidentes, com mortes fatais”.

A exploração dos recursos naturais esteve sempre ligada à existência do homem e continua na atualidade. A Amazônia é responsável por 80% da produção de madeira do Brasil, sendo explorada a mata nativa e ao mesmo tempo que provoca uma destruição impiedosa dos recursos naturais, gera emprego e renda para toda região. Em contrapartida, a extração ilegal acaba gerando trabalhos perigosos e mal remunerados, provocando o esgotamento de muitas espécies vegetais e animais, os quais dependiam da cobertura vegetal para sobreviver (FERRONATO; NUNES, 2010).

Oscar Gomes, em entrevista à Alves e Sousa (2008) descreve que o trabalho na retirada da madeira em Araputanga era perigoso, mas era a principal fonte de mão de obra porque os moradores almejavam comprar sua própria terra. Para concretização desse sonho se arriscavam nesse perigoso trabalho. No início do povoamento as terras eram bem mais baratas que na atualidade, mas a dificuldade em conseguir o dinheiro para comprá-las era grandiosa, custando naquela época dez cruzeiros o alqueire.

Mesmo com a decadência desse ciclo econômico no Brasil, o desmatamento perdura na atualidade. Alguns estados brasileiros retiravam parte de seu Produto Interno Bruto (PIB) da extração da madeira, como é o caso de Rondônia, que iniciou sua extração na década de 1980, com participação de 50% das indústrias madeireiras no PIB daquele Estado. Isso vem provocando uma escassez de madeira e ao mesmo tempo o fechamento de empresas ligadas a esse setor, não esquecendo de pontuar que os índios acabam sendo as maiores vítimas deste legado, perdendo a sua casa, seu sustento e adquirindo doenças com a entrada do homem branco, como já aconteceu e acontece com algumas tribos naquele Estado (FERRONATO; NUNES, 2010). Porém, os autores declaram que o desmatamento também acontece por causa das atividades agropecuárias.

O comércio da madeira em Araputanga se estendeu por vários anos, e boa parte do produto final ia para outros estados, como relata o entrevistado:

O mogno era tirado e ia para o estado do Espírito Santo, aqui cortava e explanava, ela saía bruta, sem ser serrada, carregada bruta. Tinha tanto mogno que os fazendeiros construíam a sede com ela e as casas dos funcionários de branquilha, tanto as paredes quanto o teto (FLORISVALDO PEREIRA TRINDADE).

Conforme Florisvaldo pereira Trindade, no ano de 1973, o município contava com duas serrarias de disco, onde serravam a madeira mais fina, utilizando duas pessoas para o trabalho. O lugar contava com três serrarias pica pau, serrando madeira de até 1 m³, utilizando apenas duas pessoas e existiam também duas serrarias de fita, onde cortavam árvores de qualquer espessura e exigiam cerca de seis funcionários. A Figura 26 mostra a espessura das árvores, já a Figura 27 exhibe a serraria Turazi atuando no município na década de 1970.

Figura 26 - Espessura das árvores no município de Araputanga



Fonte: CHEC (2016)

Figura 27 - Serraria Turazi - década de 1970



Fonte: CHEC (2016)

Conforme a população adentrava na mata nativa descobriam o alto valor econômico das espécies vegetais e conseqüentemente aumentavam as serrarias no povoado.

Shiguemitsu Sato menciona que Araputanga tinha tanta mata que nem mesmo os fundadores tinham noção do seu alto valor econômico. As serrarias a cada ano aumentavam em quantidade e produção. “Cáceres recebeu a instalação de uma serraria de alemães, Carlos Culeque era o gerente geral. Sua localização era próxima à ponte do rio Paraguai, chamada de Serraria Cáceres”. Instalou-se nessa cidade para atender toda a região:

Mata pura, tinha figueira e bacuri, eram madeiras não nobres, não tendo o mesmo valor que o mogno. Tinha uma serraria serra a fita. Os alemães instalaram duas serrarias serra a fita em Cáceres e exportavam toda a madeira para Alemanha e Estados Unidos. Os japoneses de Araputanga não conseguiram realizar essa exportação. Era tanta madeira que era comum fazer paiol para guardar o milho de mogno. (SHIGUEMITU SATO).

A madeira é um produto atrativo, porque não requer alto valor econômico para sua exploração, a mão de obra não precisa ser qualificada e não necessita das

condições ambientais para sua extração, além do mais é uma mercadoria muito valiosa, inclusive na construção civil, no uso de andaimes, forros, pisos, etc. (ZENID, s/d). Em entrevista à Alves e Sousa (2008), Raimundo Lana relata que a mata de Araputanga também era muito valiosa, os primeiros moradores deparavam com uma floresta densa, muitos assustavam, porque viam de lugares onde não mais existiam. O mesmo comunica que ao chegar em Araputanga era tudo mato, tinha somente uma abertura na avenida 23 de Maio, como mostrado na Figura 28.

Figura 28 - Avenida 23 de Maio - 1965



Fonte: CHEC (2016)

Os fundadores aproveitavam o espaço da Avenida 23 de Maio para a realização das confraternizações no povoado, ressaltando que essa era a única rua existente no vilarejo.

José Dias da Silva, um dos fundadores nesse município, confirma que a base econômica no início da fundação desta cidade era a madeira: “Muita mata fechada. Era aberta só dentro da cidade. Onde é a rodoviária era roça de milho do Sato. Tinha muito branquilha, pim cuiabano, figueira, garapa e outras”.

Durante anos o desmatamento não trouxe preocupação para o homem, retirando a cobertura de uma forma irracional, sem nenhuma preocupação de preservação, mesmo após a urbanização, em que a população da cidade passou a ser superior à população rural e o desmatamento continuou, porque havia a necessidade da utilização da matéria prima de origem animal, vegetal e mineral retirada da zona rural para fabricação dos produtos industrializados. No decorrer dos anos essa prática ficou restrita na Amazônia, só vale lembrar que essa prática iniciou com a chegada dos portugueses, servindo na construção de habitação, fonte de energia e fonte de renda (PEREIRA, 2013).

A vegetação de Araputanga era muito vasta, mas ao mesmo tempo não foi muito lucrativo ao município. Florisvaldo Pereira trindade expõe que o comércio da madeira não proporcionou lucratividade para o povoado, porque: “Alguns Fazendeiros colocavam máquinas para derrubar a mata mais limpa e a mata fechada colocavam fogo, não deixando a população local retirar, pois o objetivo principal era formar a terra”.

É possível observar que as florestas existentes no mundo sofreram e vêm sofrendo uma redução drástica, os motivos são diversos: incêndios, retirada da madeira para fins comerciais, substituição das matas por agropecuária e muitas vezes provocadas por fenômenos naturais, gerando consequência bem negativa como o desaparecimento de espécies vegetais, como o mogno, acapu e virola, a quase extinção de espécies animais como arara azul, anta, orangotango-de-sumatra, onça pintada, etc. (ARRAES, et al. 2012). Existia também no município de Araputanga muita variedade de espécies, como relata Alvinho Alves de Moraes um dos fundadores da cidade: “Muita mata, tinha uma variedade de madeira: Branquilha, jatobá e outros. As pessoas moravam no meio e tudo em volta era mata. Na verdade desperdiçou muita madeira nesse povoado e hoje faz falta”.

O desmatamento na Amazônia teve início na década de 1960, puramente de caráter desenvolvimentista, ou seja, baseada numa política de crescimento tanto na produção industrial quanto na infraestrutura com parceria ativa do Estado com objetivo de ligar a Amazônia com o restante do Brasil, incentivando a população brasileira a migrar para essa região, concedendo créditos com juros negativos e incentivos fiscais para implantação de áreas agrícolas, aumentando a população e o desmatamento dessa região (ARRAES, et.al. 2102).

Em Araputanga o desmatamento trouxe pontos positivos e negativos como narra o entrevistado:

Positivos: a madeira serviu para construir as casas e os móveis do povoado.
Negativos: As fazendas derrubavam e queimavam tudo que viam pela frente e hoje não existem mais nada, aumentando o calor na cidade. Aqui, antigamente fazia tanto frio que os dedos enrolavam e tinha de desenrolar para cortar a árvore. Era muito frio dentro das matas e aqui tinha muita mata, era lindo de ver. (FLORISVALDO PEREIRA TRINDADE).

Outro bioma predominante no município de Araputanga é o Cerrado, correspondendo o segundo maior bioma do Brasil, ocupando 21% do território brasileiro, sendo também muito desmatado para cultivo agrícola e pastagem. Nos últimos 35 anos mais da metade de seus 2 milhões de km² foram destruídos, levando à destruição uma rica fauna, com muitas espécies endêmicas, ou seja, espécies que desenvolvem somente em um determinado local. A taxa de desmatamento do Cerrado tem sido superior ao da Amazônia. Apenas 2,2% do Cerrado está legalmente protegido. A ameaça à biodiversidade nesse bioma provém da erosão do solo, destruição da própria vegetação, utilização do fogo para estimular o rebrotamento das pastagens. Conforme estimativas, a destruição do Cerrado deve continuar, porque a agricultura é muito lucrativa nessa região (KLINK; MACHADO, 2005).

Alves e Sousa (2008), em entrevista com José Damião comentam que a fauna no município de Araputanga era muita rica, devido às condições naturais (mata densa), sendo habitat de várias espécies, principalmente a onça pintada. O entrevistado já deparou com muitas onças no início do povoamento “A onça pegou o porco no terreno e eu saí correndo atrás com uma espingarda e vários cachorros. Com medo do barulho, a onça largou o porco e saiu correndo pela mata”.

Francisco Sobrinho Xavier também relata que a onça pintada era muito comum no início do povoamento de Araputanga, esses animais eram considerados ameaçadores e seu destino quase sempre era a morte. Em entrevista Francisco expõe que já esteve próximo desses animais várias vezes. O mesmo relata que encontrou uma onça próxima ao Clube Olímpico de Araputanga. “A onça saiu de dentro da mata e ficou na estrada olhando para eu e meu irmão, pensamos em correr porque ela era muito grande, mas resolvemos atirar, não acertou, ela fugiu para a mata” (ALVES; SOUSA, 2008).

O Latossolo é o solo predominante do Cerrado composto por alumínio, sendo também ácido. Para torná-lo produtivo é preciso fazer algumas correções, como por exemplo a “calagem”, acrescentando calcário no solo para reduzir a acidez, o que vem provocando maior fixação de agricultores e extensas lavouras, principalmente a de soja, sendo uma das causas do 55% do desmatamento nesse bioma (KLINK; MACHADO, 2005).

Durante a prática do ciclo da madeira em Araputanga desenvolveu-se paralelamente outro ciclo, o da agricultura. A princípio essa atividade econômica era somente para fins de subsistência, com o esgotamento da madeira passou a ser comercial, sendo o segundo ciclo econômico desse município.

6.2 O ciclo da agricultura

Os portugueses já conheciam parte do território brasileiro devido às explorações do pau-brasil na região litorânea. A faixa de terra no litoral nordestino apresentava características climáticas de quente e úmido (Clima Tropical Úmido) e um solo muito fértil conhecido como massapê, acarretando condições naturais para a prática da agricultura, principalmente a cana de açúcar. A escolha desse produto se deve também ao seu alto valor econômico na Europa. Esse ciclo econômico contou com mão de obra dos escravos vindo do continente Africano. Existiam poucas regiões que cultivavam esse produto no mundo, contribuindo mais ainda para sua valorização “[...] o açúcar se vendia em boticas, pesado em gramas” (PRADO JUNIOR, 1993. p. 32).

Araputanga passa por algo muito similar ao Brasil ao referirmos a instalação da agricultura nesse município. Devido a diminuição das madeiras nobres no povoado foi introduzido na década de 1970 o cultivo de vários produtos agrícolas não só como subsistência, mas com objetivo de atender o comércio brasileiro. David Nogueira¹¹ diz que a agricultura está presente nesse município desde o início do povoado, era praticada como forma de subsistência, produziam produtos para a própria alimentação arroz, feijão, mandioca, banana, amendoim, etc. Conforme o desmatamento aumentava, também elevava as áreas agrícolas. “A agricultura era forte, mas existia ainda a exploração da madeira”. O processo para a prática econômica era rudimentar, devido à falta de máquinas:

¹¹ David Nogueira - entrevista realizada em julho de 2016.

Tudo manual, não existia máquina para ajudar o homem a plantar e nem colher, sendo cultivados da forma rudimentar, utilizavam a matraca, a foice, o machado, enxada, cutelo etc. Existiam as máquinas de arroz, feijão e café eram as mesmas para seu beneficiamento. (DAVID NOGUEIRA).

Prado Junior (1993), afirma que as condições naturais do Brasil favoreceram a exploração de suas terras utilizando as grandes propriedades, com técnicas rudimentares e mão de obra escrava. Conforme ocorria a expansão da agricultura a tecnologia ia sendo introduzida e aos poucos dispensando trabalhadores, provocando o desemprego no campo. Prado Junior (1993) ressalta que “A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo [...]” (p. 34).

A Coroa Portuguesa não contava com a disponibilidade de trabalhadores rurais que abastecessem o Brasil Colônia, sendo assim foi reforçado o sistema de escravidão que surgiu no Mercantilismo. Os gêneros mais produzindo foram o açúcar como produto principal e aguardente como um subproduto, onde servia de escambo para adquirir escravos na África.

É importante ressaltar que a agricultura de Araputanga foi praticada com trabalhadores do próprio povoado, utilizando capital do lugar de origem. A policultura predominava, vendia-se os excedentes dessa produção para comprar o que não era produzido:

Geralmente os moradores traziam uma economia, compravam produtos da Tabuleta, Porto Esperidião e Cáceres. Trabalhavam de empreiteiros e já cultivam arroz, milho, feijão e café. Vendiam esses produtos em Cáceres. (SHIGUEMITU SATO).

Segundo Redin e Fialho (2009), os valores dos produtos agrícolas sempre oscilaram, provocando uma certa instabilidade nesse ciclo econômico. Por volta dos anos de 1930, o Governo Federal lança uma política para tentar reduzir as flutuações dos produtos agrícolas na renda, garantindo uma segurança alimentar, até porque esse setor sofria forte influência do clima, quando nesse período se destacavam o açúcar, álcool e café. As lavouras destinadas à exportação cresciam enquanto os de consumo interno reduziam. No decorrer dessas décadas tivemos vários gêneros agrícolas como líderes da exportação, iniciando-se com a cana de açúcar e na atualidade com a soja, sendo a mesma o produto de maior crescimento em terras brasileiras, contribuindo para a destruição dos recursos naturais como o

desmatamento, redução da biodiversidade, contaminação do solo, saúde humana, etc. Contudo, Nunes (2007), informa que as alterações ambientais são consequências do próprio modelo de produção e não somente do cultivo da soja.

Também no município de Araputanga havia a diversidade nas lavouras como: arroz, feijão, milho e café. Um dos maiores obstáculos dessa prática era a falta de infraestrutura, existiam muitas dificuldades para transportar a produção, devido à qualidade das estradas (ALVINO ALVES DE MORAIS).

Produziam arroz, feijão e milho e criação de porco. Não tinha nem vaca leiteira. Tinha muita fartura, nesse ano de [19] 62 nós não tínhamos nem gente para comprar nossa lavoura. Eu, por exemplo, cheguei a perder 120 sacos de arroz, porque não tinha pessoas que comprassem nossos produtos. Depois de dois anos, Cáceres começou a comprar nossos produtos, aumentando a produção. (ALVINO ALVES DE MORAIS).

Conceição e Conceição (2014) mencionam que em meados dos anos de 1960 até os anos de 1980 a agricultura brasileira passou por muitas transformações, tendo um aumento expressivo tanto no trabalho, quanto na produtividade, ou seja, houve uma modernização, surgindo muitos maquinários nesse setor e a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, foi uma grande aliada para o desenvolvimento do setor primário, considerando o Brasil o dominador desse setor.

Essa estratégia de modernização da agricultura, a partir da década de 1980, começa a mostrar sinais de arrefecimento. Desde os últimos anos desta, reduziram-se drasticamente as aplicações públicas fiscais e financeiras no setor agrícola, devido aos dois principais instrumentos de política agrícola, crédito rural e preços mínimos, terem sido severamente sacrificados. (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 9).

Não podemos deixar de ressaltar que as agriculturas brasileira e mundial passaram por inúmeras transformações depois da 2ª Guerra Mundial, ou seja, uma forte modernização no campo, conhecida como Revolução Verde¹², pela qual a população mundial aumentava e a população do campo sofria um decréscimo (NUNES, 2007). “De acordo com os parâmetros da Revolução Verde, incorporou-se um pacote tecnológico à agricultura “(AGRA; SANTOS, s/d, p. 2).

¹² A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. A Revolução Verde permitiu um pequeno aumento da oferta per capita mundial de alimentos (NUNES, 2007).

Esta modernização efetivou-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro - Oeste, concentrando-se principalmente na monocultura para exportação, como exemplo podemos citar a soja. Nas regiões Norte e Nordeste predominam a policultura alimentícia. É visível que a modernização traz também impactos negativos, em que os agricultores latifundiários aumentam a monocultura para exportação e reduzem as áreas ocupadas para o cultivo de produtos internos (AGRA; SANTOS, s/d).

Tal modernização não atingiu com a mesma intensidade os municípios do Estado do Mato Grosso, sendo de uma forma bem gradativa, é o que descreve o entrevistado David Nogueira. A Figura 29 mostra sua máquina de beneficiamento.

O beneficiamento dos grãos no município de Araputanga era feito de forma antiga na própria cidade, tiravam a casca, limpava os alimentos para vender, tudo manual. As primeiras máquinas de beneficiamento surgiram quando a comunidade iniciou o cultivo do arroz, sendo João Elias o primeiro empreendedor nesse ramo no município de Araputanga, instalada no início do ano de 1965, ficando com ela mais ou menos dois à três anos. Em seguida veio o seu Lotero, e o Joaquim. (DAVID NOGUEIRA).

Figura 29 - Máquina de beneficiamento de David Nogueira- Avenida Castelo Branco - Início da década de 1980



Fonte: CHEC (2016)

A maior parte dos produtos agrícolas produzidos em Araputanga eram vendidos para outros Estados brasileiros. A cidade nesse período contava com várias máquinas de beneficiamento. A produção agrícola era bem superior ao consumo, o que acarretava um comércio bem intenso.

José Dias da Silva explana que o cotidiano dos primeiros moradores era de dificuldade em todos os sentidos, desde o cultivo de produtos agrícolas, criação de animais, principalmente o gado bovino de corte devido à falta de cercas nas propriedades. Alguns moradores se arriscavam em criar o gado leiteiro para sua subsistência, em contrapartida a criação do gado suíno era forte no município:

Criavam porcos, vaca leiteira e galinha, não era comum a prática do gado de engorda, porque tinha muita lavoura. Tinha vez que saía caminhão de porcos para vender em Cáceres. O arroz e o feijão eram vendidos para São Paulo. Tinha muito carro de boi. "(JOSÉ DIAS DA SIVA).

Nunes (2007), diz que os produtos: milho, trigo e o arroz são os mais cultivados no mundo, superando 600 milhões de toneladas, no entanto o consumo de carne de confinamento fez com que o cultivo da soja aumentasse quase 700% entre os anos de 1961 e 2005. A agricultura corresponde a quase 9% do PIB do Brasil, empregando 14% da população economicamente ativa, o setor de exportação cresceu a partir dos anos de 1990, devido ao aumento de agroindústrias no mercado mundial, tendo fusões de várias empresas do setor agropecuário (NUNES, 2007). Conceição e Conceição (2014) reforçam que o agronegócio a cada ano que passa ganha força nas exportações brasileiras, representando em torno de 40% do comércio internacional, tendo um faturamento de US\$ 100 bilhões em doze meses.

Houve um aumento da produção, assim como um aumento dos espaços cultivados como, por exemplo, o Cerrado, fazendo com que o Brasil se tornasse nesses últimos 20 anos um dos maiores produtores agrícolas do mundo, principalmente no milho e na soja, cujos produtos estão relacionados com proteína animal para exportação. Contudo, para Alves, et al. (2005) essa modernização não atingiu todos os agricultores e nem todas as regiões do Brasil. Alguns produtores conseguiram acumular capital com as exportações e investiram na tecnologia, alguns financiaram essa modernização, enquanto outros foram excluídos desse processo por falta de capital e de crédito.

Muitos agricultores de Araputanga foram excluídos e continuam excluídos desse processo de modernização. Raimundo Lana em entrevista à Alves; Sousa (2008), conta que dentro de dez anos a agricultura do município sofreu uma grande expansão devido a influência dos “Gatos”¹³. O mesmo entrevistado relata que sua família mudou para a região de Cachoeirinha (distrito de Araputanga) e lá iniciaram a plantação de vários produtos como arroz, feijão, banana, mandioca, batata e café, alterando a paisagem. A Figura 30 exibe o senhor Takemura na lavoura de café.

Figura 30 - Lavoura de café - década de 1970



Fonte: CHEC (2016)

Alguns imigrantes asiáticos se dedicaram ao cultivo do café, devido as condições climáticas e o conhecimento nessa prática, porque já tinham trabalhado nas lavouras de café nos estados de São Paulo e Paraná.

Era praticada uma lavoura de policultura, porque a terra era muito boa. Os produtos eram vendidos dentro de Araputanga, não existindo nota fiscal nas relações comerciais. Já David Nogueira afirma que os proprietários das máquinas de beneficiamento de Araputanga comercializavam os produtos com compradores de outros Estados:

¹³ Gatos - pessoas que pegavam empreitas nas fazendas e colocavam peões (funcionários) para trabalhar (Francisco Sobrinho Xavier)

Vendiam para caminheiros a carga fechada. Eles viam aqui para comprar. Cada carga era de 200 sacos de arroz com 60 quilos cada um. O arroz era levado para Presidente Prudente- SP. O feijão ia para Minas Gerais, Goiás e São Paulo e pesava 60 quilos o saco. Já o milho era vendido para Presidente Prudente e Mirandópolis, em São Paulo. O café ia direto para San Matias na Bolívia, nem tirava nota fiscal. Existiam na época três máquinas de arroz na cidade. (DAVID NOGUEIRA).

Para Redin e Fialho (2009), a agricultura brasileira nesses 50 anos passou por um processo de mudanças na produção, deixando de ser uma produção carente (baixa produção) para uma produção muito produtiva (alta produção). Os mesmos autores reforçam que: “nessa tangente atual, as críticas desse processo são inevitáveis, uma vez que o saber das populações rurais é deixado de lado por ser considerado atrasado e ineficaz” (p. 4).

Desse modo, a agricultura familiar fica à margem do processo de desenvolvimento sem condições de conseguir acompanhar a modernização que começara a se instalar, em meados da década de 1960. Se é bem verdade que, atualmente, o País é considerado um dos maiores produtores de grãos mundiais é também oportuno destacar que é a partir desse modelo que herdamos, são nossos maiores prejuízos ambientais vigentes (REDIN; FIALHO, 2009, p. 4)

De acordo com esse contexto, fica evidente que está longe da agricultura familiar se modernizar, ou seja, acompanhar agricultura moderna destinada ao comércio internacional, principalmente pela falta do capital e crédito que a mesma não disponibiliza. O Banco do Brasil disponibiliza créditos para o agricultor familiar, mas ao mesmo tempo existe uma burocracia gigantesca para efetivar este crédito, alguns acabam desistindo do financiamento e outros por não conseguirem honrar com os compromissos assumidos perante a agência bancária, tem sérios problemas financeiros. Vale reforçar que na década de 1970 alguns agricultores familiares conseguem empréstimos para compra de máquinas agrícolas, aumentando assim sua produção devido a Revolução Verde (REDIN; FIALHO, 2009).

Esse ciclo econômico foi rentável ao município, oferecendo emprego e circulação de dinheiro em Araputanga.” Dava giro e um ganho razoável, mas quem mais lucrava não era quem plantava, porque a maioria dos agricultores eram arrendatários” (DAVID NOGUEIRA). O mesmo entrevistado confirma que essa prática econômica era segura, quase não tinha acidente nesse tipo de trabalho. “O acidente era com cobras; existiam muitas cobras naquela época, muita gente era mordida por elas”.

O Estado do Mato Grosso até os anos de 1970 tinha uma economia voltada para agricultura e pecuária extensiva, essas atividades não tinham muitos incentivos governamentais, tornando Mato Grosso com pouco desenvolvimento, fato que foi alterado com a expansão das lavouras da região do Norte e Nordeste do Estado, transformando Mato Grosso em uma área de expansão para atividades agrícolas, contando com terras planas e clima adequado, onde as chuvas eram definidas (SILVA, et al. 2006). Os agricultores sulistas vieram em busca de atrativos econômicos, maiores áreas de cultivo e novas tecnologias capazes de cultivar em solos ácidos, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), provocando um esvaziamento dos pequenos agricultores e restringindo a agricultura de subsistência, aumentando o êxodo rural (SILVA, et al. 2006).

O ciclo econômico da agricultura trouxe pontos positivos para Araputanga, com a alta produção agrícola para os fazendeiros, uma menor aos arrendatários e também aos donos de máquinas de beneficiamento, favorecendo um crescimento econômico ao município, em contrapartida contribuiu para o desmatamento e erosão do solo (DAVID NOGUEIRA).

Devido às grandes oscilações no valor econômico dos produtos agrícolas e às dificuldades em comercializar esses produtos, os agricultores do município de Araputanga iniciaram a prática da pecuária bovina leiteira e de corte, que aos poucos foi crescendo e substituindo o ciclo agrícola. Para efetivar essa economia houve a criação da Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, que tinha como papel principal industrializar a matéria prima (leite) e comercializar seus produtos. Mesmo com tantos esforços, a pecuária bovina não conseguiu efetivar-se, porque no final da década de 1980 descobre-se ouro em Rio Branco-MT e a sede dessa mineração instala-se em Araputanga, iniciando o ciclo da mineração como principal renda para o município.

6.3 O ciclo da mineração

Diferente da agricultura e da pecuária, a exploração dos minerais desde o século XVIII exigiu um cuidado bem maior. A Coroa Portuguesa controlava a exploração com uma fiscalização acirrada, pois era destinada à Portugal uma parcela bem significativa dos recursos explorados (PRADO JUNIOR, 1993). O ouro

foi bastante explorado no território brasileiro, principalmente o de natureza de aluvião, sendo encontrado no leito dos rios e em suas margens, utilizando mão de obra escrava. Mas, no final do século XVIII o ouro entra na fase de esgotamento, devido ao excesso em sua retirada e por ser de aluvião. Já a desvalorização do diamante aconteceu por causa da alta produção. Durante o Brasil Colônia foram encontrados muitos minerais principalmente nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (ouro) e Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia (diamante). A mineração teve um papel muito importante na Colônia, estimulando grande fluxo populacional, despertando durante os séculos XVIII e XIX atenções da Coroa Portuguesa, o mesmo não acontecia com a agricultura e o pau-brasil (PRADO JUNIOR, 1993).

O povoamento do Estado do Mato Grosso, conforme Jesus (2012) teve início com a mineração na 2ª metade do século XVIII, em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Cuiabá na atualidade), onde foram descobertas lavras de ouro, a qual pertencia à Capitania de São Paulo. Pouco tempo depois descobrem ouro em Vila Bela da Santíssima Trindade. A região era habitada por muitos índios, fazendo fronteira com a província dos chiquitos, a partir das missões religiosas nessa localidade. De acordo com o autor, a produção do ouro em Mato Grosso era bem menor que em Minas Gerais, mas o fato de existir o ouro, acabou despertando o interesse econômico de Portugal. A Coroa Portuguesa mantinha o domínio das terras auríferas, mas havia muito interesses e investimentos dos bandeirantes, sobretudo paulistas. Havia muito contrabando das minerações e a mão de obra utilizada era de escravos africanos.

Conforme Borges (2001), a vida econômica do Estado do Mato Grosso começa com a exploração do ouro aluvial no século XVIII, efetivando o povoamento nesse Estado. O ouro começa a ser explorado em 1729, onde hoje situa a cidade de Cuiabá. Em 1748, é criada a Capitania de Mato Grosso. O mesmo autor diz que na metade do século XVIII a mineração mato-grossense começa a declinar porque não era ouro de boa qualidade, reduzindo assim sua exploração na região. O índice populacional em Mato Grosso no auge da exploração do ouro era em torno de 40 mil pessoas, concentrando principalmente em Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade, já no ano de 1800 a população foi reduzida para 27.690 habitantes, isso se deve a diminuição do ouro na região (BORGES, 2001).

Rezende Macedo Teixeira¹⁴ descreve que Araputanga, nos anos de 1980, sobrevivia de lavoura agrícola e da pecuária bovina leiteira, mas a maior renda vinha da Mina Cabaçal e Mineração Manati, apesar do nome era uma só empresa, sendo ela a responsável pela exploração do ouro na região. Existiam outras mineradoras como a SETA e a Odorblex, sendo responsáveis pela pesquisa. O entrevistado ainda afirma que a pesquisa do solo em busca de minerais aconteceu antes da instalação da Mina Cabaçal e Mineração Manati no município de Araputanga: “O avião sobrevoou a região e soltou umas peças e depois vinha um pessoal no chão e averiguava se existia algum minério naquele espaço”.

Carlos Pascoal Santos em entrevista à Alves e Sousa (2008) expõe que para explorar o ouro no município de Rio Branco, no Estado de Mato Grosso, houve um longo processo que iniciou com a Empresa Doce Mel, subsidiária da Companhia da Vale do Rio Doce, sobrevoando também a região de Araputanga a Pontes de Lacerda nos anos de 1975/76 e constataram a existência de minérios, mas a empresa não se interessou.

Já nos anos de 1980/82 a empresa britânica Blitz Petróleo instalou-se no Brasil com objetivo de explorar os minérios existentes, para isso contrataram técnicos que já tinham pesquisa de mapeamentos geológicos concretos e esses apresentaram o mapeamento da região de Araputanga. Partindo desse ponto, os geólogos retornaram à região e iniciaram novamente a pesquisa e descobriram ouro nas redondezas de Araputanga.

Para que a empresa Blitz explorasse o minério teria que se associar às empresas nacionais, por isso a mesma uniu-se a dois grupos: Roberto Marinho e Monteiro Aranha, surgindo assim a Mineração Santa Martha, através dela surgiram outras mineradoras, onde ela simplesmente emprestava o seu nome (ALVES; SOUSA, 2008).

Conforme Miguel Henrique Sobrinho¹⁵, em dois anos de pesquisa (1975 e 1976) descobriram os minerais no município de Rio Branco. Foram encontrados em terra firme, portanto, o ouro foi o mais abundante e explorado, além dele existia a prata e o cobre, também retirados, só que em menor quantidade, sendo também encontrado o chumbo, zinco e bismuto, pouquíssimo explorado. A empresa

¹⁴ Rezende Macedo Teixeira foi funcionário da Mina Cabaçal e Mineração Manati no setor da contabilidade. Entrevista realizada em agosto de 2016.

¹⁵ Miguel Henrique Sobrinho foi funcionário da Minas Cabaçal e Mineração Manati no setor no laboratório das análises. Entrevista realizada em agosto de 2016.

empregava mais de mil funcionários, onde tinha mão de obra local de municípios vizinhos como Rio Branco, São José dos Quatro Marcos e Mirassol D'Oeste. “Tinha ônibus que buscavam os funcionários todos os dias”. A cidade recebeu muitos trabalhadores da região Nordeste, os encarregados geralmente vinham de Minas Gerais e Rio de Janeiro (o mesmo sediava a central da Mina do Cabaçal e Mineração Manati (MIGUEL HENRIQUE SOBRINHO).

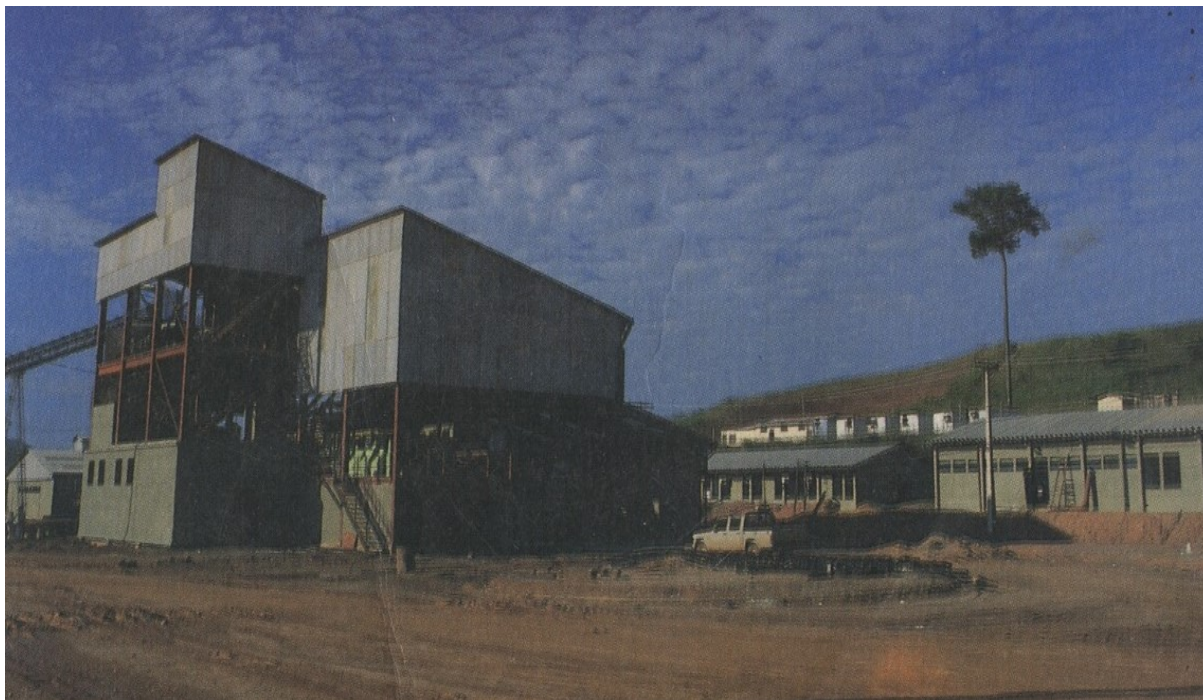
Alves e Sousa (2008), relatam que Carlos Pascoal Santos em sua entrevista afirma que no ano de 1986 a mineração Santa Martha inicia a exploração do ouro em Araputanga, utilizando a Mina do Cabaçal e Mineração Manati como empresa responsável, onde a mesma ocupava uma área de 1 km dentro da fazenda São Paulo, que pertencia ao município de Rio Branco, alterando a paisagem do lugar, principalmente com a circulação de pessoas. A fazenda realizou acordo com a mineração para exploração da área mineradora, passando o terreno para a mineradora.

A cidade de Araputanga não tinha infraestrutura para receber novas famílias, então, a empresa da Mineração Manati contribuiu construindo casas, escola, asfaltou ruas, incentivou o lazer ao melhorar o espaço físico do Clube Olímpico etc (ALVES; SOUSA, 2008). O mesmo entrevistado Carlos Pascoal Santos, declara que em outubro de 1986, inicia a abertura da mina subterrânea, onde encontravam vários minerais, mas o alto valor do ouro fez com que este fosse o carro chefe desta mineradora.

Todo ouro explorado ficava em território nacional. Foram retiradas mais ou menos 10 toneladas de ouro e acreditavam que poderiam dobrar a produção, mas a empresa Blitz Petróleo tinha dívida com o Kuwait e vendeu sua parte para a empresa Rio Tinto Zinco (RTZ), passando a ser a proprietária da empresa Santa Martha.

Contudo, a relação não era amigável com suas sócias Roberto Marinho e Monteiro Aranha, além disso, com a queda da produção na Mina Cabaçal e Mineração Manati, devido à paralisação das pesquisas, o inevitável aconteceu: a Mina do Cabaçal foi fechada, sua boca foi lacrada com concreto. O mesmo ressalta que o minério da região não foi todo explorado, sendo possível, no futuro, a instalação de outra mineração no município (ALVES; SOUSA, 2008). A Figura 31 exhibe a estrutura externa da Minas Cabaçal e Mineração Manati.

Figura 31 - Parte externa da Minas Cabaçal e Mineração Manati - Início da década de 1990.



Fonte: Acervo particular de Miguel Henrique Sobrinho.

O registro fotográfico mostra parcialmente a estrutura externa da Minas Cabaçal e Mineração Manati, porque sua área era extensa, visto que a industrialização do ouro era realizado no próprio local, necessitando de vários equipamentos e conseqüente maior espaço.

Leocídio Silva dos Santos¹⁶ expõe que a instalação de mineração é algo que exige muita seriedade, porque trabalha com a vida do homem e com a natureza, a segurança deve preservar a vida do humano e da natureza. Os riscos são enormes, requerendo altos investimentos.

A Mina Cabaçal e Mineração Manati fez altas aplicações financeiras nesse setor. O resultado foi positivo, o número de acidente foi quase insignificante durante seu funcionamento. O mesmo não tem conhecimento em relação aos impactos da Mina no espaço explorado. (LEOCIDIO SILVA DOS SANTOS).

O processo de extração da Mina Cabaçal e Mineração Manati era feito em várias etapas, é o que descreve o entrevistado:

¹⁶ Leocídio Silva dos Santos foi funcionário na Mina Cabaçal e Mineração Manati como mecânico. Entrevista realizada em agosto de 2016.

Utilizavam explosivos, juntavam com a máquina e colocavam na caçamba. Levavam para o britador primário (quebravam as pedras), entravam em uma esteira e ia para o britador secundário (trituravam em partes menores, entrava na esteira e em seguida ia para o britador terciário (quebrava as pedras menores ainda) e em seguida ia para o moinho gigante (a pedra virava pó), depois ia para a gravimetria (mesa vibratória que separava os minerais), e por último ia para a fundição que fazia as barras de ouro. Os outros minerais misturavam com a água e colocavam para secar e depois de seco eram colocados no Big Bag (sacos enormes). Só a máquina conseguia transportar. (LEOCIDIO SILVA DOS SANTOS).

E ainda Leocídio Silva dos Santos explica que existiam muitos funcionários em cada etapa, trabalhavam 24 horas. Existiam turnos diferentes para os operários porque a Mina Cabaçal tinha meta de produção mensal, se superassem, eles guardavam a sobra para o próximo mês. O maior atrativo era o salário “Trabalhava como mecânico na cidade de Cáceres-MT ganhando 100 Cruzados, vim para Araputanga para ganhar 530 Cruzados, tendo médico, moradia e farmácia para toda a família”. Segundo Miguel Henrique Sobrinho, o processo das etapas no processamento do ouro tinha continuidade logo após a explosão, retiravam algumas amostras para o laboratório e passavam por uma análise, saindo assim os minerais existentes naquela área, só depois desse processo iniciavam então a retirada das pedras. O entrevistado ainda descreve que os altos salários pagos aos funcionários dessa empresa fizeram o comércio da cidade se desenvolver porque as vendas duplicaram por causa do aumento populacional e da renda per capita.

Era trabalhado 40 toneladas de pedra por hora e tinha em média sete e oito gramas de ouro. O cobre e a prata era levada nos Big Bag para o Porto de Santos e de lá para a Coréia do Sul. A meta de ouro era 200 quilos de ouro por mês, quando houve o fechamento da mina, estava retirando em torno de 70 quilos por mês. (MIGUEL HENRIQUE SOBRINHO).

Carlos Pascoal Santos relata que algumas pessoas comentavam que a proprietária da Mina Cabaçal e Mineração Manati era Margaret Thatcher e que o ouro era levado para a Inglaterra, mas esta nunca teve participação em nada. Devido a esse comentário, muitos moradores apoiavam a entrada de garimpeiros na região, como forma de protesto, pois acreditavam que o ouro ia para a Rainha da Inglaterra (ALVES; SOUSA, 2008).

A mineração foi e continua sendo bem importante para a economia do Brasil, desde que seja praticada de forma racional, e que a ganância não supere o respeito

pela natureza. A mineração emprega muitos trabalhadores no país (FARIAS; COELHO, 2002).

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), empregava em julho de 2015 um total de 214.070 empregos diretos de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (2015). Para tanto, na Conferência de Johannesburgo, na África do Sul, no ano de 2002 foi assinado um documento por todos os países presentes, onde declara que a mineração é importante para o desenvolvimento econômico e social de muitos países, sendo eles relevantes para a sociedade atual, principalmente no setor industrial. Esse documento representava a importância da mineração para o crescimento econômico do País (FARIAS; COELHO, 2002).

Em 2014 o ferro continuou liderando as exportações brasileiras, em torno de 11,47. Os estados de Minas Gerais e Pará são os maiores investidores no ramo da mineração no Brasil (IBRAM, 2015).

A instalação da sede da Mina Cabaçal e Mineração Manati em Araputanga foi muito lucrativo para a cidade e seus moradores porque houve aumento do consumo de produtos da indústria de bens de consumo, tanto duráveis e não duráveis, teve aumento de consumo também nos produtos do setor primário, aumentando o Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS). Esse dinheiro pôde ser revertido em prol do bem estar da população (RESENDE MACEDO TEXEIRA).

A Mineração ficava no município de Rio Branco, mas Araputanga lucrou muito porque os funcionários moravam aqui, desde os chefões até o mais simples. Os salários também não eram ruins. Eu por exemplo trabalhava no Banco Bradesco na época e ganhava quatro salários e a Manati me convidou e ofertou oito salários mínimos, mais plano de saúde, a gente pagava só uma porcentagem dele (RESENDE MACEDO TEXEIRA).

Devido aos benefícios adquiridos com a instalação das Minas Cabaçal e Mineração Manati, Francisco Gilberto de Moura¹⁷ relaciona a Manati com o período de grande desenvolvimento para o município de Araputanga porque obras foram feitas para receber esses novos migrantes e o número populacional teve um grande acréscimo. “Terminou o Clube Olímpico, muitas casas foram levantadas, asfalto e

¹⁷ Francisco Gilberto de Moura foi funcionário da Minas Cabaçal e Mineração Manati no setor subterrâneo, extração dos minérios. Entrevista realizada em agosto de 2016.

escola foram construídas. Onde é o Fórum da cidade já foi alojamento da Mineração e depois virou escola do Serviço Social da Indústria (SESI)”.

Farias e Coelho (2002), relatam que o subsolo brasileiro é muito rico em reservas minerais, ao ser comparado com outros países, agrupando grupos de minerais metálicos, não metálicos e energéticos. No ano de 2000 teve uma parcela significativa de nióbio, ferro e rochas ornamentais. Segundo Pinheiro (2011) existem aproximadamente 3.354 minas no território brasileiro, proporcionando uma produção bem diversificada, contribuindo para a economia brasileira, onde muitos deles são exportados, principalmente o ferro e alguns importados: vanádio, potássio, enxofre, fosfato, carvão metalúrgico, etc.

O entrevistado Francisco Gilberto Moura explica que todo o ouro existente nas Minas Cabaçal e Mineração Manati também era encontrado no subsolo. “Era quase dois quilômetros de rampa, parecia uma cidade lá em baixo, tendo tudo o que era necessário: banheiro, refeitório, almoxarifado, técnicos de segurança, engenheiros etc”. A Figura 32 mostra a extração dos minérios na parte subterrânea da Minas Cabaçal e Mineração Manati.

Figura 32 - Exploração dos minérios na Minas Cabaçal e Mineração Manati, década de 1990.



Fonte: Acervo particular de Miguel Henrique Sobrinho.

Existiam várias máquinas na retirada do ouro e de outros minérios no túnel da Minas Cabaçal e Mineração Manati. A empresa operava 24 horas, existindo turnos diferentes aos trabalhadores.

Ainda assim, Farias e Coelho (2002) mencionam que as mineradoras trazem desenvolvimento ao município, mas quando essas os exploram de forma irracional provocam conflitos socioambientais como poluição do ar, das águas, poluição sonora e erosão no solo. Cada mineral tem uma forma de agressão, como por exemplo, as barragens de contenção de rejeitos.

A produção do ouro durante séculos concentrou nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. Nos anos de 1960 essa atividade despontou na região da Amazônia, a exemplo a Serra Pelada no Pará¹⁸, causando impactos, como o desmatamento, queima de mercúrio, queimada, fuga de animais silvestres, etc. (FARIAS; COELHO,2002).

Miguel Henrique Sobrinho afirma que mediante os benefícios adquiridos na cidade de Araputanga com a instalação da Minas Cabaçal e Mineração Manati, a população não questionava se decorria ou não impactos ambientais nessa Mineração. Essa Mina era de grande porte e fez altos investimentos para proteger o espaço explorado e trabalhava em sigilo. Os funcionários dos diferentes setores só conheciam seu espaço de trabalho, não tinham noção da magnitude da Mineração. De certa forma a Mineração montou estratégias para que os moradores na época não indagassem os impactos, tinha altos salários, muita segurança para os funcionários e trouxe muitos benefícios para o município.

Raimundo Bezerra da Silva¹⁹ expõe que a Mineração investia na segurança dos funcionários e ressarcia os operários que não se acidentassem. “A segurança era grande, mas mesmo assim presenciei duas mortes”. Outros funcionários confirmaram esse acontecimento:

Muito pouco acidentes. Eles exigiam que todos obedecessem às ordens de segurança. Exemplo: toda pessoa que fosse andar, circular dentro da Manati, tinha que usar capacete. (RAIMUNDO BEZERRA DA SILVA).

¹⁸ Serra Pelada fica no Estado do Pará, foi ocupado por muitos garimpeiros na década de 1980 (FARIAS, 2002).

¹⁹ Raimundo Bezerra da Silva foi funcionário da Mina Cabaçal e Mineração Manati. Trabalhou dentro da Mina subterrânea. Entrevista realizada em agosto de 2016.

A incidência de acidente era rara, tivemos dois acidentes fatais, não foi no trabalho e sim por distração. Eu mesmo entrei em baixo de um caminhão e terei o capacete e quando levantei batia a cabeça na porta e cortei, deu o que falar, o socorro foi excelente, e a bronca bem grande, porque não fiz como a segurança pediu. Os técnicos de segurança cuidavam para não acontecer acidente. (LEOCÍDIO SIVA DOS SANTOS).

As mineradoras eram aceitáveis pela maioria da população, fornecendo trabalho e ao mesmo tempo existindo inúmeras utilidades desses minerais como utensílios domésticos, peças ornamentais, construção civil, medicamentos, etc, o que acarretou uma intensa exploração desses recursos. São utilizados na construção civil, como areia brita, argila e outros, gerando impactos ambientais na zona rural e urbana (FARIAS; COELHO, 2002).

Conforme Farias e Coelho (2002), quando se pratica a mineração, surgem vários problemas de saúde para a sociedade. Os altos salários e os benefícios que os municípios recebem com a instalação de uma mineradora superaram para muitos os problemas adquiridos com o funcionamento da mesma, todavia os autores reforçam que o fechamento de uma mineração requer o mesmo cuidado quanto a sua exploração e depende de uma negociação do poder público e da mineradora e do envolvimento da sociedade atingida porque se as minas não seguirem o regulamento pode provocar acidentes socioambientais como contaminação das pessoas e dos recursos naturais com os produtos químicos utilizados durante seu funcionamento.

A mineração brasileira está submetida a um conjunto de regulamentações, onde os três níveis de poder estatal possuem atribuições com relação a mineração e ao meio ambiente. Os mineradores e especialistas entrevistados consideram que a legislação ambiental é extensa, avançada e conflitante, criando dificuldades na sua aplicação, necessitando de uma compatibilização, pois a sua aplicabilidade deixa muito a desejar. (FARIAS; COELHO, 2002, p. 32)

O aumento da exploração dos minerais está relacionado com o desenvolvimento tecnológico e com a ganância do liberalismo econômico. Tal condição teve início no Brasil nos anos de 1950, provocando um aumento na urbanização e melhoramento nos meios de comunicação, contribuindo para um aumento da exploração dos recursos minerais no País e conseqüentemente aumentando os impactos ambientais (LEITE; NEVES, 2008).

Existe preocupação durante o funcionamento da mineradora, ou seja, fiscalização durante a exploração dos minerais, porém, o fechamento de uma mina requer um cuidado bem especial, porque a área deve ser retornada ao meio ambiente para que a sociedade possa reutilizá-la, para isso devem obedecer às exigências dos órgãos ambientais e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), considerando a estabilidade química, biológica e física do espaço, sem deixar de pensar na população que foi diretamente afetada pela mineração e retirando toda a infraestrutura nela instalada (LEITE; NEVES, 2008).

Algumas consequências ambientais se tornam graves quando a mineradora não tem compromisso com o meio: mudança na topografia das vertentes, assoreamento e poluição das águas, rebaixamento do lençol freático, emissão de poeira etc. E os autores explicam que o fechamento da mina requer um planejamento envolvendo empresários, sociedade civil, poder público, etc. (LEITE; NEVES, 2008). A população de Araputanga não teve acesso às informações do fechamento da Mina Cabaçal e Mineração Manati e não houve requerimentos desses dados, estava preocupada com outro problema “desemprego” no município (RESENDE MACEDO TEXEIRA)

Em conformidade com o entrevistado Resende Macedo Teixeira, a Mina Cabaçal e Mineração Manati trouxe muitos benefícios para a cidade, mas em contrapartida deixou consequências negativas e algumas delas prevalecem até a atualidade. A população não conseguia confrontar os benefícios e os malefícios. Na atualidade já é possível porque convivemos com os malefícios adquiridos com a sua instalação:

Positivos: desenvolvimento do município. Até foram construídas casas para receber os novos funcionários, trouxeram a escola SESI para que os filhos dos funcionários estudassem, aumentou a oferta de emprego, o comércio melhorou e o movimento das agências bancárias também aumentou. Negativos: Com a vinda de muitas pessoas para o município teve o aumento da violência, prostituição, aumento dos produtos, tudo ficou caro em Araputanga, permanecendo até os dias de hoje. Herdamos essa herança de ser tudo mais caro no município. Exemplo: aluguel (RESENDE MACEDO TEXEIRA).

Miguel Henrique Sobrinho expõe que as pessoas que vivenciaram o período do funcionamento da Mineração sentem saudades porque eram visíveis as melhorias ocorridas no município. “A cidade cresceu, foi o melhor desenvolvimento

econômico da cidade, mas o aluguel hoje é o mais caro da região (herança da Manati)”. Conquanto Francisco Gilberto de Moura menciona que não foi só Araputanga quem lucrou com a mineração, os municípios vizinhos também foram beneficiados com muita mão de obra e no comércio, ocorrendo intenso fluxo de capital:

Construíram casas, clube etc. Devido aos altos preços dos produtos em Araputanga, minha mãe, por exemplo, fazia compra em São José dos Quatro Marcos. O povo fala que antes da Manati o povo da região é que vinha comprar aqui (FRANCISCO GILBERTO DE MOURA).

O entrevistado Raimundo Bezerra da Silva indaga que o fechamento da Mineração Manati trouxe muitos prejuízos para a cidade, estagnou no tempo, não apresenta o mesmo ritmo no crescimento econômico, principalmente nas ofertas de emprego.

O município é considerado repulsivo diante das dificuldades que atravessa, provocando a migração de moradores para outras cidades onde a oferta de emprego é maior. Enfatiza que mesmo tendo aumentado a população no período do funcionamento da mina, não existiam muita violência, sendo o álcool e o cigarro drogas ilícitas mais consumidas pela população.

Em se falando de impactos ambientais, nunca foram divulgados para a comunidade, muitas pessoas sequer foram na mina, nem quando estava funcionando e nem quando fechou, para ver os estragos causados na natureza. Como poderá ser verificado, a Figura 33 exibe a entrada do túnel da Minas Cabaçal e Mineração Manati.

O legado de ofertar produtos mais caros está até o presente momento. Os comerciantes inseriam porcentagens muito altas nos produtos comercializados porque existiam consumidores. Ao compararmos valores de compra e venda, em Araputanga é superior aos municípios vizinhos.

A Mina Cabaçal e Mineração Manati foi encerrando suas atividades mineradoras no município de forma gradativa, iniciando em 1991 e fechando oficialmente em 1992, porém a infraestrutura criada pela mesma permanece na cidade de Araputanga. O túnel foi lacrado e os equipamentos que interessavam foram retirados e o restante da estrutura permanece no local até a atualidade.

Figura 33 - Entrada do túnel da Minas Cabaçal e Mineração Manati - década de 1990.



Fonte: Acervo particular de Miguel Henrique Sobrinho.

Os minérios da Minas Cabaçal e Mineração Manati foram retirados intensamente da natureza e aos poucos foram reduzindo-se, ao ponto de limitar drasticamente a produção. Mediante aos altos custos para exploração e pouco retorno financeiro, a empresa resolve fechar totalmente sua atividade em 1991. Enquanto diminua a produção mineral, a Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, ampliava suas relações comerciais dentro do Estado do Mato Grosso e fora dele. No final da década de 1980 é inaugurado o Frigoara que passa a depender da matéria prima que também vinha da pecuária bovina. Com a ampliação dessas duas indústrias no município de Araputanga fortaleceu este ciclo econômico, permanecendo até os dias atuais.

6.4 O ciclo da pecuária bovina

Segundo Schlesinger (2010), a pecuária bovina começa a se desenvolver em território nacional no período Colonial juntamente com o cultivo da cana de açúcar. Os proprietários de engenhos utilizavam esse gado para contribuir na produção de açúcar nos engenhos. Houve um aumento do rebanho provocando prejuízos nas lavouras. Mediante a tantos estragos proibiram a criação desses animais no litoral

brasileiro o que provocou sua entrada no interior do sertão nordestino, precisamente por volta do século XVII, sendo o rio São Francisco o maior colaborador para a prática econômica, fornecendo água aos animais e usando como meio de transporte. Essa prática exigia poucos trabalhadores o que resultou a mão de obra de homens livres de origem negras, brancas, indígenas e mestiças. A forma de pagamento era diversa, a mais comum era pagar com o nascimento dos novos animais.

No mesmo século, o Estado do Piauí inicia a prática dessa atividade devido às condições naturais favoráveis como existência de chuvas regulares e alguns rios perenes, tornando assim a região mais importante de gado bovino de todo o Nordeste. Essa atividade econômica chega também ao Estado do Maranhão. Porém, mesmo em alta, a pecuária bovina não contribuiu para a formação de grandes povoados, predominando mais nas margens dos rios perenes, devido às dificuldades encontradas pela falta de água (PRADO JUNIOR, 1993).

Para o autor, existiam no meio dessas vias da pecuária bovina, intensas regiões áridas o que dificultava a circulação destes animais. Por volta do século XVIII, a prática desta atividade econômica atinge seu apogeu, sendo responsável pelo abastecimento da carne desde o Estado do Maranhão até o Estado da Bahia. Os animais chegavam ao seu destino em péssimas condições, o que acarretava pouca qualidade na carne. Sua expansão pelo território nacional aconteceu no período da mineração, como forma de alimentos e transporte. As secas prolongadas fizeram com que essa atividade econômica entrasse em decadência.

Silva et al. (2012), confirmam que o gado bovino e outros animais foram trazidos para América do Sul no período das grandes navegações, saindo da península Ibérica, da ilha de Cabo Verde e ilha dos Açores. A maior parte do rebanho era gado europeu e alguns mestiços, conhecidos como zebu. O desembarque aconteceu em Salvador, primeira capital do Brasil. Os próprios autores afirmam que a Corte Portuguesa incentivou a exportação do gado bovino para o Brasil, em especial para o estado da Bahia, no vale do rio São Francisco. Aos poucos o rebanho foi se expandindo para os estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão.

A prática da pecuária foi responsável por pequenos povoados do interior da região Nordeste, fornecendo alimentos, roupas de couro e meio de transporte,

como os carros de boi. Contudo, esta atividade econômica passou a ter maior importância com a queda da mineração no Brasil, destacava como alimento para os bandeirantes e nos engenhos (SILVA et al. 2012).

Prado Junior (1993), diz que a região Sul do Brasil durante anos foi alvo de disputas entre espanhóis e portugueses, sendo ocupada primeiramente pelas missões jesuítas que iniciaram a prática da pecuária bovina para o consumo interno. Silva et al. (2012), explicam que a carne do gado bovino passou a ser aproveitada para fazer carne de sol, carne em conserva e paçoca. Os rebanhos que originaram as raças locais brasileiras vieram da Espanha e Portugal. Das cinco raças locais, quatro corriam o risco de desaparecerem do território Nacional, sendo a raça Caracu a mais ameaçada. O gado Caracu se adaptou nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Na atualidade compete com as raças de qualidade no nosso País sem correr o risco de extinção. O mesmo não acontece com outras raças (SILVA et al. 2012).

As raças locais que se encontram em risco de extinção são a Curraleiro, Pé-Duro, a Pantaneira, o Crioulo e a Mocho Nacional. O gado Curraleiro, Pé-Duro, adaptou-se as regiões de clima quente e seco do Centro-Oeste e Nordeste, sendo, portanto, muito rústico e resistente. O gado Pantaneiro desenvolveu-se no Pantanal do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e foi decisivo para a ocupação das extensas áreas alagáveis dessa região. O Crioulo Lageano, habitante do sul do Brasil, adaptou-se às variações climáticas da região, que correspondem a extremos de frio e calor. Acredita-se que a raça Mocho Nacional tenha surgido no Estado de Goiás, no entanto também podia ser encontrada em São Paulo e Minas Gerais. (SILVA et al. 2012, p. 37).

Já no final do século XVIII, tanto a carne quanto e o couro já eram produtos de exportação e os mesmos foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, comercializando com as regiões Nordeste e Sudeste e países da América Central, seu principal produto era a charque (SOUZA, 2008). O mesmo autor afirma que na atualidade, somos um grande exportador, comercializando com mais de 150 países. O modelo agropecuário do Plano Real²⁰ de 1994 favoreceu o setor primário, proporcionando um aumento nas exportações do Brasil, no qual 25% da produção nacional é exportada (SOUZA, 2008).

Grava e Florit (2012), ressaltam que no Estado de Minas Gerais a prática da pecuária bovina esteve associada à extração mineral, que contava com muita água e volumosas chuvas, aos poucos essa atividade se expandia para os estados de

²⁰ Plano Real - foi um plano econômico desenvolvido no Governo de Itamar Franco para combater a inflação brasileira (SOUZA, 2008).

São Paulo e Rio de Janeiro. É possível identificar a influência da pecuária bovina em instalações de laticínios e frigoríficos. Os mesmos autores afirmam que já no início do século XX começam a ser instalados no Brasil frigoríficos estrangeiros, aumentando mais ainda o rebanho e as exportações do país. A região da Amazônia iniciou esta prática entre as décadas de 1940 e 1970, com incentivos federais, sendo que empresas brasileiras dominam mais de 50% do mercado mundial de carne bovina (GRAVA; FLORIT, 2012).

Segundo Souza (2008), esta prática econômica ainda enfrenta alguns desafios: controlar a febre aftosa, combater a brucelose e tuberculose, implantar o sistema de rastreabilidade em todo o País, melhorar a qualidade da carne brasileira para atrair outros consumidores mundiais, melhorar o relacionamento dos pecuaristas com a indústria, melhorar o valor da carne no comércio mundial, controlar os impactos desta atividade econômica no meio ambiente, controlar o volume de produção e manter uma concorrência mais justa no comércio internacional.

De acordo com Domingos (2005), foi registrado em 2003 um grande crescimento na produção de carne bovina, passando de 4, 1 milhões para 7,6 milhões de toneladas, sendo aproximadamente 170 milhões de hectares de terras ocupada com essa atividade, onde as regiões Centro-Oeste e Sudeste são as maiores criadoras, praticadas em sua maior parte na forma extensiva. É preocupante a invasão da atividade agrícola nas regiões de pastagens.

Todavia, Grava e Florit (2012), explicam que a prática da pecuária bovina sofreu uma expansão no País, atingindo praticamente todos os Estados brasileiros principalmente nos estados do Pará e Maranhão, invadindo muitas áreas florestais e conseqüentemente o desmatamento. Este setor econômico ocupa 20% do espaço nacional e 70% das terras que são destinadas para a agropecuária, a maioria é formada por pastagens. Os impactos ambientais desta atividade são grandiosos: liberam muitos gases que interferem no efeito estufa, além do consumo muito alto de água, em torno de 30 mil litros para um quilo de carne.

A produção de carnes no Brasil desempenha papel importante para o desenvolvimento econômico do País, sendo representada com 18% do agronegócio brasileiro. Percebe-se que há uma redução de produção nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, ao mesmo tempo um aumento nas regiões Norte e Centro-Oeste (COSTA,

2006). De acordo com o mesmo autor a pecuária de corte extensiva é predominante, mas nota-se um crescimento da pecuária intensiva, com gado em confinamentos ou semiconfinamentos, com rações balanceadas e detido em espaços menores durante o período de seca, com objetivo de engorda para o abate. O próprio autor coloca em questão dois pontos fundamentais: somos o país com o maior rebanho de gado bovino do mundo em transações comerciais, em contrapartida, somos um grande emissor de gás metano. A maior parte das emissões, em torno de 30 milhões de toneladas, provém dos países industrializados e 20 milhões dos países em desenvolvimento.

A pecuária bovina é uma atividade econômica que apresenta um alto custo em sua produção, alimentação, equipamentos, pastagem, medicamentos, impostos, mão de obra, etc. (MELZ, 2013).

A prática da pecuária bovina no Estado do Mato Grosso aconteceu como forma de efetivação da propriedade, dessa maneira praticada primeiramente no bioma do Pantanal, realizada de forma extensiva, favorecida pela pastagem natural. Essa atividade econômica possui, na atualidade, mais de 26 milhões de cabeças só no Estado do Mato Grosso. Sua introdução no Cerrado mato-grossense aconteceu no século XVIII, devido à necessidade da carne para os trabalhadores, porque em 1750 foi construído a estrada que ligava Cuiabá à Vila Boa de Goiás e fornecia carne também nas minerações do Estado (BONJOUR, et al. 2008).

Borges (2001), ressalta que no século XX, a pecuária mato-grossense começa a se destacar mais intensamente devido à inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, o que facilitava o transporte do rebanho. No ano de 1920, Mato Grosso já possuía o quarto maior rebanho do Brasil. Para o autor, a exportação do couro e do boi em pé no início do século XX contribuiu muito para o aumento do rebanho no Estado. Mato Grosso contou ainda com outros derivados da pecuária: extrato e caldo de carne em Descalvados (Cáceres) e Charque em todo o Estado.

Girardi e Rossetto (2011), confirmam que a implantação da pecuária de corte no Pantanal teve como finalidade o abastecimento das minas no século XVIII, das áreas extrativistas da erva-mate e da poaia no século XIX. A pecuária extensiva sempre foi muito explorada nesse bioma, mas nem sempre trouxe muitos danos ambientais. Os mesmos autores ressaltam que está ocorrendo a substituição de pastos naturais e de florestas por pastagens plantadas e com a construção de

tanques de águas para o período da seca, tem causado impactos ambientais na região. Nos últimos anos, a pecuária bovina do Pantanal teve um grande crescimento, devido aos investimentos na melhoria do rebanho e nas próprias formas de manejo, porém, mesmo que comparando com outras regiões brasileiras, ainda é pouco tecnológica (GIRARDI; ROSSETTO, 2011).

Segundo Girardi e Rossetto (2011), em algumas terras onde era praticada a pecuária bovina nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás deram lugar ao cultivo da cana de açúcar e a imposição de cultivo desse produto na Amazônia, no Pantanal e no Alto Paraguai, devido as condições do solo que não são favoráveis, fez com que se incentivasse mais a prática da pecuária extensiva no Pantanal Mato-grossense.

Apesar disso, os autores reforçam que o aumento do valor do produto foi essencial para tal prática econômica, como por exemplo, ao compararmos o preço da arroba de boi de 2005 para 2010, praticamente dobrou, chegando a US\$ 55,00 por arroba. Uma dificuldade dessa prática no Pantanal são as inundações, fazendo com os pecuaristas levem seu gado no período das cheias para as áreas mais elevadas, incentivando os pecuaristas a formação de pastos nessas áreas.

Os pantaneiros pecuaristas vêm passando por uma adaptação no setor, da pecuária bovina mediante as modernizações que vem sendo implantadas. Os filhos dos pecuaristas do Pantanal possuem uma visão mais capitalista, retirando a forma tradicional que há dois séculos dominavam toda a área. As técnicas antigas, como conservar a vegetação natural para alimentar o gado eram responsáveis pelo equilíbrio da sustentabilidade de todo o Pantanal. Esses pecuaristas consideram as enchentes naturais como forma de limpar o pasto e renovar a pastagem, sem utilizar nenhum produto químico, mas ao mesmo tempo consideram que as queimadas não atrapalham o ecossistema, porque tanto a fauna e a flora se mantêm equilibradas (ROSETTO, 2009).

No século XX ocorreu maior ocupação do Cerrado, conseqüentemente foi criado no Estado do Mato Grosso políticas públicas como forma de organizar o sistema produtivo, instalando frigoríficos no próprio Estado, estimulando de certa forma o desmatamento e a queimada, nascendo assim uma vegetação conhecida como capoeira, sendo a base alimentar do gado bovino. Para atender a demanda, foram implantadas correções do solo ácido do Cerrado, utilizando o calcário como

solução, tornando assim uma região de cria, recria e engorda (BONJOUR, et al. 2008).

O Estado do Mato Grosso tem como base econômica a agropecuária, sendo pioneiro na produção animal. Destaca não somente na pecuária bovina de corte com predominância da raça Nelore e leiteira com o Gir Leiteiro. É possível observar que no primeiro trimestre de 2013, foram produzidos no Estado 130 milhões de litros de leite. Portanto, é possível constatar que muitos pecuaristas do Mato Grosso estão melhorando na qualidade da raça leiteira para aumentar a produção de leite.

A raça Girolando também passa por um melhoramento genético, com o objetivo de aumentar a produção de leite nesse Estado, devido à alta demanda desse produto (ESCOBAR, 2014). O Brasil produz anualmente em torno de 26 bilhões de litros de leite, já em 2006, a produção gerou uma receita de 12,1 bilhões de reais e 1,3 milhões de empregos diretos e 5 milhões de empregos indiretos (DUARTE, et al. 2014). A Tabela 2 exibe a evolução dos rebanhos no Estado do Mato Grosso.

Tabela 2 - Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécies de efetivo – série histórica (1970/2006) - Unidades da Federação do Mato Grosso.

Espécie de Efetivo (cabeça)	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Bovinos	9.428.840	3.110.119	5.243.044	6.545.956	14.438.135	20.666.147
Bubalinos	5.017	1.715	8.661	18.011	24.314	10.665
Equinos	290.445	89.134	115.035	148.351	250.528	249.376
Asininos	5.563	483	1.130	1.805	3.412	2.482
Muare	35.933	16.464	28.401	35.294	50.900	48.105
Caprinos	48.316	7.769	9.199	13.903	20.353	29.408
Ovinos	153.519	7.010	13.343	35.118	160.335	354.748
Suínos	815.740	459.403	535.236	671.150	671.789	1.292.222
Aves (galinha, galos, frangos e frangas)	4.554	2.344	2.964	3.673	13.066	30.285

Fonte: IBGE (2017).

A tabela mostra a evolução dos rebanhos no Estado do Mato Grosso de 1970 à 2006. Os gados bovinos, equinos, bubalinos e o grupo das aves foram os que mais expandiram, isso se deve ao aumento das exportações do Brasil. Vale ressaltar que a pecuária leiteira é para muitos minifúndios a principal fonte de renda, mesmo que o valor pago pelo leite seja muito baixo, esse dinheiro é depositado mensalmente na conta do produtor, garantindo o sustento da família.

Em contrapartida, a pecuária bovina de corte é praticada com grande intensidade pelos latifúndios. A população local não é muito beneficiada com essa prática econômica, porque sua empregabilidade é muito baixa, acarretando o desemprego no campo e conseqüentemente o êxodo rural. Conforme Veiga (2001), o prefeito nesse caso é um fator determinante para solucionar a questão do desemprego, utilizando investimentos públicos ou promovendo incentivos fiscais para atrair investimentos privados de empresas ou de emigrantes recém chegados, na abertura de novos negócios, oferecendo novas oportunidades de trabalho.

A região de Cáceres apresenta características bem propícias para esta atividade econômica, sendo uma das mais importantes do Estado, principalmente pela diversidade da produção: carne, leite e couro. Essa região é responsável por 2,5 milhões de cabeça, correspondendo 9,4% do rebanho do Estado, sendo favorecida pelas rodovias que facilitam o escoamento da produção para o abate nos municípios dessa região (BONJOUR, et al. 2008).

Segundo Elizeu José de Macedo²¹, a base econômica na atualidade no município de Araputanga é a pecuária bovina. Essa atividade econômica passou a ser praticada no município desde o início de seu povoamento, fortaleceu-se na década de 1980 com a implantação da Cooperativa Agropecuária do Oeste - MT e do Frigoara, mas no final dessa mesma década deixou de ser referência econômica devido à descoberta do ouro no município de Rio Branco - MT.

Apesar de as minas de ouro se encontrarem naquele município, a sede da mineração Minas Cabaçal e Mineração Manati instalou-se em Araputanga, sendo destaque em sua economia. Com o esgotamento do ouro e o fechamento da mineradora, a pecuária retorna fortalecida, ocupando a principal atividade econômica. A Figura 34 mostra o início das atividades da Cooperativa Agropecuária

²¹ Elizeu José de Macedo- entrevista realizada em agosto de 2016. Pecuárta no município de Araputanga.

do Oeste -MT Ltda, sendo que as duas indústrias atuantes no município necessitam do gado bovino para o seu funcionamento.

Figura 34 - Primeira entrega de leite na Cooperativa, sendo acompanhada pelo Pe. Ermínio Celso Duca e membros da diretoria- 1981



Fonte: CHEC (2016)

A primeira entrega de leite foi muito comemorado pelos associados, que realizaram um sonho idealizado pelo Pe. Erminio Celso Duca na década de 1970. Houve aumento no número de associados e a indústria se modernizou, sendo na atualidade referência no Estado de Mato Grosso.

Deolino Guimarães Alves²² explica que a Indústria da Cooperativa Lacbom foi idealizado pelo padre Celso Ermínio Duca, sendo implantado o cooperativismo nesse município. A produção de leite do município é entregue em cidades vizinhas ou na Cooperativa Lacbom que paga em média R\$ 1,03 o litro, recebendo uma média diária de 150 mil litros de leite, mas a indústria suporta 200 mil litros diários.

Alguns sitiantes, devido à baixa produtividade, faz queijo com o leite e vende na cidade de Araputanga. Outros diversificam a produção, vendendo queijo de búfalo aos supermercados do município. O gado de corte é vendido ao Frigorífico Friboi ou para outros de municípios vizinhos.

²² Deolino Guimarães Alves- Pecuarista na região, a entrevista foi realizada em julho de 2016.

Eliseu José de Macedo declara que o ciclo da pecuária bovina iniciou como forma de subsistência, sendo praticada para o próprio sustento, porque, inicialmente, o forte da cidade era a agricultura e não existia cerca para dividir agricultura/pecuária, mas com a queda na produção agrícola a criação do gado bovino se expandiu. As raças predominantes no município são o Nelore e o Gir, como afirma o entrevistado

Nelore, porque é mais forte, menos carrapatos. Antes tinha a raça Gir, dava menos leite. Quando eu era presidente da Cooperativa eu trouxe mil touros holandeses para cruzar com o Gir para aumentar a produção para o leite. Para o corte é melhor a raça Nelore, resiste mais às doenças. (ELIZEU JOSÉ DE MACEDO).

Duarte et al., (2014), afirmam que são visíveis os problemas enfrentados pela pecuária leiteira, entre os quais merecem destaque: concorrência externa, baixo valor do produto, baixa escolaridade do pequeno pecuarista, ausência de técnicos especializados para acompanhar o pequeno criador e falta de investimentos tecnológicos em muitas propriedades. Outro dado alarmante destacados pelos autores é que, apesar de o Brasil ter um grande número de rebanho bovino, nossa produção de leite equivale a 12% leite/animal/ano do mundo, tendo em média 3,0 litros/vaca/dia.

Luiz Antônio Milani²³ diz que a atividade econômica da pecuária bovina apresenta como vantagens pouca interferência da natureza na produção, as chuvas são bem regulares e na época da seca muitos utilizam silo para o trato do rebanho. Outra desvantagem dessa criação é o aumento do gás metano, erosão do solo, etc. O entrevistado Eliseu José de Macedo, afirma que a mão de obra utilizada no município para a prática desta atividade é local, mas com tantas exigências do Ministério do Trabalho, teve que dispensar alguns funcionários, devido ao alto custo de mantê-los em sua fazenda.

O mesmo relata que reduziu sua produção de leite, pois antes possuía 300 vacas leiteiras que produziam 2.200 litros de leite por dia e hoje tem apenas 50 cabeças e produz 200 litros diários. Reduziu sua produção devido o valor pago pelo produto e o custo de manter funcionários. Em contrapartida, Eliseu, aumentou o gado de corte, passou de 400 cabeças para 700, explicando que dá mais lucro

²³ Luiz Antônio Milani- Pecuarista na região, a entrevista foi realizada em agosto de 2016.

trabalhar com a pecuária bovina de corte porque não necessita de muitos funcionários e a rentabilidade é maior.

Percebe-se que há uma divisão quanto a criação deste rebanho no município, os latifundiários praticam mais a pecuária de corte do que leiteira, ao contrário dos minifundiários que criam mais a leiteira que a de corte. O principal motivo é que o sítio fornece seu leite para a Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda e tem salário mensal. Esse capital recebido é a principal fonte de renda e para o gado de corte o rendimento é a longo prazo longo (LUIZ ANTÔNIO MILANI).

No contexto geral, observa-se que os quatro ciclos econômicos vivenciados por Araputanga alavancaram seu desenvolvimento social e financeiro, fazendo com que este município se destacasse em cada ciclo econômico no Estado de Mato Grosso. A economia de mercado determina estas flutuações. Já existe no município alguns pecuaristas cultivando a soja como experimento.

O ciclo madeireiro contribuiu para a chegada das primeiras famílias no povoado, iniciando o povoamento de Araputanga e a comercialização da mesma iniciou a economia local, ao mesmo tempo destruindo toda a floresta que envolvia essa comunidade, não respeitando nem as matas ciliares. Devido ao desmatamento que ocorreu em todos os ciclos econômicos a população na atualidade sofre com ausência de água potável.

Bublitz (2006), descreve que: “apesar disso, é importante ressaltar que não se pretende aqui taxar os colonos como ‘culpados’ pela devastação das áreas verdes no Estado. A maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica. [...]” (p.5).

Segundo Bampi (2017):

[...] O uso da expressão “capitalismo selvagem” expressa que, mesmo diante do avanço do espaço geográfico do capitalismo, a população no período inicial da colonização, possuía outros elementos simbólicos no amparo à comunidade e que servia de base à ação cooperativa, ainda presente e forte localmente também no modo de ações econômicas, especialmente o viés cooperativista [...] (p.3).

Já o ciclo da agricultura colaborou com a fixação das famílias, melhorando a qualidade de vida (renda per capita, educação e saúde) no povoado e sua comercialização gerou novos empregos urbanos e rurais. Em contrapartida acelerou o processo do desmatamento para cultivar produtos agrícolas. Só vale ressaltar que

as primeiras atividades agrícolas aconteceram em forma de roça tropical, utilizando junto com o desmatamento as queimadas para limpeza do terreno.

A contribuição do ciclo da mineração foi bem mais holística, melhorando a infraestrutura da cidade, ofertando mais empregos, aumentando os salários na comunidade e as indenizações pagas aos proprietários das terras foram altíssimas. Apesar disso, o maior lucro foi para a referida empresa que explorou os recursos naturais, levando toneladas de ouro para outros estados e países para seu beneficiamento, sendo, os maiores impactos ambientais (túneis abertos no subsolo, conseqüentemente muitas erosões, desmatamento e extinção da flora e fauna).

O ciclo da pecuária bovina trouxe a permanência de três empresas na cidade, Cooperativa Lacbom, Curtuara e Friboi, fornecendo empregos diretos e indiretos nas referidas indústrias, sendo reconhecidas a nível estadual e nacional pela comercialização de seus produtos. Em contrapeso, esse ciclo econômico provocou o êxodo rural de muitas famílias, já que não necessita de muita mão de obra e sua prática provoca um desgaste no solo, além de acelerar os processos erosivos.

Em todos os ciclos econômicos de Araputanga o capitalismo selvagem esteve presente, tendo em vista que o lucro estava acima de tudo, obedecendo fielmente à Lei do Mercado, enquanto a natureza no município foi se agonizando mediante tantas alterações ambientais.

7 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

Quando buscamos o entendimento da palavra “Política” etimologicamente, logo nos reportamos à antiguidade clássica, mais precisamente ao mundo grego e a palavra *Politikós* que em suas origens procurava explicar a organização coletiva das *Pólis* (cidades, estados) e o relacionamento social das classes, sempre prezando pelo coletivo (MAAR, 1994).

Partindo desta leitura etimológica, a política pode ser conceituada de forma bem simples como a arte ou a ciência de governar, tendo como agente regulador máximo o Estado. Os fins da política podem variar de acordo com os interesses das classes sociais, do contexto histórico e das circunstâncias. Maar (1994), afirma que “em Roma a atividade política concentrava-se na disputa pelo poder da tutela do Estado, como instituição a serviço de interesses privados” (p. 30).

Para Platão, “a natureza não deu a todos as mesmas disposições nem aptidões, inclinando para uns determinadas tarefas e outros para outras diferentes” (CORBISIER, 1991, p. 169), subentendendo que o Estado produza para todos, atendendo assim as necessidades de um povo e priorizando a justiça e a igualdade.

No marxismo “o Estado era concebido como instituição acima de todas as outras, com a função de assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe” (BARBOSA, s/d, p. 43). Portanto, o Estado representaria uma classe e precisaria submeter ao comportamento e aos interesses manifestados nessa classe. Definindo-se como um instrumento de poder da classe mais poderosa e dominante, criando instrumento de opressão da classe mais pobre.

Trazendo o conceito de Estado para o entendimento de Foucault (1979), encontramos o Estado como uma divisão de poderes, perpassando uma infinidade de relações: “existem relações de poder múltiplas, que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (p.179). Partindo deste entendimento o poder político encontra - se dividido não somente na esfera social, mas nas relações de gênero, étnicas, familiares, econômicas e religiosas, juntamente com o Estado.

Politicamente, a formação do município de Araputanga iniciou na década de 1960, no mesmo período o Brasil acabava de sofrer o Golpe Militar, onde os mesmos “diziam” concretizar a reforma agrária. Segundo Codato (2005), nesse período cria vários órgãos como o Estatuto da Terra, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). A dissolução do IBRA e INDA, em 1970, dá origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em torno desse “discurso” de reforma agrária no País, nasce Araputanga. Existia nesse período muitas terras devolutas no Estado do Mato Grosso e no próprio município de Araputanga. A reforma agrária não chegou no povoado, mas a propaganda das mesmas fez atrair migrantes de diversas partes do Brasil, em especial dos estados de Goiás e Minas Gerais.

O período da Ditadura Civil Militar foi marcado pela opressão e repressão. Dentro desse contexto de reforma agrária, Araputanga emancipa em 1979 pela Lei Estadual nº 4.153 de 14/12/1979 e Emancipado Politicamente no dia 02/02/1981, conquistando autonomia para atender os interesses da sua população (IBGE, 2017), por isso, é inevitável falar de política sem relatar o Golpe Civil Militar de 1964, que enfatiza uma nova função dos militares em nosso País, ou seja, deixando de serem apenas os responsáveis da desordem para serem representantes políticos do Brasil (CODATO, 2005).

Jânio Quadros é eleito e assume a presidência do Brasil em janeiro de 1961 e, em agosto do mesmo ano, pede renúncia. Em seu lugar deveria assumir o seu vice João Goulart, mas os ministros militares não permitiram, ocasionando vários protestos. Um dos líderes desses protestos era o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola (ARAÚJO et al. 2013).

As mesmas autoras reforçam que para João Goulart assumir foram feitos vários acordos com os ministros, sendo um deles o que transformaria o Brasil em um país parlamentarista e não mais presidencialista, que limitava o poder do presidente. Desta forma no dia 7 de setembro de 1961 João Goulart assume. No dia 1º de janeiro de 1963 é feito um plebiscito pelo qual o povo vota pelo presidencialismo e não mais parlamentarismo.

O ex-prefeito Shiguemitsu Sato²⁴ diz que nesse mesmo período iniciava o povoamento do município de Araputanga e conseqüentemente uma organização política no recém povoado. Essa organização entre os moradores fez com que ele fosse eleito vereador, mesmo o povoado sendo Distrito de Cáceres e o mesmo defendeu os interesses da população no interím de 1972 até 1976, não sendo remunerado.

No final do ano de 1977, Araputanga tornou-se distrito de Mirassol D'Oeste, que também teve representantes no Legislativo: Aristides da Silva e Dirceu Peres Ribeiro no período de 1977 à 1982, sendo remunerados pelos serviços prestados. No dia 31 de janeiro de 1981 Romeu Furlan foi nomeado para prefeito de Araputanga pelo Governador de Mato grosso Frederico Carlos Soares Campos, com mandato de dois anos.

O município passa a ter sua própria administração pública com objetivos de atender os interesses da população e conseqüentemente promover um desenvolvimento econômico que atenda às necessidades de seus moradores.

Figura 35 - Avenida 23 de Maio no início da emancipação



Fonte: CHEC (2016)

²⁴ Ex-prefeito Shiguemitsu Sato - Entrevista realizada em agosto de 2016.

O prefeito ex-prefeito Shiguemitsu Sato diz que no dia 15 de novembro de 1982 foi realizada a primeira eleição do município de Araputanga, sendo eleito Delci Garcia dos Santos, tomando posse em 1983. Foi instalada na mesma data a Câmara Municipal com nove vereadores e com mandatos de quatro anos, no final deste, teve mais dois anos de prorrogação, para acompanhar o processo eleitoral do Brasil. A Figura 35 mostra a principal Avenida de Araputanga no início da década de 1980.

Conforme Rolnik (2004), cidade é algo construído na natureza através do trabalho humano, onde o homem se relaciona com a natureza, utilizando a coletividade e o sedentarismo na efetivação desse processo. A cidade pode ser comparada a um ímã que atrai e reúne os homens, composta de aspectos sociais, econômicos e políticos. Segundo a autora é através da cidade que se estrutura o território. No entanto, Carlos (2007), afirma que a valorização desse espaço urbano é diferenciado, depende muito do que ele oferece à sua população.

Veiga (2001), ressalta que a definição de cidade é uma determinação do Estado Novo que, através da Lei 311, de 1938, decreta que cidade é toda sede do município, não levando em conta suas funções e nem suas estruturas. Já Para Becker (1985):

As cidades são residência da nova sociedade local constituída de comerciantes, funcionários, médios fazendeiros, pequenos produtores "peões" e migrantes sem terra; sua estrutura interna é diferenciada, evidenciando a importância do espaço de reprodução nos quarteirões periféricos de casas de madeira, mas também do espaço de produção, central, sede do comércio e serviços de consumo e de circulação. Os povoados e vilas, residências de "peões" e semi-proletários, são basicamente espaços de reprodução. O conjunto de núcleos, expressando a pobreza da massa de população, configura uma rede caracterizada pela importância de povoados e vilas dispersos e diretamente dominados pelos centros regionais com quase ausência do escalão de cidades médias; a rede é articulada principalmente pela circulação de migrantes e de mercadorias constituindo um sistema de circulação da força de trabalho (p.363).

Segundo Lassance (2007), os municípios são responsáveis pela educação no ensino infantil e fundamental, investindo no mínimo 25% neste setor. A cidade pode ser considerada um aglomerado de pessoas, residências, indústrias, comércios, local de urbanização, local que tem prefeitura, etc. O prefeito faz parte do poder executivo, onde tem a responsabilidade de administrar e fazer funcionar os serviços

públicos na localidade, investindo o dinheiro dos impostos nos setores destinados e assim tentando resolver problemas que afetam diretamente a população.

Fazendo uma trajetória dos prefeitos eleitos e vivos no município de Araputanga, podemos citar o segundo gestor da cidade Shiguemitsu Sato, que foi eleito em 1988 e assume a prefeitura em 1989, permanecendo até 1992. Nesse mesmo ano é eleito o prefeito Luiz Antônio Batista de Souza. Depois de quatro anos o povo elege para prefeito Airton Rondina Luiz (Português), permanecendo por dois mandatos.

No ano de 2004 as eleições são bem acirradas, nas quais o senhor Vano José Batista sai vitorioso, mas o mesmo não consegue assumir a prefeitura em 2005, sendo impedido pela Justiça por acusação de compra de voto. Em seu lugar assume o presidente da Câmara Municipal Divino Gonçalves dos Santos no dia primeiro de janeiro de 2005. Vano José Batista consegue na Justiça novas eleições, assumindo a prefeitura no dia 4 de dezembro do mesmo ano. O mesmo foi reeleito e permaneceu por mais quatro anos.

No ano de 2013 assume a prefeitura Sidney Pires Salomé, que teve seu mandato suspenso em agosto de 2015 por acusação de improbidade administrativa. Em seu lugar entrou o vice prefeito Paulo César Alves de Araújo, ficando até abril de 2016 e novamente Sidney Pires Salomé consegue na Justiça reassumir novamente seu cargo de prefeito, terminando seu mandato em dezembro do mesmo ano. Com expressividade de votos Joel Marins é eleito prefeito para a gestão de 2017- 2020.

Conforme Lassance (2007), os prefeitos fazem parte de um partido político e na maioria das vezes são eleitos por eleições diretas, disputando o voto da população. O autor utiliza de uma metáfora para explicar a participação da população brasileira em relação à política: “A maioria das pessoas normalmente acompanha a política com telescópio e não com microscópio. [...]” (p. 44). Já os cientistas tentam explicar o seu significado e sua importância para a população utilizando uma visão panorâmica.

Vale ressaltar que os dois primeiros prefeitos de Araputanga Romeu Furlan e Delci Garcia dos Santos não foram entrevistados porque faleceram, sendo o objetivo desta entrevistar os gestores e não seus familiares. Os mesmos administraram o município entre os anos de (1981 à 1988).

O ex-prefeito Shiguemitsu Sato (gestão 1989-1992), admite que a política partidária eleitoral araputanguense sempre foi muito disputada. As primeiras eleições pareciam que eram mais ainda entre os Partidos da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), porque o município estava começando e todos queriam construir as obras que a população necessitava, existia a vontade de trabalhar em prol a comunidade.

Shiguemitsu Sato foi o segundo chefe do poder executivo municipal eleito no município. “Quando assumi a prefeitura a arrecadação mensal era em torno de 148 mil Cruzeiros”. Conforme o referido ex-prefeito a prefeitura estava com muitas máquinas quebradas e não teve durante os dois primeiros anos apoio do governador do Estado, por serem opositores partidários. “Nos últimos dois anos o governador era do mesmo partido que o meu, ajudou um pouco minha administração”. O ex-prefeito considera que fez grandes investimentos na área na educação:

Eu construí a Escola Municipal Evaristo Costa (1991), Creche Morada dos Pequeninos (1991), Creche Flor de Romã (1991). Trouxe a Direção Regional de Educação do Centro (DREC), hoje corresponde a Assessoria Pedagógica do Município. Fundei a biblioteca municipal (EX-PREFEITO SHIGUEMITU SATO).

Já o ex-prefeito Shiguemitsu Sato afirma que a crise do País devido à transição da Ditadura Civil Militar para o sistema de redemocratização na época afetou o Estado do Mato Grosso com repercussão também na saúde do município, porque faltava dinheiro para tudo, mesmo assim o mesmo nomeou um médico para secretário, fez convênio com o hospital local e manteve a ambulância para os doentes que precisassem. Sua maior obra em moradia foi a construção da Companhia de Habitação Popular (Cohab).

Quanto à infraestrutura, o mesmo ex-prefeito relata que trouxe um técnico para construir as pontes do município, totalizando 32 pontes em seu mandato. Outras obras de relevâncias em sua gestão foram a construção da praça Romeu Furlan, a fundação do bairro Jardim do Brás e o Campo de Aviação. Considera como maior obra a instalação da mineração Manati no município.

Na minha gestão eu trouxe a Mineração Manati para se instalar em Araputanga, a mina ficava no município de Rio Branco, mas os moradores vieram para fixarem em Araputanga, a briga foi feia, tanto o prefeito de Rio Branco queria que fossem para lá e o prefeito de São José dos Quatro Marcos também. Eu tive que ir ao Rio de Janeiro conversar com os diretores

para vir para nosso município. Eu contribui no que pude: Fiz doação do terreno para construção da sede administrativa, vendi os terrenos com preços bem acessíveis e pagamentos a longo prazo para que eles construíssem as casas para seus funcionários (Vila Independente e as duas vilas da mineração. Valeu a pena porque o município cresceu muito com a chegada dessa empresa em nossa cidade. (EX-PREFEITO SHIGUEMITU SATO).

O ex-prefeito Shiguemitsu Sato realizou obras importantes para o município, principalmente na infraestrutura, em contrapartida os secretariados administrativos não corroborava para o bom andamento da gestão, pois o mesmo comprometeu o pagamento de muitos fornecedores e servidores municipais, gerando muitas dívidas em sua administração e algumas obras não concretizadas como o Posto de telefônico em Farinópolis, a infraestrutura para instalação do bairro Jardim do Brás, comprometendo assim o crescimento e desenvolvimento econômico do município.

Vale ressaltar que a arrecadação do município todo mês chega na conta da Prefeitura, com crise ou sem crise, é preciso administrar esse dinheiro para evitar um colapso econômico do município.

A avaliação de um governante é bem relativa, pois o mesmo pode ser ótimo para um e péssimo para outro e seu julgamento será as urnas, quando as pessoas terão a chance de aprovar ou reprovar seu trabalho, utilizando o voto com ponto chave, sendo visível no período da reeleição. É essencial que os governantes desempenhem a sua política proposta, mas também é importante que a população saiba que elas foram concretizadas (LASSANCE, 2007). Ainda assim, o autor enfatiza que para os novos candidatos a apresentação do trabalho durante os quatro anos é essencial para definir o voto do eleitor.

Para o ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza²⁵ (gestão 1993-1996), governar é muito difícil, o próprio atesta que pegou a prefeitura com seis folhas de pagamentos atrasados aos servidores. “A saída do presidente Fernando Collor de Melo, deixou o País em uma situação crítica, refletindo também em nosso município”. O município atravessava época difíceis, existindo muitas máquinas quebradas. “Arrecadação do município era muito baixa em torno de 220 mil Cruzeiros reais. O referido ex-prefeito “reconhece que em sua gestão faltou recurso para fazer alguns investimentos, ainda assim consegui investir na área da educação

²⁵Ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza - entrevista realizada em julho de 2016.

e na saúde que considerava necessárias para o desenvolvimento social do município”:

Na minha gestão foi construída a Escola Municipal Rodolfo Techaud Curvo, ampliei as escolas estaduais: João Sato, a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima e a Escola Estadual nas Botas. Criei o ensino Médio nas Botas. Ampliei a creche Morada dos Pequeninos e com muito orgulho iniciei o transporte dos universitários para estudarem na Unemat [Universidade do Estado do Mato grosso] de Cáceres. Construí os postos de saúde das Botas, construção do prédio novo do posto de saúde no centro da cidade e Construção do posto de saúde no bairro São Sebastião. A saúde contava com os médicos: Ricardo, Jorge, Osvaldo e dois de fora que não me lembro os nomes. (EX-PREFEITO LUIZ ANTÔNIO BATISTA DE SOUZA).

Segundo o ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza, sempre considerou importante a cultura de um povo (costume, crenças, artesanato, músicas, etc.), por isso em sua gestão patrocinava palestras para professores, bandas musicais em festas temáticas e para as formaturas do Ensino Médio no município, também construiu a torre de TV para a cidade. O entrevistado afirma que investiu muito na segurança e na infraestrutura do município. As figuras 36, 37 e 38 mostram as transformações que ocorreram no presídio municipal (funcionava junto com a delegacia e a polícia civil) localizado na rua Francisco de Assis Ramalho:

Figura 36 - Prédio da delegacia, presídio e Polícia Civil - 1984



Fonte: CHEC (2016)

Figura 37 - Reforma no prédio da delegacia, presídio e Polícia Civil - 1995



Fonte: CHEC (2016)

Figura 38 - Inauguração do prédio da delegacia, presídio e Polícia Civil - 1996



Fonte: CHEC (2016)

A análise do documento fotográfico ressalta a ampliação do presídio, conduzindo a leitura de que o aumento populacional está intrinsecamente ligada a criminalidade. Contudo, a deficiência no sistema prisional brasileiro onera os cofres públicos, enquanto a violência está em crescimento em nosso País.

Além dos investimentos em segurança o ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza, cita outras obras realizadas em seu mandato:

Realizei ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) e do Laboratório de Análise da Água. Construção do asfalto no Centro da cidade. Construí as arquibancadas do campo municipal, quadra da Escola Rodolfo Techaud Curvo e em meu mandato vinte pontes foram derrubadas e eu tive que reconstruí-las. Foi implantada a lavoura comunitária em Farinópolis, no sítio do senhor José Barboza. Construí o presídio municipal. (EX-PREFEITO LUIZ ANTÔNIO BATISTADE SOUZA).

Conforme o ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza, seu maior marco como gestor foram os investimentos que o mesmo proporcionou nos esportes e a iniciação do transporte aos universitários para Cáceres.

Lembro como se fosse hoje: chegou em meu gabinete as jovens (Joana Darc, Vanusa, Elaine, Eliane e Giovana), vieram conversar comigo, porque haviam passando no vestibular da Unemat [Universidade do Estado do Mato Grosso] e queriam cursar o ensino superior. Aquilo me comoveu muito e fiz parceria com o prefeito de São José dos Quatro Marcos. Eu levava até essa cidade e lá já tinha um ônibus que transportava outros universitários, isso aconteceu em 1993. Já em meados de 1993 passaram mais quatro jovens no vestibular, então passei a fornecer uma combi para transporta de Araputanga à Cáceres. No ano de 1994 outros também foram aprovados no vestibular e tive que providenciar um ônibus para o transporte. Tudo era gratuito, mas no final do mandato devido à crise financeira, pedi aos universitários que fizessem uma cota para a manutenção do ônibus. No final do meu mandato o ônibus já ia lotado e permanece até hoje. Tive um olhar bem especial para o setor da educação, dei suporte a educação infantil até o ensino superior. (EX-PREFEITO LUIZ ANTÔNIO BATISTA DE SOUZA).

Segundo o ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza, não pretende voltar de forma alguma para a prefeitura, mas se voltasse trabalharia em cima da Lei Orçamentária e investiria mais em educação e saúde. Quanto ao setor de moradia o mesmo diz que “Doou os terrenos para famílias carentes do bairro São Luiz de Araputanga”.

Convém apontar que o bairro criado pelo ex-prefeito Luiz Antônio Batista de Souza tornou-se um problema para os futuros gestores, visto que os terrenos estão próximo ao cemitério novo, o que impediu sua ampliação e foram doados pequenos terrenos sem infraestrutura e sem ajuda de custo e nem projeto de habitação, onde

as famílias construíram suas casas de acordo com sua situação financeira, tornando um bairro com muitas deficiências: ruas estreitas, sem rede de esgoto e casas improvisadas. A crise vivenciada pelo município no mandato do referido ex-prefeito não descreve a falta do dinheiro da arrecadação, porque essa verba cai mensalmente na conta da Prefeitura. É preciso administrar para não prejudicar o crescimento e desenvolvimento do município.

Para Lassance (2007), o prefeito depende muito do poder legislativo para o bom êxito de sua administração, para executar seu programa de governo necessita da parceria dos vereadores, e que esses podem paralisar ou aprovar toda a parte burocrática. A boa administração do prefeito também depende do seu quadro de funcionários, que deve ser qualificado:

[...] Deles dependem o planejamento, a coordenação, a execução e a própria relação com a sociedade. Os servidores públicos fazem desde a assessoria direta do prefeito, orientando-o a tomar decisões, quanto no atendimento ao público interessado pelos serviços municipais (LASSANCE, 2007. p, 75).

E segundo o ex-prefeito Airton Rondina Luiz²⁶ (gestão 1997-2004), conhecido popularmente como “Português”, relata que em seu mandato o legislativo contribuiu muito para a concretização de suas obras, a arrecadação do município também foi de grande valia. “O dinheiro da arrecadação é um dinheiro que você todo mês recebe sem fazer esforços, o valor oscilava em torno de 400 e 600 mil reais”. O mesmo afirma que tinha um plano de governo e trabalhou em cima da proposta, a junção desses fatores contribuíram para quitar as dívidas, porque ao assumir a Prefeitura a situação estava bem crítica, a folha de pagamento estava com quatro meses de atraso, muitos fornecedores para pagar, equipamentos danificados, rodovias municipais com muitos buracos e a mesma situação nas creches e escolas.

Em pouco tempo de gestão o prefeito diz que a situação financeira já estava controlada, principalmente nos setores da educação e da saúde:

Reformei e ampliei a escola estadual Creuza Braga Hortêncio, construção de quadras cobertas nas escolas: João Sato, Fátima, Evaristo Costa, Rodolfo Techaud Curvo, além disso, construí as quadras poliesportivas do bairro Jardim Primavera e Jardim dos Ipês. Construção da creche Pingo de Gente. Compra de ônibus escolares com recurso federal e de uma van com recurso próprio. Reformei as escolas municipais e também as creches do

²⁶ Ex-prefeito Airton Rondina Luiz - entrevista realizada em julho de 2016.

município. Construção do posto de saúde no bairro Santo Antônio, fiz ampliação e reformei o posto de saúde no centro da cidade. Reformei o posto das Botas e fiz aquisição de um odontomóvel e carros para o Departamento da Vigilância Sanitária. Mantive em meu mandato convênio com o hospital local (EX-PREFEITO AIRTON RONDINA LUIZ).

“O progresso estava batendo nas portas do município, era preciso trabalhar.” (EX-PREFEITO AIRTON RONDINA LUIZ). No entanto, o mesmo declara que a cidade precisava crescer, por isso investiu na construção de novos bairros e na infraestrutura do município:

Construção do bairro Cidade Alta, onde a prefeitura doou 440 lotes para as famílias de baixa renda e 50 casas foram construídas com parceria com o Governo do Estado, existindo também o projeto das casas pulverizadas. Em meu mandato priorizei a construção de muito asfaltos e restaurei muitas avenidas, quase todos os bairros foram beneficiados: Jardim Primavera, Cidade Alta, São Francisco, São Sebastião, Santo Antônio, etc. Criei o sistema de galerias urbanas e a Estação de Tratamento de Água (ETA) foi concretizado em meu mandato. Fiz a canalização do córrego da Garrucha da avenida 23 de Maio até a Avenida Marechal Rondon. Outra obra que considero muito boa para a cidade foi a construção do Lago Azul. Os assentamentos São Matheus, São Benedito e do doutor Nelson foram beneficiados com infraestrutura e transporte escolar. (EX-PREFEITO AIRTON RONDINA LUIZ).

Ainda de acordo com o ex-prefeito Airton Rondina Luiz, ele fez grandes investimentos na cultura do município, criando o Arafest (Festa cultural com concursos de músicas, artesanatos e comidas típicas) e o Carnatanga (Carnaval de rua), que ficou conhecido por toda a região.

A segurança também fazia parte de seu legado: “Construí o Batalhão da Polícia Militar em parceria com a comunidade, prefeitura e Governo do Estado.” Construiu o Lago Azul, figuras 39 e 40, sendo fonte de lazer para as diversas faixas etárias de munícipes e lugar para praticar esportes diversos, diversificando a paisagem.

O represamento do lago Azul foi realizado pelo ex-prefeito Romeu Furlan na década de 1980, porém o projeto foi revitalizado por meio de estudo das acadêmicas (Neiva Emília Xavier, Roseli Gomes Corsino, Sandra Tigre Figueiredo e Marli Felício Santana) da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Projeto Parceladas de Araputanga. O esboço foi entregue ao ex-prefeito Airton Rondina Luiz que o executou, possibilitando momentos de encontro e lazer ao povo Araputanguense.

Figura 39 - Lago Azul em 1994



Fonte: CHEC (2016)

Figura 40 - Lago Azul em 2016



Fonte: CHEC (2016)

Para finalizar, o prefeito Português diz que o segredo da boa administração é a reforma administrativa, onde relata que comprava a vista e com desconto, conseguindo assim implantar o vencimento do pagamento do funcionário no próprio mês. Devido às reformas, afirma que deixou dinheiro em caixa no final do mandato.

As festas culturais criadas pelo ex-prefeito Airtton Rondina Luiz Português contribuíram para o fortalecimento da economia. Era comum pessoas de outros municípios vir para participar de quatro dias de festas. Convém ressaltar também que a festa Carnatanga trouxe dissabores para a sociedade, porque a promiscuidade contribuía para o aumento das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), AIDS e também gravidez indesejadas. Gastou-se muito dinheiro em festas, enquanto outros setores precisava de investimentos a exemplo melhorar a qualidade dos asfaltos que foram construídos em sua gestão.

Conforme as leis em vigor, Lassance (2007), diz que os prefeitos têm o poder de nomear servidores para cargos de confiança, exonerar funcionários e nomear os concursados. Outro fator discutido pelo mesmo autor é a questão dos recursos, em que o próprio declara que é fator decisivo para o desenvolvimento do município, que financiará verbas para o desenvolvimento de programas sociais e infraestrutura da própria cidade. Vale ressaltar que o valor recebido pelos municípios diferem de um para outro, vai depender da arrecadação dos mesmos e do valor transferido ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (LASSANCE, 2007).

As transferências voluntárias, vindas do Estado e da União e os recursos recebidos de investimentos e doações de organismos internacionais (como o Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento), podem elevar os recursos disponíveis. (LASSANCE, 2007, p. 77).

O ex-prefeito Divino Gonçalves dos Santos²⁷ (gestão de 01 de janeiro de 2005 a 03 de dezembro de 2005) diz que os recursos federais e estaduais são essenciais para o desenvolvimento do município e o próprio revela que teve “muita sorte em minha administração, porque peguei a prefeitura com um saldo positivo de 2 milhões e 250 mil reais e a arrecadação do município era em torno de 990 mil reais”. O mesmo relata que no pouco tempo que administrou fez grandes investimentos na educação e principalmente na saúde do município.

²⁷ Ex- prefeito Divino Gonçalves dos Santos - Entrevista realizada em agosto de 2016.

Existia disponível 90 mil reais para compra de ônibus, consegui mais 120 mil reais e adquiri um micro-ônibus, um ônibus para buscar alunos na zona rural. Reformei as creches de Farinópolis, Morada dos Pequeninos e Flor de Romã. Comprei um aparelho de Raio X para o posto Central e construí a sala para o seu funcionamento, sendo utilizado até a atualidade. Contratei novos médicos para atender no posto, juntamente com os outros que já existiam. Mantive o convênio com o hospital local e reforma nos postos de saúde dos bairros São Sebastião e Santo Antônio, com recursos próprios (EX-PREFEITO DIVINO GONÇALVES DOS SANTOS).

Também o ex-prefeito Divino Gonçalves dos Santos expõe que na cultura manteve as festas do Carnatanga e o Arafest, na infraestrutura acredita que superou as expectativas dos eleitores, porque o mesmo considera que apesar do pouco tempo na prefeitura, contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

Construí os vestiários dos campos em Farinópolis, Cachoeirinha e Botas. Construção das calçadas do Lago Azul. Aquisição de uma patrola nova, dois caminhões caçamba, comprei um pé de carneiro para fazer asfalto, fiz um projeto de construção de calçadas nas casas de famílias de baixa renda, a Prefeitura entrava com a areia, brita, cimento e o morador com o restante dos materiais, fiz asfalto no bairro São Luiz, em frente ao clube, reformei as pontes de Cachoeirinha e nas Botas. Considero essas obras as mais importantes em meu mandato (EX-PREFEITO DIVINO GONÇALVES DOS SANTOS).

Vale ressaltar que as calçadas construídas pelo ex-prefeito Divino Gonçalves dos Santos contribuiu para o aumento da temperatura local, onde árvores foram cortadas e o solo impermeabilizado ficando vulnerável para ocorrência de enchentes e erosões. O mesmo poderia ter investido em calçadas ecológicas (calçadas permeáveis). Dessa forma, contribuía para a redução da temperatura na cidade.

De acordo com Lassance (2007), os recursos federais e estaduais não são fixos e podem ser dificultados quando o prefeito, o governo estadual e o federal quebram a sintonia, pode ser por questões pessoais ou partidárias. A maioria dos recursos são concedidos através de projetos dos próprios prefeitos. Conquanto o autor reforça que é comum a verba do projeto ser liberada no mandato do outro prefeito, porque a burocracia da liberação do dinheiro para tais projetos é imensa. É inevitável que a organização do prefeito vai refletir em maior ou menor arrecadação para o município (LASSANCE, 2007).

Dando sequência, o ex-prefeito Vano José Batista²⁸ (gestão de 2005-2012), afirma que em seu mandato os recursos federais e estaduais demoraram a chegar,

²⁸ Ex-prefeito Vano José Batista - Entrevista realizada em agosto de 2016.

o que dificultou maiores investimentos. Ao assumir a Prefeitura não tinha dinheiro em caixa, mas também não tinha dívidas. “O que me ajudou bastante foi a arrecadação do município que oscilava em torno de 1 milhão e 300 mil reais”. Ainda assim, ressalta que focou muito sua administração na educação e na saúde. Convém destacar que neste período as creches foram descentralizadas e cada uma ficou com uma faixa etária, as mães que tinham filhos com idades diferentes tinham que utilizar uma ou mais creches, causando um certo desconforto, principalmente aos pais que não tinham meios de transportes para se locomover.

Apoiei muito a educação, a lei pede 25% de investimento na educação, eu investi 30%, reformei as escolas: Evaristo Costa, Rodolfo Techaud Curvo, criei laboratório de informática nas escolas, coloquei ar condicionado na escola das Botas (recurso Federal) e Plano de Carreira para os funcionários. Reformei postos de saúde, utilizei os 15% destinados a saúde (EX-PREFEITO VANO JOSÉ BATISTA).

Também conforme o ex-prefeito Vano José Batista, em sua gestão foram feitos investimentos para o surgimento de novas moradias como o bairro da Cidade Alta 2, criou várias casas pulverizadas para as famílias carentes (casas ruins são derrubadas e construídas outras) e construção do bairro Dalri Rivas. Em seu mandato foi fundado o Centro de História Educação e Cultura (CHEC) manteve o Carnatanga e o Arafest. Foi criado o Arte na Praça (amostras de talentos musicais e artesanato locais), desfile das escolas em comemoração ao aniversário da cidade, festival de música, criação do hino da cidade. Considera como sua maior obra a construção do tratamento de esgoto do município. O ex-prefeito Vano José Batista afirma que teve uma boa administração, os serviços públicos foram de boa qualidade e a Prefeitura esteve sempre aberta para ouvir a população, para isso foi necessário elaborar o orçamento da Prefeitura.

Criação do tratamento de esgoto na metade da cidade, para concretização do projeto eu trouxe uma empresa de São Paulo, a base foi feita por uma empresa de Cuiabá com auxílio da empresa de São Paulo. Fiz muitos asfaltos, quadra de esporte nas Botas, na Cidade Alta e na Escola Estadual Joaquim Augusto da Costa Marques (EX-PREFEITO VANO JOSÉ BATISTA).

Os secretários do ex-prefeito Vano José Batista tinham autonomia de escolher seus investimentos, ocasionando um descontrole em sua administração, pois ele desconhecia o que cada secretário estava fazendo com o recurso recebido.

É preciso ressaltar que o prefeito deve escolher e confiar em seu secretariado, mas acima de tudo deve acompanhar seu trabalho, porque o povo não elegeu o secretário para administrar e sim o prefeito. Vale salientar que o tratamento da rede de esgoto referido pelo ex-prefeito não atingiu toda a cidade, a maior parte mantém sem o referido tratamento, jogando os dejetos no rio das Pitãs, o mesmo rio que capta água para a cidade.

Para Lassance (2007), de acordo com a legislação brasileira, os serviços públicos também são de responsabilidade dos prefeitos e são oferecidos pela prefeituras, os moradores devem estar conscientes da importância do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e das taxas de alvarás, mediante a cobrança desses impostos, os serviços públicos são oferecidos para a população. As prefeituras devem ter um atendimento ao público, pelo qual os moradores relatam suas reclamações e satisfações, ajudando assim na administração do prefeito.

Ainda mencionando os gestores, o ex-prefeito Sidney Peres Salomé ²⁹ (gestão janeiro de 2013 - agosto de 2015; abril de 2016- dezembro de 2016), diz que em seu mandato a arrecadação do município já estava em torno de 2 milhões e 300 mil reais. Boa parte desse valor estava comprometido com a Folha de Pagamento. O mesmo considera que em sua gestão fez uma boa administração, principalmente nos setores da educação e da saúde:

Conclusão da Escola Estadual João Sato, da escola de educação Infantil Flor de Romã no bairro Cidade Alta, aquisição de seis ônibus escolares. Implantação do curso de Zootecnia com parceria com a Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat). Implantação de duas salas do curso de Química e uma turma de administração em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Mato Grosso (IFMT) - antiga Escola Técnica Federal e cursos de técnicos profissionalizantes com parceria com o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Aquisição de brinquedos para as creches municipais. Contratação de mais dois médicos com o Projeto Mais Médicos. Reforma dos postos de saúde. Aquisição de duas ambulâncias e uma UTI móvel. (EX-PREFEITO SIDNEY PERES SALOMÉ).

O projeto para melhorar as moradias e a infraestrutura do município de Araputanga continuou no mandato do ex-prefeito Sidney Pires Salomé que concluiu 64 casas no bairro Dalri Rivas, rede de energia e água para o mesmo bairro e para o bairro Vitória, construção de 40 casas pulverizadas. O próprio menciona que a lama

²⁹ Ex-prefeito Sidney Peres Salomé- Entrevista realizada em agosto de 2016.

asfáltica ajuda a evitar a formação de buracos nos asfaltos e concretizou esse projeto no município. Considera sua maior obra a aquisição das terras para a instalação do Distrito Industrial (local destinado às indústrias que desejarem se instalar no município).

O referido prefeito investiu um alto valor na compra do terreno e a infraestrutura do município não foi melhorada, deixando de atrair empresários para a cidade e ao mesmo tempo o terreno “destinados ao parque industrial” ficou ocioso, sujeito à invasões de vândalos e caramujos, porque a sujeira predominava. Não basta ter o terreno industrial, a cidade tem que melhorar sua infraestrutura para receber novas indústrias, fato que não aconteceu no mandato do prefeito citado. “O secretariado de uma Prefeitura é o braço direto do prefeito e sua gestão depende muito de quem está ao teu lado, é inevitável, mas muitos deles estão aí apenas por dinheiro”.

Apesar disso, o-ex-prefeito Sidney Peres Salomé diz que durante sua gestão sofreu com a falta de compromisso de muitos secretários. Mesmo sendo cargo de confiança o referido prefeito não desfez seu secretariado nos primeiros anos de governo, fato que só veio concretizar no último ano de sua administração.

O ex-prefeito Sidney Peres Salomé aumentou o número de funcionários em sua administração, acarretando uma despesa maior na folha de pagamento do município. Muitas vezes nomeavam pessoas que não eram capacitadas para tal cargo. Passou a ser comum o morador procurar informações em determinadas secretarias e sair sem resposta, porque o responsável não sabia dar a assistência devida.

Ainda na administração do ex-prefeito Sidney Peres Salomé, criou-se os cursos de Zootecnia em parceria com a Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) e Implantou duas salas de aula com curso técnico em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Mato Grosso (IFMT). A secretaria de Educação juntamente com o ex-prefeito não souberam administrar, trazendo um problema para as duas Instituições (Unemat e IFMT), que acabaram revogando essa parceria por falta de suporte do município.

O prefeito Paulo César Alves de Araújo³⁰, conhecido como “Paulo Abrão” (gestão de agosto de 2015- abril de 2016), diz que compartilhou com a população

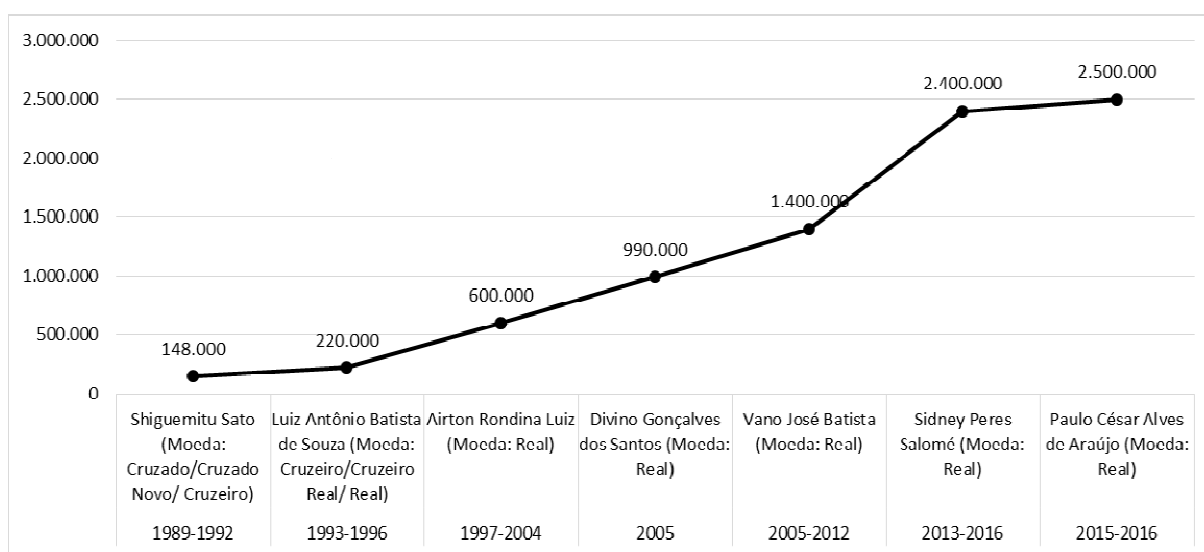
³⁰ Ex-prefeito Paulo César Alves de Araújo- Entrevista realizada em agosto de 2016.

araputanguense a real situação financeira da cidade. “Divulguei o valor da arrecadação do município que oscilava em torno de 2 milhões e 500 mil reais e o que estava fazendo com o dinheiro”. Considera que sua gestão foi clara e a população pôde visualizar os investimentos que foram feitos, principalmente nos setores da educação e da saúde:

Consegui equipar as creches, comprei ar condicionado para as escolas municipais, mas não deu tempo de instalar, pois o prefeito afastado reassumiu o cargo de prefeito, adquiri berçário para a creche Pingo de Gente. Reparos nas escolas municipais e creches. Pequenos reparos nos postos de saúde da cidade e reforma completa no posto de saúde de Cachoeirinha. Mantive os médicos nos postos de saúde e assinei o convênio com o hospital local. (EX-PREFEITO PAULO CÉSAR ALVES DE ARAÚJO).

O município de Araputanga, assim como muitos do nosso País sofre com a falta de água potável para abastecer a população. “Para solucionar esse problema eu mandei concertar os equipamentos que já tinha na Prefeitura e comprei quatro bombas de água para Araputanga e uma para Cachoeirinha”. O referido ex-prefeito solucionou parcialmente a falta de água do município, pois não houve investimento no Córrego das Pitas, através do qual se dá a captação de água, bem como melhorias na Estação de Tratamento de Água (ETA), não houve melhorias na estrutura física e muito menos na divulgação da real situação em que se encontra o único local onde se capta água para atender toda a população de Araputanga.

Gráfico 2 - Evolução da arrecadação do município de Araputanga de 1989 à 2016



Fonte: Pesquisadora, a partir de relatos dos ex-prefeitos entrevistados no ano de 2016.

O Gráfico 2 mostra a evolução da arrecadação do município de Araputanga. É importante ressaltar que a moeda na gestão dos ex-prefeitos Shiguemitsu Sato e Luiz Antônio Batista de Souza não era a cédula vigente, porém os mesmos relataram que se a arrecadação fosse na moeda atual teriam os respectivos valores, conforme demonstra o gráfico que segue.

O aumento da arrecadação se deveu ao desenvolvimento tecnológico no Brasil, acarretando uma mecanização nos meios de produção e conseqüentemente um maior rendimento. Devido ao acréscimo da arrecadação municipal, houve melhorias sociais como o surgimento de novas escolas, creches, asfaltamento parcial da área urbana, construção de casas populares para as familiares mais carentes, entre outras.

Os dados apresentados foram baseados nas entrevistas realizadas com os ex-prefeitos do município de Araputanga, apresentando clareza e sinceridade ao descreverem suas obras nas suas administrações. No decorrer das gestões houve um aumento considerável da arrecadação. Se compararmos os valores com outras divisões administrativas, teremos um dado superior. É preciso administrar com dignidade o dinheiro público, revertendo-o em obras realmente necessárias à população, afinal o dinheiro dessas arrecadações deve ser destinado ao bem estar da população araputanguense.

Durante as entrevistas, os ex-prefeitos mencionaram suas obras concretizadas, dentre elas escolheram aquelas que consideraram seus marcos administrativos, é o que mostra a Tabela 3. Observando-se que os ex-prefeitos não entrevistados são falecidos.

Por respeito aos ex-prefeitos, as entrevistas foram descritas conforme narradas pelos entrevistados, porque o objetivo desta é apenas enfatizar as políticas públicas de cada prefeito, fortalecendo assim o entendimento do atual desenvolvimento e crescimento econômico em que se encontra o município de Araputanga.

Todas as obras mencionadas pelos gestores contribuíram para o crescimento econômico do município de Araputanga, proporcionando melhorias na infraestrutura e conseqüentemente potencializando a qualidade de vida da população, conforme poderemos verificar abaixo:

Quadro 1 - Principal obra dos gestores de Araputanga

Ex-prefeito	Período de administração	Principal obra
Romeu Furlan	1981-1982	Não entrevistado
Delci Garcia dos Santos	1983-1988	Não Entrevistado
Shiguemitsu Sato	1989-1992	Com incentivos fiscais, conseguiu com que a sede da Minas Cabaçal e Mineração Manatti se instalasse em Araputanga.
Luiz Antônio Batista de Souza	1993-1996	Traslado dos universitários à Cáceres.
Airton Rondina Luiz (Português)	1997-2004	Asfaltamento na área central de Araputanga.
Divino Gonçalves dos Santos	Janeiro à dezembro de 2005	Asfaltamento no bairro São Luiz.
Vano José batista	Dezembro de 2005 à 2012	Implantação do tratamento da rede de esgoto no centro da cidade.
Sidyney Pires Salomé	Janeiro de 2013 à agosto de 2015: Abril de 2016 à dezembro de 2016	Compra do terreno para a instalação do parque industrial no município.
Paulo César Alves de Araújo (Paulinho Abrão)	Agosto de 2015 à abril de 2016	Aquisição de bombas de água para fortalecer o abastecimento urbano.

Fonte: Pesquisadora, a partir de relatos dos ex-prefeitos entrevistados no ano de 2016.

Vale ressaltar que a maioria dos ex-prefeitos teve ética durante as entrevistas, não ofendendo seus antecessores e sucessores e que apenas um dos entrevistados apresentou um Plano de Governo. O mesmo reforça que mediante o cumprimento deste plano, conseguiu deixar dinheiro em caixa para seu sucessor e pagamentos dos servidores em dia e com vencimento no mês trabalhado.

Após as pontuações levantadas nas entrevistas dos prefeitos aqui descritas, é possível identificar que todos em suas falas apresentam afirmações com claro objetivo de tomar posse dos discursos apresentados e ao mesmo tempo alcançar

legitimidade destes através dos feitos heroicos que são apresentados como sendo a identidade dos gestores em questão.

A cada narrativa, um novo discurso aparecia com características bem diferenciadas, onde os entrevistados apresentavam seus feitos durante o período em que ficaram à frente da máquina administrativa do município e ambos com discursos bem positivistas no tocante ao fato dos governantes associarem obras a um bom governo e relacionarem com o propósito de tomar posse do entendimento do leitor quanto aquele que mais fez pelo município de Araputanga.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória dos fundadores e não fundadores foi a essência da presente pesquisa que buscou apresentar o processo de formação do município de Araputanga, no sudoeste do Estado de Mato Grosso, contribuindo assim com as poucas referências bibliográficas existentes sobre o assunto.

A fundamentação teórica baseou-se nas categorias paisagem e lugar, utilizando a definição de Costa e Rocha (2010), que considera paisagem o conjunto de elementos naturais e a ação do homem nessa paisagem a torna humanizada. Para os mesmos autores o lugar é algo carregado de sentimento, forma e cor, sendo o local vivenciado e com muitos significados.

O povoamento para o Estado do Mato Grosso intensificou no século XX com a criação da “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivos principais preencher os espaços com pouca ocupação humana e gradativamente a integração da economia nacional. Com o incentivo do Governo Federal e a abundância de matas ainda intactas fortaleceu a migração para Mato Grosso.

Na identificação das principais mudanças socioeconômicas do município de Araputanga, enfatizado pela visão dos fundadores e não fundadores, percebeu-se que o povoamento no município de Araputanga iniciou em um período em que o Brasil passava por mudanças fortes na política, deixando de ser um País “Democrático” para vivenciar a Ditadura Civil Militar. No meio dessa transição surgiu a promessa de uma “Reforma Agrária” ao povo brasileiro. Paralelamente aumentava o sonho de muitos brasileiros em adquirir um pedaço de terra no País, porém com uma distribuição muito desigual.

Na década de 1950 Nelson da Costa Marques adquiriu terras por serviços prestados ao Estado do Mato Grosso na região do vale das Pitãs. A fama das terras boas e baratas atraíram também imigrantes coreanos que fixaram na região, fundando o vilarejo de Ituinópolis. No início da década de 1960 Nelson da Costa Marques contrata o corretor Oriston para vender parte da sua propriedade. Por ter família no Estado de Goiás, o corretor Oriston faz propagandas destas terras, iniciando assim a transferência de muitas famílias goianas em busca de melhores condições de vida.

As divulgações das terras atingiram outros estados e aos poucos a região de Ituinópolis foi recebendo famílias de vários lugares do País. Os fundadores relataram

as dificuldades encontradas no vilarejo, desde o trajeto do local de origem até os primeiros anos no povoado. Muitos enfatizaram que até fome passaram, mas a união dos primeiros moradores fez com que resistissem às inúmeras dificuldades no processo de fixação. Com o passar dos anos o amor pelo lugar fez com que mudassem o nome da vila para Gleba Paixão. Para muitos o sonho de ter sua própria terra não aconteceu, não foi pelo valor das mesmas e sim por falta de dinheiro. A “reforma Agrária” não aconteceu e os primeiros moradores que vieram em busca de melhorias, em sua maioria não concretizaram esse objetivo.

Para caracterizar os quatro ciclos que contribuíram na formação socioeconômica no município de Araputanga os moradores tinham em mente o “progresso” e a natureza não estava inserida. Por isso, iniciaram um processo muito intenso de desmatamento em todo o povoado, construíram casas, móveis como forma de sobrevivência, mas alguns viram como negócio, implantando as serrarias para cortar e vender as madeiras, mas era necessário implantar o meio de transporte para a circulação da principal fonte econômica do povoado, surgindo assim a rodovia ligando Araputanga ao Entroncamento de Mirassol D’Oeste (MT 175).

O vilarejo era tão verde que mudaram o nome para Araputanga, em decorrência da grande quantidade de mogno (madeira conhecida como Araputanga). O verde também atraiu empresários de outros países. O local escolhido pelos investidores alemães para a instalação de uma serraria de grande porte foi a cidade de Cáceres, por ser a mais desenvolvida economicamente na região e ao mesmo tempo centralizava o comércio da madeira no Vale do Juruá. Os fazendeiros almejavam formar suas terras. Utilizavam a mão de obra local para desmatar e vendiam a madeira para a Serraria Cáceres, e esta comercializava com outros estados, iniciando o primeiro ciclo econômico do referido povoado.

Com o desmatamento surgiram solos para os cultivos agrícolas. A princípio era uma agricultura de subsistência, mas sua expansão em decorrência do fim da madeira deu início à agricultura comercial, o segundo ciclo econômico. As dificuldades no transporte dos produtos cultivados no município de Araputanga e as oscilações dos preços fizeram com que muitos agricultores se transferissem para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. A união dos fundadores

proporcionou para que o vilarejo tornasse município, tendo o direito de ter seu próprio representante político.

Os fazendeiros e sitiantes implantaram no município o ciclo da pecuária bovina, porque os mesmos passaram a criar esse rebanho com finalidade leiteira e posteriormente de corte, o motivo principal foi a praticidade, porque este ciclo não era afetado diretamente pelas oscilações da natureza. Mediante isso, resolveram implantar o cooperativismo, nascendo assim a Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda.

A cidade também recebeu a sede do Frigoara (frigorífico) no final da década de 1980, mas com a chegada da Minas Cabaçal e Mineração Manati no município de Araputanga, a população se dedica mais à exploração do ouro encontrado em Rio Branco-MT, porém a sede da empresa instalou-se em Araputanga, proporcionando um crescimento e desenvolvimento econômico jamais visto pelo povo araputanguense, dando início assim ao ciclo da mineração.

O fechamento da Minas Cabaçal e Mineração Manati e o fortalecimento das empresas ligadas à pecuária bovina fizeram com que um novo ciclo se reestruturasse e se perpetuasse até o presente momento.

Assim como aconteceu no Brasil, o processo econômico do município de Araputanga efetuou-se por meio das commodities, onde as principais atividades econômicas eram e são de baixo valor agregado. A pecuária bovina é a principal atividade econômica na atualidade, também é praticada a agricultura, produzindo principalmente o milho e a cana de açúcar para a produção do silo que abastece o gado bovino principalmente durante a seca e as indústrias presentes no município são para receber a matéria prima da pecuária. Vale ressaltar que a maioria das atividades econômicas praticadas no município gira em torno da pecuária bovina, fortalecendo o processo da pecuarização.

É importante destacar que cada ciclo econômico teve parcelas significativas no crescimento do município de Araputanga, associado ao comércio local e ao funcionalismo público.

Com a emancipação política houve o fortalecimento dos administradores executivos que atuaram desde sua emancipação até atualidade e tiveram contribuições bem significativas ao aplicarem suas políticas públicas no município, criando escolas, postos de saúde, praças, bairros, moradias e infraestruturas para

atender a população. Poderia ter sido melhor se tais representantes tivessem como prioridade em suas gestões melhorias da qualidade de vida do cidadão araputanguense associadas à preservação do meio ambiente.

Os fundadores mantiveram um entendimento de que Araputanga, no decorrer de cinco décadas, evoluiu no chamado “progresso”, guardando na memória uma lembrança viva e saudável do início do povoamento. Os não fundadores porém não vivenciaram o período considerado de dificuldades tanto financeira quanto de estrutura, possibilitando uma compreensão diferenciada quanto as mudanças socioespaciais.

Por insuficiência de documentos escritos sobre a formação territorial do município de Araputanga buscou-se fonte oral registrada na memória dos fundadores e não fundadores, mesmo tendo o conhecimento que muitos questionam sua veracidade. A pesquisa foi realizada com pessoas que vivenciaram o início do processo de povoamento na comunidade (1961) e com cidadãos que chegaram até o ano 2016, explorando seus conhecimentos sobre as transformações socioespaciais ocorridas no município de Araputanga. É importante ressaltar que a história oral é considerada por alguns historiadores como metodologia de pesquisa que constrói fontes orais, que são à base do estudo da história contemporânea.

A transcrição das entrevistas foram realizadas cuidadosamente para que estas não exaltassem os fundadores e não fundadores protagonistas desta pesquisa.

Através desta pesquisa, o município de Araputanga passa a ter outros documentos escritos com novos olhares sobre o processo de povoamento no município de Araputanga, possibilitando um entendimento sobre as transformações socioespaciais ocorridas neste lugar, desde a fixação dos primeiros moradores, dando abertura para outros sujeitos anônimos narrarem e divulgarem novas pesquisas e materiais escritos para o estudo da história contemporânea do município em estudo.

Para divulgar melhor os dados construídos nessa dissertação pretende-se fazer um livro como fonte de pesquisa e cartilhas para serem distribuídas nas escolas públicas e privadas, para que a comunidade escolar conheça o processo de formação do município de Araputanga e suas mudanças socioespaciais. A partir do

momento que conhecemos o lugar onde moramos, temos condições de associá-lo ao processo maior vivido na esfera global: a globalização.

As mudanças socioespaciais não cessaram por aqui, visto que a população araputanguense continuará tendo novos personagens, porque o sistema capitalista leva à essas transformações como forma de sobrevivência, levando uma alteração ambiental talvez até mais drástica que da atualidade, sempre buscando o chamado “progresso”.

O município de Araputanga já passou por vários ciclos econômicos que contribuíram para suas mudanças socioespaciais e, mediante a tantas transformações, surgem alguns questionamentos: Qual a próxima atividade econômica que predominará no município? A pecuária bovina vai resistir às investidas da soja? Estas, e outras, são questões para as quais se recomenda pesquisas futuras.

Uma coisa é certa, o meio ambiente vai continuar agonizando em meio a tantas alterações, até que o homem consiga um crescimento econômico associado a sua preservação. Não é impossível, mas o processo da globalização acaba tornando quase improvável esse relacionamento amigável, porque o sistema capitalista leva a população ao consumo desenfreado, o que acarreta cada vez mais destruição na natureza.

Muitas informações já foram enterradas junto com alguns fundadores. Por isso é preciso registrar o conhecimento dos que ainda estão vivos, pois são eles que vão dar registros nesse processo contínuo de mudanças socioespaciais no município de Araputanga-MT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento.** Disponível em <http://www.gpublic.info/sites/default/files/biblioteca/denru_agribrasil.pdf> Acesso 10 mar. 2016.

ALVES, Eliseu; CONTINI, Elisio; HAINZELIN, Étienne. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005.

ALVES, Joana Darc Xavier. **História e Memória de Araputanga (1955-1980).** Araputanga: Gráfica Osca, 1997.

_____; SOUSA, Isaías Soares. **Período de Colonização de Araputanga. Entrevistas transcritas no Centro Histórico de Educação e Cultura de Araputanga.** Junho/dezembro, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da, SANTOS, Desirre dos Reis (Org.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e testemunho.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque e; MARIANO, Francisca Zilania; SIMONASSI, Andrei Gomes. Causas do Desmatamento no Brasil e seu Ordenamento no Contexto Mundial. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** Brasília, v.50. n.1, Jan./Mar.2012.

AUGÉ, Marc. **Não lugares.** Campinas: Papirus, 1994.

BAMPI, Aumeri Carlos- Parecer circunstanciado de qualificação. Cáceres: Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres: 2017.

BARBOSA, Walmir. **Marxismo: História, Política e Método.** Disponível em: <<http://lutasocialista.com.br/livros/V%C1RIOS/BARBOSA,%20W.%20Marxismo%20-%20hist%F3ria,%20pol%EDtica%20e%20m%E9todo.pdf>> Acesso 19 mar. 2017.

BAUMAM, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Bertha. Fronteira e urbanização repensadas. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/261256603/Fronteira-e-Urbanizacao-Repensadas>> Acesso em 08 jun 2017.

BONJOUR, Sandra Cristina de Moura; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; MARTA, José Manuel Carvalho. **A pecuária de corte no Estado de Mato Grosso.** 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/519.pdf>> Acesso 17 jul. 2016.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária**: Algumas observações sobre a história econômica do Mato Grosso. 1870 a 1930. 4. ed. São Paulo: SCORTECCI Editora, 2001.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 22, pp. 65 - 72, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf> Acesso 12 ago. 2016.

BRASIL, Cintia Fernanda. **Políticas públicas e desenvolvimento local**: estudo de caso do município de Juranda/PR. 2011. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011

BUBLITZ, Juliana. Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da Colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924). Universidade Federal do Rio de Janeiro - III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília – DF. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF> Acesso em 05 jun 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão- **A produção do Espaço e do Território**: As relações de Trabalho Subordinadas ao Modo de Produção Capitalista. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFMS. Três Lagoas (MS). Entre-Lugar, Dourados, MS, 1, n.1,p.73-98, 1º Semestre de 2010.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. Editora no Brasil. Disponível em <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf> Acesso em 09 jun 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Cento de História, Educação e Cultura (CHEC)

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador, Sociedade Autoritária**. São Paulo: Abramo, 2001.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia . **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 25, p. 165-175, nov. 2005.

CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Brasília, mar. 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=22083> Acesso 10 jul. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2016**. Disponível em: <<http://cgp.cfa.org.br/ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2016/>>. Acesso 7 dez. 2016.

CORBISIER, Roland. **Introdução à filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CORRÊIA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações In. SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

COSTA, Thelmo Vergara de Almeida Martins. **O papel da pecuária bovina de corte no Brasil e suas contribuições para o efeito estufa**. 2006. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/5/844.pdf>> Acesso 17 jul. 2016

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. GEOGRAFIA: CONCEITOS E PARADIGMAS – APONTAMENTOS PRELIMINARES. Rev. **GEOMAE**, Campo Mourão, PR. v. 1, n. 2, p. 25 – 56, 2ºSem. 2010.

DOMINGOS, Ivens Teixeira. **Cenário atual da pecuária bovina de corte orgânica certificada na Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Brasil**. [Pesquisa Técnica]. Brasília: WWF-Brasil, v. 11. 2005.

DUARTE, Jaize dos Santos; FERRI, Alencar; HONORATO, Cláucia Aparecida. Aspectos da viabilidade econômica na pecuária leiteira. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**. Dourados - MS, vol. 03, n. 07, p. 04-15, jan-jun 2014.

ESCOBAR, Natalia. Gv5 fomenta produção de Leite em Mato Grosso. **Revista Pecuária BRASIL**; Uberaba, p. 105-109, out./nov. 2014. Disponível em <<http://www.grupocincoestrelas.com.br/src/img/imprensas/REVISTA%20PECUARIA%20-%20WEB.pdf>> Acesso 17 jul. 2016.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes; COELHO, José Mario. **Mineração e meio ambiente no Brasil**. Outubro, 2002. Disponível em <http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf> Acesso 14 jul. 2016.

FERREIRA, Evaldo. **Cáceres : Capital regional no contexto de Mato Grosso**. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Programa de Pós- graduação em Geografia, 2014.

FERREIRA, João Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado e Cultura, 1997.

FERRONATO, Marcelo Lucian; NUNES, Reginaldo de Oliveira. A exploração ilegal de madeiras na terra indígena Sete de Setembro, Cacoal – RO. **Revista Científica Eletrônica FACIMEDIT**, Cacoal, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.facimed.edu.br/site/revista>>. Acesso 15 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro RJ: Edições Graal, 1979.

GIRARDI, Eduardo Paulo; ROSSETTO, Onélia Carmem. ANÁLISE DA PECUÁRIA NO PANTANAL MATO-GROSSENSE . **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica. Número Especial EGAL, 2011.

GRAVA, Diego da Silva; FLORIT, Luciano Félix. **Notas sobre as implicações socioeconômicas, ambientais e éticas da ocupação do território e a transformação da paisagem pela pecuária no Brasil**. In: Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2012. Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/viewFile/4007/3913>> Acesso 7 dez. 2016.

HEINST, Andreia de Cássia. **Mato Grosso – entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora**. s/d.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; CORGOSINHO, Rosana Rios. **Recortes de lugar**. In: Geografias: Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan. – jun. 2006.

IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra – 2017. Disponível em
<<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=1&i=P>> Acesso em 05 jun 2017

Informações sobre a Economia Mineral Brasileira 2015 - Brasília DF, setembro de 2015. INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. Disponível em <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005836.pdf>> Acesso 14 out. 2016.

JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história historiografia e fontes. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v. 5, n. 2, jul./dez., 2012.

KESSEL, Zilda. **A construção da memória nas escolas**: um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade EU/USP. 2003

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v.1, n.1, Julho 2005. 9 p. Disponível em
<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf> Acesso 14 jul. 2016.

LASSANCE, Antônio. **Bases da política brasileira**: um estudo das reeleições nos municípios. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al] História, 1924. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, Frederico Arthur Souza; NEVES, Mônica Pessoa. Reflexões Sobre Fechamento de Mina. **e-scientia**, v.1, n.1, novembro, 2008 Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dcbas/search/search>> Acesso 18 jul. 2016.

LISBOA, Severina S. **A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares**. Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG. Revista Ponto de Vista, Vol.4. Disponível em <<http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>> Acesso 3 ago. 2016.

MAAR, Wolfgang. **O que é Política**. 16ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAIA, Adriano Corrêa; ALVES, Flamarion Dutra. **Categorias e epistemologia: reflexões metodológicas na ciência geográfica**. In: V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais” Novembro de 2009.

MELZ, Laercio Juarez. Custos de produção de gado bovino: revisão sob o enfoque da contabilidade de custos. **Custos e @gronegocio on line** [on line]-v. 9, n. 1, Jan/Mar - 2013. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v9/Bovino.pdf>>. Acesso 29 dez. 2016.

MIRASSOL D'OESTE. **História do município**. Disponível em: <www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/> Acesso 2 jan. 2017.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

NUNES, Sidemar Presotto. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural**. Set/2007. Disponível em <<http://docplayer.com.br/6272442-O-desenvolvimento-da-agricultura-brasileira-e-mundial-e-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-1-sidemar-presotto-nunes.html>> Acesso 13 jul. 2016.

PEREIRA, Jusciano Caio dos Santos. **O Uso de Madeira na Construção Civil: Estudo de caso no Bairro Cidade Nova em Governador Valadares-MG**. 2013. 20 f. Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais IFMG – Campus Governador Valadares. Governador Valadares. 2013.

PINHEIRO, João César de Freitas. **A importância econômica da mineração no Brasil**. Agosto, 2011. Disponível em <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1314392332.pdf>> Acesso 16 jul. 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos**. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), vol. 5, n. 10, 1992, 200-212.

PRADO, Junior Caio. **História Econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. Disponível em <http://www.cancun2003.org/downloads/Texto_Gado_Boll_2009-4.pdf> Acesso em 6 jul. 2016.

REDIN, Ezequiel; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar**. Campo Grande, 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/15/922.pdf>> Acesso 13 jul. 2016.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanística: História, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **R. RA e GA**, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade** - Coleção Primeiros Passos Uma enciclopédia Crítica - Editora Brasiliense, São Paulo: 2004. Disponível em <<https://arquiteturaeurbanismosite.files.wordpress.com/2016/03/rolnik-raquel-o-que-c3a9-cidade-livro-completo.pdf>> Acesso 08 jun 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização. **Revista Nera**. v. 12, n. 15. jul/dez., 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHLESINGER, Sergio. **Onde pastar? O gado bovino no Brasil**. Rio de Janeiro : FASE, 2010. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/06/Onde-pastar.pdf>> Acesso 11 mai. 2016.

SILVA, Marcelo Corrêa da; BOAVENTURA, Vanda Maria; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. História do povoamento bovino no Brasil central. **Revista UFG**, Ano XIII, n. 13, Dez. 2012.

SILVA, Marcos Tanganelli da.; ZÜGE, Marlene.; HAMER, Eleri. **Análise dos fatores condicionantes da reestruturação agrícola no Estado de Mato Grosso**. 2006. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/5/996.pdf>> Acesso 14 jul. 2016.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa; FERREIRA, José Carlos Vicente. **Breve História dos Municípios de Mato Grosso**, 1994.

SILVA, Pe. José de Moura, **Genealogia dos municípios de Mato Grosso**. Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Administração - Arquivo Público de Mato Grosso, 1992.

SILVA, Rodrigo Kuhn. **A evolução do conhecimento de espaço geográfico**. Disponível em <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>> Acesso 14 jun. 2016.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo Histórico de Mato Grosso**. UFMT, Cuiabá, 1990
Sistema de IBGE de Recuperação Automática - SIDRA 26 jan. 2017.

SOARES, José Carlos de Oliveira. **Pequenas Cidades da Região de Cáceres MT: Papéis e Significados na dinâmica socioeconômica regional**. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências- Departamento de geografia, Programa de Pós- graduação em Geografia.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Celina Souza. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso 6 dez. 2016.

SOUZA, Felipe Pohl. O mercado da carne bovina no Brasil. **Revista Acadêmica Ciências Agrárias Ambientais.**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 427-434, jul./set. 2008.

SZUBRIS, Elisandra Benedita. **Cáceres e região**: nomes que fazem história. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014. 92f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo – DIFEL, 1983. Disponível em <http://www.artevisualensino.com.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=427&Itemid=7> Acesso em 09 jun 2017.

VEIGA, José Eli da, et ali, **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.108p. Disponível em <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_a_desenvolvimento_1.pdf> Acesso em 07 jun 2017.

ZENID, Geraldo José. **Madeira na construção civil**. IPT – Divisão de Produtos Florestais. p. 8. Disponível em <<http://www. www.celso-foelkel.com.br/artifos>> Acesso 10 jun. 2016.